

Proc. Nº 1500619
 Fis: 570
 Quença: 8

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE IDENTIFICAÇÃO

GOAB DA SILVA SANTOS
 Nome
 300430819 558 MA
 Data Nascimento: 17/11/1975
 CPF: 735.165.973-72

JOAO PEREIRA SANTOS
 Titulo
MARIA DA CRUZ DA SILVA
 SANTOS
 AC - CAT - MA
 12/06/2003
 19/08/2023

GOAB DA SILVA SANTOS
 Local: SAO LUIS, MA
 DATA EMISSAO: 21/06/2018
 ASSINATURA DO PORTADOR

MARANHAO
 35985690032
 MA0356144560

1625405091
 PROIBIDO PLASTIFICAR
 AINDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

SERVENTIA EXTRAJUDICIAL DE RIACHÃO-MA/OFFÍCIO ÚNICO
 Rua Coronel José Delino, 30 - Centro - Riachão-MA - Tel: (99) 3321-0419 - E-mail: serventia.riachao@ma.jus.br

AUTENTICAÇÃO 028139
 Autentico a presente cópia reprográfica, por ser uma reprodução fiel do documento original e com a conferência dou fe.
 Riachão-MA, 28 de abril de 2023.

MARIA ALBERTINA LIMA DE MELO
 Emolumentos: R\$ 4,63 + FERC: R\$ 0,48 = TOTAL: R\$ 5,12

VALIDO SOMENTE SEM EMENDAS OU RASURAS

Pod. Judicial T.J.M.A. São
 ALENT000312LNKLEB1YTX001A08
 29/04/2021 16:44:57, At: 13.18, Total R\$ 5,12
 EMP R\$ 4,63 FERC R\$ 0,13 FADEP R\$ 0,18
 FEMP R\$ 0,18 Consultar em
 https://sola.tjma.jus.br

TJMA/FERJ
Serventia Extrajudicial
070 Riachão

Serventia Extrajudicial
Escrevente
Maria Albertina Lima de Melo
Riachão-MA



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

Proc. N°

FIS:

RUIDICA:

NÚMERO DE INSCRIÇÃO
05.663.099/0001-25
MATRIZCOMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO
CADASTRALDATA DE ABERTURA
17/04/2003NOME EMPRESARIAL
JOAB DA S. SANTOSTÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)
COMERCIAL SANTOS DE RIACHAOPORTE
EPP

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL

47.12-1-00 - Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS

47.21-1-03 - Comércio varejista de laticínios e frios
47.22-9-01 - Comércio varejista de carnes - açougues
47.23-7-00 - Comércio varejista de bebidas
47.44-0-01 - Comércio varejista de ferragens e ferramentas
47.55-5-02 - Comercio varejista de artigos de armarinho
47.55-5-03 - Comercio varejista de artigos de cama, mesa e banho
47.61-0-03 - Comércio varejista de artigos de papelaria
47.63-6-01 - Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos
47.63-6-02 - Comércio varejista de artigos esportivos
47.72-5-00 - Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal
47.82-2-01 - Comércio varejista de calçados
47.89-0-01 - Comércio varejista de suvenires, bijuterias e artesanatos

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA

213-5 - Empresário (Individual)

LOGRADOURO
PC ANTONIO COELHO DE MIRANDANÚMERO
26COMPLEMENTO
*****CEP
65.990-000BAIRRO/DISTRITO
CENTROMUNICÍPIO
RIACHAOUF
MA

ENDEREÇO ELETRÔNICO

TELEFONE
(99) 3531-9174ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVADATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
06/02/2004

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL
*****DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 14/04/2021 às 15:44:32 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



TJMA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

COMARCA DE RIACHÃO
FÓRUM DESEMBARGADOR LEOPOLDINO LISBOA
RUA DA PENHA, S/Nº, CENTRO, FONE: (99)3531-0054/0444
E-MAIL: vara1_ria@tjma.jus.br

Proc. Nº PE 006/2

FIS: 572

Endereço: [assinatura]

CERTIDÃO ÚNICA DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS

CERTIFICO e dou fé, a requerimento de parte interessada e pela faculdade que a Lei me confere que, revendo em meu poder os livros de registro de **Feitos Criminais, Cíveis, Comércio, Fazenda Pública, Família, Falência ou Concordata, Recuperação Judicial ou Extrajudicial, Insolvência Civil, Sucessão, Inventário, Interdição, Tutela, Curatela, Ausência** e o sistema de distribuição processual desta Secretaria Judicial (THEMISPG e PJE), desde o ano 2002 até o dia 15/04/2021, às 15h55min, constatei **NÃO EXISTIR**, distribuição em nome de **JOAB DA S. SANTOS (COMERCIAL SANTOS DE RIACHÃO)**, com sede em Riachão/MA, na Pc Antonio Coelho de Miranda, nº 26, Centro, Riachão/MA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 05.663.099/0001-25.

CERTIFICO, finalmente, que a Secretaria de Distribuição a meu cargo, é a única existente nesta Cidade e Comarca de Riachão-MA. O referido é verdade, me reporto e dou fé. Dada e passada a presente Certidão nesta Secretaria, Cidade e Comarca de Riachão, Estado do Maranhão. Eu, Maria de Lourdes de Sousa Coelho, Secretária Judicial, subscrevo e assino. *O referido é verdade e dou fé*

Riachão-MA, 15 de abril de 2021.

[assinatura]
Maria de Lourdes de Sousa Coelho
Secretária Judicial
Mat. 163659



Observações:

1. Esta certidão é emitida em uma única via, sem rasuras e mediante assinatura do servidor. Artigo 199, do Código de Normas da Corregedoria Geral de Justiça/MA.
2. Esta certidão tem validade de 60 (sessenta) dias, artigo 198 Código de Normas CGJ/MA.

Sede: Vara Única da Comarca de Riachão,
Rua da Penha, s/n, Centro, Riachão-MA, Fone: (0**99) 3531-0054/0444.



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

Proc. Nº PE 006/21

573

Suprca: 8

CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS COM EFEITO DE NEGATIVA

Nº Certidão: 151043/21

Data da

13/04/2021 13:41:22

Inscrição Estadual: 122072790

CPF/CNPJ: 05663099000125

Razão Social: JOAB DA S SANTOS EPP

Endereço: PCA ANTONIO COELHO DE MIRANDA, 26 CEP: 65990000

Telefone: (99)35310801

Município: RIACHAO

UF: MA

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria, substanciado pelo art. 240 a 242, da lei nº 7.799, de 19/12/2002 e disposto no artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), constam crédito tributário, não vencidos ou com exigibilidade suspensa, conforme indicados, em desfavor do sujeito passivo acima identificado. Ressalvado, todavia, à Fazenda Pública Estadual o direito da cobrança de dívidas que venham a ser apuradas e não alcançadas pela decadência.

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS			
TIPO	DOCUMENTO	DATA EMISSÃO	SITUAÇÃO
AUTO DE INFRACAO	912063000417	21/11/2020	IMPUGNADO

Validade da Certidão: 120 (cento e vinte) dias: 11/08/2021.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço:

<http://portal.sefaz.ma.gov.br/>, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Débito".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.

Data Impressão: 14/04/2021 16:38:53

Proc. Nº PE 006/21

Fis: 574

Quilômetro: 8

Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 05.663.099/0001-25

Razão Social: JOAB DA S SANTOS

Endereço: PRACA NOSSA SENHORA DE NAZARE 822 / CENTRO / RIACHAO / MA /
65990-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 14/04/2021 a 13/05/2021

Certificação Número: 2021041401404056536809

Informação obtida em 14/04/2021 16:54:20

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

Página 1 de 1
Proc. Nº TE 006/21
Fis: 575
Quilômetro: 8

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: JOAB DA S. SANTOS (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 05.663.099/0001-25
Certidão nº: 12603356/2021
Expedição: 14/04/2021, às 17:12:11
Validade: 10/10/2021 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **JOAB DA S. SANTOS (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **05.663.099/0001-25**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



Sistema Integrado - Controle Tributário

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHÃO

Praça Nossa Senhora de Nazaré, 0742, Centro

Riachão - MA

CNPJ: 05.282.801/0001-00

"Realizando Sonhos"

CERTIDÃO DE DÉBITOS MUNICIPAIS. NEGATIVA

Proc. Nº

RE 006/21

Fis:

576

Numero da Certidão

3367

Ruonca:

J

CONCEDIDO A

JOAB DA S.SANTOS-EPP

CNPJ/CPF

05.663.099/0001-25

INSCRIÇÃO ESTADUAL OU RG

ORGÃO EXPEDIDOR

ENDEREÇO

PÇA.ANTONIO C. MIRANDA - nº 0026

Bairro: **CENTRO**

Complemento **COMERCIAL**

RIACHÃO - MA - CEP: 65.990-000

É certificado que, nesta data, não constam débitos pendentes em nome do contribuinte acima identificada, relativos a tributos municipais, inclusive em Dívida Ativa, TLL e ISSQN, TLVF, IPTU e ITBI RURAL ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas que vierem a ser apuradas.

Esta Certidão refere-se exclusivamente à situação da pessoa física/jurídica no âmbito da Secretaria de Finanças da PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHÃO, sendo válida apenas para o CPF/CNPJ indicado.

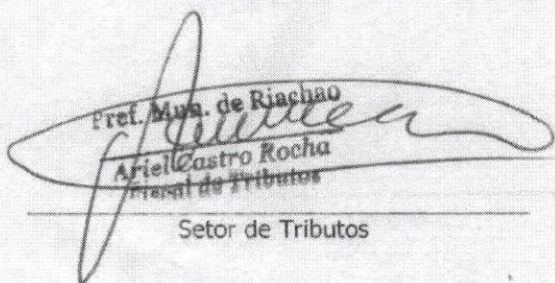
Finalidade : OUTRO

Esta certidão é válida ate 14 de julho de 2021

A aceitação da presente Certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade junto a Fazenda Pública Municipal, através do código de controle B3.D7.39.5C.CC.B6.83.C7.8E.B3.A6.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Local e Data: Riachão - MA, 15 de abril de 2021


Pref. Mm. de Riachão
Afriel Castro Rocha
Secretário de Tributos
Setor de Tributos



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

Proc. Nº

RE 006/21

Fis:

577

Assinatura:

[Handwritten signature]

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÍVIDA ATIVA

Nº Certidão: 030150/21

Data da

28/04/2021 08:56:12

Inscrição Estadual: 122072790

CPF/CNPJ: 05663099000125

Razão Social: JOAB DA S SANTOS EPP

Endereço: PCA ANTONIO COELHO DE MIRANDA, 26 CEP: 65990000

Telefone: (99)35310801

Município: RIACHAO

UF: MA

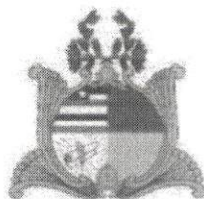
Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria e na forma do disposto do artigo 156, da lei nº 2.231, de 29/12/1962, substanciado pelos artigos 240 a 242 da lei nº 7.799, de 19/12/2002, bem como prescreve o artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional) não constam débitos inscritos na Dívida Ativa, em nome do sujeito passivo acima identificado.

Validade da Certidão: 120 (cento e vinte) dias: 26/08/2021.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço:

<http://portal.sefaz.ma.gov.br/>, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Dívida Ativa".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHÃO
Secretaria Municipal de Fazenda e Gestão

Praça Nossa Senhora de Nazaré, 742 – Centro – Riachão – MA.
CEP: 65.990-000 – CNPJ 05.282.801/0001-00 – I. E. 12.222.889-8
Fone Fax (99) 3531-0180 E-mail: gabineterhoficial@gmail.com

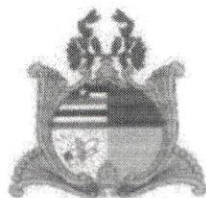
Proc. Nº PE 006/21
Fis: 578
Rubrica: J

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A Prefeitura Municipal de Riachão, estado do Maranhão, situada na Praça Nossa Senhora de Nazaré, 742, Centro, inscrita no CNPJ 05.282.801/0001-00, **ATESTA** para os devidos fins e a quem possa interessar, que a empresa JOAB DA S. SANTOS-EPP, inscrita no CNPJ nº 05.663.099/0001-25, IE nº 12.207.279-0, localizada na Praça Antônio Coelho de Miranda, 26, Centro, nesta cidade de Riachão-MA, tem capacidade técnica para comercialização de gêneros alimentícios em geral, conforme contratos de nº 157/2015, 044/2016 e 046/2016 firmado entre as partes. Atestamos ainda que nada consta em nossos arquivos que desabone sua conduta comercial. Segue anexo a este, planilha descritiva e quantitativa:

ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT.
ALHO - Graúdo do tipo comum, com boa aparência, fisiologicamente desenvolvido, com bulbos curados, sem rupturas, danos mecânicos ou causado por pragas, com cheiro e aspectos característicos.	KG	300
BATATA INGLESA - comum especial, lavada, tamanho grande ou médio, uniforme, inteira, sem ferimentos ou defeitos firmes e com brilho, sem corpos estranhos ou terra aderida à superfície externa	KG	700
BISCOITO DOCE TIPO MAISENA farinha de trigo enriquecida com fólculo, açúcar, vegetal, amido de milho, cacau açúcar, carbonato de cálcio, lecitina de soja e aromatizante. Embalagem individualizada em papel celofane em caixas de papelão. Validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Pacote de 400g. (caixa c/20 de 400 g)	CX	500
BISCOITO TIPO CREAMCRACKER - A base de farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico (B9), gordura vegetal, extrato de malte, margarina, soro de leite em pó, amido de milho, açúcar, sal, fermento biológico, químico, bicarbonato de sódio (INS 500 ii) emulsificante lecitina de soja e aroma natural de manteiga, contem leite e Embalagens individualizadas em papel celofane em caixas de papelão. Validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Pacote de 400g. (caixa c/20 unid 400g)	CX	500
CARNE MAGRA MOÍDA (chã de dentro) - fresca, limpa, aspecto e cor próprios da espécie, não amolecida nem pegajosa, sem manchas esverdeadas ou pardacentas, odor próprio, tipo de corte característico da	KG	8000

Hudson da Silva Costa
Secretário Mun. de Fazenda
Portaria nº 01/2021

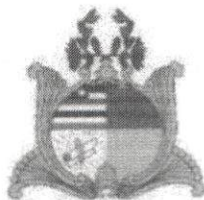
Proc. Nº RE 006/21FIS: 579Rubrica: 8

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHÃO
Secretaria Municipal de Fazenda e Gestão

Praça Nossa Senhora de Nazaré, 742 – Centro – Riachão – MA.
CEP: 65.990-000 – CNPJ 05.282.801/0001-00 – I. E. 12.222.889-8
Fone Fax (99) 3531-0180 E-mail: gabineterhoficial@gmail.com

peça. Embalada em saco plástico transparente e atóxico, limpo resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo. O produto deverá apresentar validade mínima de 20 8 BOVINA 8000 KG 15,50 124.000.00 não violado, (vinte) dias a partir da data de entrega. Pacote de 1 kg		
CEBOLA Não brotada, sem danos fisiológicos ou mecânicos, tamanho médio, uniforme, sem ferimentos ou defeitos, tenra e com brilho, turgescentes, intactas, firmes e bem desenvolvida	KG	750
CENOURA - Sem folhas, de primeira qualidade, tamanho médio, uniforme, sem ferimentos ou defeitos, tenras, sem corpos estranhos aderidos à superfície externa.	KG	400
COLORAU - O colorífico deve ser constituído de matéria prima de boa qualidade e apresentar aspecto, cor, cheiro e sabor característico do produto, contendo no máximo 10% de sal, de acordo com as normas vigentes. Deverá conter a validade de no mínimo 6 (seis) meses, embalagem com dizeres de rotulagem e data de fabricação. pacote com 100g	KG	200
FEIJÃO DO SUL TIPO 1, 2012/2013, CLASSIFICADO. FARDO DE 30 KG COM 30 UNIDADES DE 1KG, ISENTO DE PARASITAS. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA DE ENTREGA TRANSPARENTE ATÓXICA, REFORÇADA. COM PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 8 MESES APARTIR DA DATA DE	FARDO	15
FLOCÃO DE MILHO - flocos grandes, amarelos, sem sal, embalada em plásticos, transparentes, limpos, não violados, resistentes. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto e atender. Validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Pacote de 500g. (fardo com 20 unid de 500g)	FARDO	300
FRANGO CONGELADO INTEIRO - Apresentar-se congelado, livre de parasitos e de qualquer substância contaminante que possa alterá-lo ou encobrir alguma alteração, odor e sabor próprios, em porções individuais em saco plástico transparente e atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto. Acondicionado em caixas lacradas. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, quantidade do produto, número do registro no Ministério Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF. O produto deverá apresentar validade mínima de 30 MARING 16 8500 KG 6,57 55.845,00 Á da (trinta) dias a partir da data de entrega	KG	8500
MAÇA VERMELHA NACIONAL DE 1ª QUALIDADE, MADURO, FRESCO, TAMANHO MÉDIO ISENTAS DE PARASITAS.	KG	3500
MACARRÃO TIPO ESPAGUETE Massa alimentícia a base de sêmola de trigo, enriquecido com ferro, tipo seca, isenta de sujidades. Pasteurizado, médio, SEM OVOS embalagem plástica resistente e transparente, rotulagem contendo informações dos ingredientes, composição nutricional, data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 6 (seis) meses. (Pacote com 20 unid de 500g.)	FARDO	150

Hudson da Silva Costa
Secretário Mun. de Fazenda
Portaria nº 01/2021



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHÃO
Secretaria Municipal de Fazenda e Gestão

Praça Nossa Senhora de Nazaré, 742 – Centro – Riachão – MA.
CEP: 65.990-000 – CNPJ 05.282.801/0001-00 – I. E. 12.222.889-8
Fone Fax (99) 3531-0180 E-mail: gabineterhoficial@gmail.com

Proc. Nº 75006/21
Fls: 580
Por: 8

OVO DE GALINHA - classe A, tipo 3 grande. Produto fresco de ave galinácea, tipo grande, íntegro, sem manchas ou sujidades, cor, odor ou sabor anormais, acondicionados em embalagem apropriada 30 unidades. Proveniente de avicultor com inspeção oficial, devendo atender às exigências do Regulamento interno de inspeção de Produtos de Origem Animal Resolução nº 05 de 05/7/91 - CIPOAMA	CARTELA	100
PÃO DOCE (MASSA FINA) DEVE SER FABRICADO MATÉRIAS PRIMAS DE PRIMEIRA QUALIDADE, ISENTOS DE MATÉRIA COM TERROSA. PARASITOS E PÃO EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO. O DEVE APRESENTAR DUAS CHEIRO: SABOR: 26 2000 KG 8,85 17.700,00 DOCE PÃO CROSTAS, PRÓPRIO E PRÓPRIO.	KG	2000
PÃO FRANCES, DEVE SER FABRICADO COM MATÉRIAS PRIMAS DE PRIMEIRA QUALIDADE, ISENTOS DE MATÉRIA TERROSA, PARASITOS E EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO. O DEVE DUAS UMA OUTRA CONSISTENTE, PÃO APRESENTAR FRANCÊ CROSTAS, INTERIOR E MAIS BEM ADERENTE AO 27 500 KG 8,90 4.450,00 S CHEIRO: PRÓPRIO E SABOR: PRÓPRIO. SEGUNDO O INMETRO O PÃO NÃO PODERÁ ESTAR COM O PESO ABAIXO DE 50G.	KG	500
SALSICHA Apresentando-se em gomos uniformes e padronizados, embalada em saco plástico transparente e atóxico, limpo, resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo, acondicionado em caixas lacradas. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto, número do registro no Ministério Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF. Deverá apresentar validade mínima de 30 (trinta) dias a partir da data de entrega	KG	900
SARDINHA ENLATADA MOLHO TOMATE. CAIXA C/ 50 LATAS DE 130 G. COM EMBALAGEM FACIL, ÍNTEGRA, SEM VESTÍGIOS FERRUGEM, AMASSADURAS ABAULAMENTO. COM PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 24 MESES	CAIXA	100
TOMATE Tamanho primeira com aproximadamente 80% de maturação, sem ferimentos ou defeitos, tenro, sem manchas, com coloração uniforme e brilho médio, de qualidade	KG	1200

Riachão-Maranhão, 15 de abril de 2021

Hudson da Silva Costa
Hudson da Silva Costa
Secretário Municipal de Fazenda
Portaria nº 01/2021
Hudson da Silva Costa
Secretário Mun. de Fazenda
Portaria nº 01/2021

PREGÃO PRESENCIAL N.º 001/2015 - CPL - REPETIÇÃO

ANEXO VII

CONTRATO Nº 157/2015

TERMO DE CONTRATO PARA FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS.

Por este instrumento de contrato, de um lado o Município de Riachão-MA, com sede administrativa situada à Praça Nossa Senhora de Nazaré, 742 - Centro - Riachão-MA, inscrito no CNPJ/MF: 05.282.801/0001-00, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. CRISOGONO ROGRIGUES VIEIRA, brasileiro, casado, advogado, portador do CPF nº 641.225.498-68, de ora em diante designado simplesmente "CONTRATANTE"; e, de outro lado a empresa JOAB DA S. SANTOS - EPP estabelecida à Praça Antônio Coelho de Miranda nº 26, Centro, na cidade de Riachão, Estado de Maranhão, inscrita no CNPJ/MF sob nº.05.663.099/0001-25 e Inscrição Estadual nº. 12.207.279-0 neste ato representada pelo Sr. Joab da Silva Santos, brasileiro, portador do documento RG. nº. 30043094-9 SSP/MA e CPF. nº. 735.165.973-72, doravante designada simplesmente "CONTRATADA"; e, de conformidade com os elementos constantes no PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2015 - CPL - Repetição e seus anexos, de acordo com a Lei Federal nº. 10.520 de 17/07/2002 e subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, Lei Complementar 123/2006 e demais normas complementares e disposições deste instrumento, têm, entre si, como certo e avençado o presente contrato para aquisição parcelada de Gêneros Alimentícios para composição da merenda escolar do Município de Riachão que fica aqui materializado no presente instrumento, o qual reger-se-á segundo as cláusulas e condições que, mutuamente, aceitam e outorgam, a saber:

CLÁUSULA I - DO OBJETO - A CONTRATADA por força do presente instrumento obriga-se nos termos do PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2015 - CPL - Repetição e de sua proposta comercial apresentado pela aquisição parcelada de Gêneros Alimentícios para composição da merenda escolar do Município de Riachão, em conformidade com as quantidades especificações solicitadas,

[Assinatura]

[Assinatura]

Hudson da Silva Costa
Secretário Mun. de Fazenda
Portaria nº 01/2021

Proc. Nº PE 006/21

Fis: 582

Rubrica: Y

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT.	UNID.	VALOR	
					V.UNIT.	V.TOTAL
2	AÇÚCAR CRISTAL - Acondicionado em pacote plástico, íntegro, resistente, vedado hermeticamente. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informações nutricionais, número do lote, data de fabricação, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Pacote de 1 kg. Fardo com 30kg.	ITAJÁ	300	FARDO	52,96	15.888,00
3	ALHO - Graúdo do tipo comum, com boa aparência, cabeça inteira, fisiologicamente desenvolvido, com bulbos curados, sem rupturas, danos mecânicos ou causado por pragas, com cheiro e aspectos característicos.	NOVA ERA	400	KG	12,62	5.048,00
5	BATATA INGLESA - comum especial, lavada, tamanho grande ou médio, uniforme, inteira, sem ferimentos ou defeitos, firmes e com brilho, sem corpos estranhos ou terra aderida à superfície externa.	INGLESA	1.000	KG	3,70	3.700,00
6	BETERRABA - sem folhas, de, 1ª qualidade, tamanho médio, íntegra, insenta de parasitas, acondicionada em embalagem resistente, plástica com etiqueta de pesagem.	ROTA VERDE	1.000	KG	2,90	2.900,00
8	BISCOITO TIPO CREAM-CRACKER -A base de farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico (B9), gordura vegetal, extrato de malte, margarina, soro de leite em pó, amido de milho, açúcar, sal, fermento biológico, fermento químico, bicarbonato de sódio (INS 500 ii) emulsificante lecitina de soja e aroma natural de manteiga. contem leite e soja. Embalagens individualizadas em papel celofane em caixas de papelão. Validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Pacote de 400g. (caixa c/20 unid 400g)	VITAREL A	400	CX	63,00	25.200,00

9	CARNE MAGRA MOÍDA (chã de dentro) - fresca, limpa, aspecto e cor próprios da espécie, não amolecida nem pegajosa, sem manchas esverdeadas ou pardacentas, odor próprio, tipo de corte característico da peça. Embalada em saco plástico transparente e atóxico, limpo não violado, resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo. O produto deverá apresentar validade mínima de 20 (vinte) dias a partir da data de entrega. Pacote de 1 kg.	BOVINA	7.000	KG	13,45	94.150,00
10	CEBOLA - Não brotada, sem danos fisiológicos ou mecânicos, tamanho médio, uniforme, sem ferimentos ou defeitos, tenra e com brilho, turgescendo, intactas, firmes e bem desenvolvida.	ROTA VERDE	1.200	KG	2,56	3.072,00
11	CENOURA - Sem folhas, de primeira qualidade, tamanho médio, uniforme, sem ferimentos ou defeitos, tenras, sem corpos estranhos aderidos à superfície externa.	ROTA VERDE	1.200	KG	2,83	3.396,00
14	EXTRATO DE TOMATE - Concentrado, isentos de peles e sementes, acondicionado em recipiente tipo papelão, íntegro, resistente e limpo. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega, peso aproximado de 320g a 340g, caixa com 24 unidades.	QUERO	120	CAIXA	45,75	5.490,00
17	FLOCÃO DE MILHO - flocos grandes, amarelos, sem sal, embalada em pacotes plásticos, transparentes, limpos, não violados, resistentes. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto e atender. Validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Pacote de 500g. (fardo com 20 unid de 500g)	NUTRIVITA	300	FARDO	23,66	7.098,00

João

Cie

Hudson da Silva Costa
 Secretário Mun. de Fazenda
 Portaria nº 01/2021

18	FRANGO CONGELADO INTEIRO - Apresentar-se congelado, livre de parasitos e de qualquer substância contaminante que possa alterá-lo ou encobrir alguma alteração, odor e sabor próprios, em porções individuais em saco plástico transparente e atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto. Acondicionado em caixas lacradas. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, quantidade do produto, número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF. O produto deverá apresentar validade mínima de 30 (trinta) dias a partir da data de entrega.	MARINGÁ	10.000	KG	5,38	53.800,00
20	MAÇÃ NACIONAL VERMELHA DE 1ª QUALIDADE, MADURO, FRESCO, TAMANHO MÉDIO ISENTAS DE PARASITAS.	FUGI	5.000	KG	5,04	25.200,00
21	MACARRÃO TIPO ESPAGUETE - Massa alimentícia a base de sêmola de trigo, enriquecido com ferro, tipo seca, isenta de sujidades. Pasteurizado, médio, sem ovos, embalagem plástica resistente e transparente, rotulagem contendo informações dos ingredientes, composição nutricional, data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 6 (seis) meses. (Pacote com 20 unid de 500g.)	CADORI	200	FARDO	44,85	8.970,00
24	MELANCIA - Redonda, graúda, de primeira qualidade, livre de sujidades, parasitas e larvas, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida e madura, com polpa firme e intacta.	FRUTASI	12.000	KG	1,09	13.080,00
25	MILHO AMARELO PARA CANJICA EM EMBALAGEM INTEGRA DE 450G, ISENTA DE PARASITAS. COM PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. FARDO COM 20 PACOTES DE 500G.	SINHÁ	200	FARDO	28,25	5.650,00

27	OVO DE GALINHA - classe A, tipo 3 grande. Produto fresco de ave galinácea, tipo grande, íntegro, sem manchas ou sujidades, cor, odor ou sabor anormais, acondicionados em embalagem apropriada com 30 unidades. Proveniente de avicultor com inspeção oficial, devendo atender às exigências do Regulamento interno de inspeção de Produtos de Origem Animal- RISPOA/MA Resolução nº 05 de 05/7/91 - CIPOA/MA.	GRANJA	200	CARTE LA	9,00	1.800,00
28	PÃO DOCE (MASSA FINA) DEVE SER FABRICADO COM MATÉRIAS PRIMAS DE PRIMEIRA QUALIDADE, ISENTOS DE MATÉRIA TERROSA, PARASITOS E EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO. O PÃO DEVE APRESENTAR DUAS CROSTAS, CHEIRO: PRÓPRIO E SABOR: PRÓPRIO.	PÃO DOCE	2000	KG	8,89	17.780,00
29	PÃO FRANCÊS, DEVE SER FABRICADO COM MATÉRIAS PRIMAS DE PRIMEIRA QUALIDADE, ISENTOS DE MATÉRIA TERROSA, PARASITOS E EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO. O PÃO DEVE APRESENTAR DUAS CROSTAS, UMA INTERIOR E OUTRA MAIS CONSISTENTE, BEM ADERENTE AO MIOLO. CHEIRO: PRÓPRIO E SABOR: PRÓPRIO. SEGUNDO O INMETRO O PÃO NÃO PODERÁ ESTAR COM O PESO ABAIXO DE 50G.	PÃO FRANCÊS	800	KG	8,87	7.096,00
35	REPOLHO - Tamanho médio, de primeira qualidade, cabeças fechadas, sem fermentos ou defeitos, tenros, sem manchas e com coloração uniforme, livre de terra nas folhas externas.	ROTA VERDE	1.200	KG	2,65	3.180,00


 Hudson da Silva Costa
 Secretário Mun. de Fazenda
 Portaria nº 01/2021

36	SAL REFINADO - Sal iodado, constituído de cristais de granulação uniforme e isento de impurezas e umidade, acondicionado em saco plástico, íntegro, atóxico, resistente, vedado hermeticamente e limpo. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, número do lote data de fabricação, quantidade do produto, número de registro. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Resolução RDC nº 130, de 26 de maio de 2003. Embalagem de 1 kg	BOM DE MESA	500	KG	0,69	345,00
37	SALSICHA - Apresentando-se em gomos uniformes e padronizados, embalada em saco plástico transparente e atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo, acondicionado em caixas lacradas. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto, número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF. Deverá apresentar validade mínima de 30 (trinta) dias a partir da data de entrega.	AVIVAR	1.200	KG	6,13	7.356,00
41	SUCO CONCENTRADO INDUSTRIALIZADO - Sabor maracujá. Pasteurizado, sem corantes artificiais, com conservação fora de refrigeração, ou com vitaminas e/ou sais minerais. Embalagem deverá ser atóxica com dizeres de rotulagem, data de fabricação, prazo de validade e registro no MS. Embaladas em garrafas tipo pet de 500 ml	PALMER ON	100	CX	57,70	5.770,00
43	TOMATE - Tamanho médio, de primeira qualidade, com aproximadamente 80% de maturação, sem ferimentos ou defeitos, tenro, sem manchas, com coloração uniforme e brilho	LONGA VIDA	2.000	KG	3,88	7.760,00
VALOR TOTA R\$						323.729,00

§ 1º - Fica fazendo parte deste contrato, independentemente de qualquer transcrição com perfeito conhecimento de qualquer transcrição com perfeito conhecimento das partes contratantes, o citado edital do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2015 - CPL - Repetição** e seus anexos e a proposta comercial apresentada.

§ 2º - As quantidades são apontadas por estimativa, podendo, no entanto, ser modificadas para mais ou para menos, a critério da administração Pública Municipal, respeitados os limites legais com repercussão na correspondente alteração do preço global, para mais ou para menos.

§ 3º - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no fornecimento, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

§ 4º - As supressões que excedam esse limite serão objetos de acordo celebrado entre as partes contratantes, na forma disposta no parágrafo 2º, inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações.

§ 5º - O Município de Riachão rejeitará os produtos que estiverem em desacordo com a proposta apresentada pela licitante vencedora, devendo substituí-los de imediato, sem qualquer ônus adicional ao CONTRATANTE.

§ 6º - O Município de Riachão não se obriga a efetivar contratar/comprar o total dos Gêneros Alimentícios, objeto deste edital, podendo ainda, rejeitá-los no todo ou em parte, desde que haja conveniência para tanto.

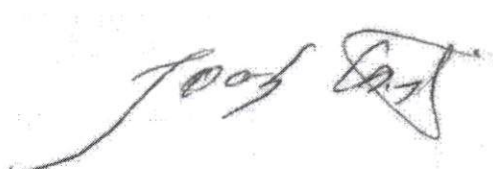
CLÁUSULA II - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS - Os Produtos deverão ser entregues à Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º - Feita a solicitação pela Secretaria Municipal de Educação, dos Gêneros Alimentícios, o prazo máximo para a entrega, para produtos não perecíveis, será de 03 (três) dias, com preço C.I.F., no Almojarifado, no endereço descrito na ordem de fornecimento, das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 17h00min aos cuidados do responsável pelo setor de compras. Para os produtos perecíveis os gêneros alimentícios deverão ser entregues diariamente, nos dias letivos, nas Escolas/ nas quantidades estabelecidas na ordem de fornecimento.


§ 2º - Em caso do prazo acima estipulado coincidir com feriados, pontos facultativos, sábados ou domingos, a entrega deverá ocorrer no 1º (primeiro) dia útil subsequente.

§ 3º - Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei nº 8.666/93. Mediante Termo Circunstanciado, o objeto da presente licitação será recebido da seguinte forma:

a) - provisoriamente, por servidor do almoxarifado, quando da entrega para efeito de posterior verificação da conformidade dos objetos licitados com as especificações, e:






Hudson da Silva Costa
Secretário Mun. de Fazenda
Portaria nº 01/2021

b) – definitivamente, pela Comissão de Recebimento da Secretaria Municipal de Educação, e após verificação do atendimento de todas as especificações, da proposta de preços e demais exigências contratuais.

c) Os alimentos ofertados deverão atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial-ABNT, INMETRO etc., atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições contidas no artigo. 39, inciso VIII, da Lei nº. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor)

d) Os produtos perecíveis deverão ser entregues dentro das normas estabelecidas pela Vigilância Sanitária observados prazo de validade ou data máxima de consumo e adequado estado de conservação para assegurar a ingestão de produtos livres de contaminantes microbianos ou de suas toxinas que possam instalar-se nos mesmos em consequência das más condições de exposições ao consumo.

§ 4º - As entregas deverão ser com preço C.I.F. por conta e risco do CONTRATADO, nas quantidades solicitadas e deverão estar obrigatoriamente acompanhados dos competentes documentos fiscais, devidamente discriminados com todos os produtos, marcas e respectivos valores.

§ 5º - É de responsabilidade do CONTRATADO a substituição imediata, depois do comunicado da Administração Municipal, de qualquer produto fora das especificações, deteriorados, avariados ou danificados e inclusive se constatados danos nas embalagens e, ainda, que apresentem deterioração quando da abertura da embalagem, por outro produto de igual qualidade ou superior, sem quaisquer ônus para a Administração Municipal e desde que aprovado o novo produto pela Secretaria Municipal de Educação.

10.1.6 Caso a substituição do produto recusado não ocorra no prazo determinado estará o Contratado incorrendo em atraso na entrega e sujeito à aplicação das sanções previstas na legislação e no Edital 001/2015 - CPL - Repetição.

10.1.7 O Contratado fica obrigado a trocar, às suas expensas, o produto que vier a ser recusado, sendo que o recebimento provisório não importará sua aceitação.

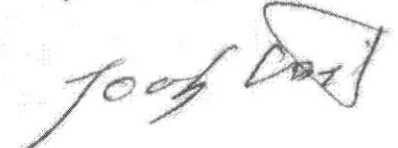
CLÁUSULA III - DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO - A despesa decorrente desta licitação correrá à conta das seguintes rubricas orçamentárias:

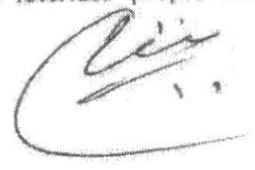
12.306.0251.2-044 Manutenção do Programa de Merenda Escolar Ensino Fundamental
3.3.90.30.00.00 Material de Consumo, R\$ 283.729,00 (Duzentos e oitenta e três mil, setecentos e vinte e nove reais).


12.306.0251.2-043 Alimentação Escolar para Educação Infantil
3.3.90.30.00.00 Material de Consumo, R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais).

CLÁUSULA IV - DOS PREÇOS - O CONTRATANTE obriga-se a pagar pelo fornecimento, os preços firmes e irrevogáveis consignados na **CLÁUSULA I - DO OBJETO**, deste instrumento contratual.

§ 1º - Nos preços ofertados estarão inclusos todos os custos, sem a eles se limitarem, exemplificados: encargos, impostos, taxas, despesas diretas e indiretas, pedágios, tributos, frete e demais contribuições pertinentes pelos fornecimentos, constituindo os referidos preços na única contraprestação do






Hudson da Silva Costa
Secretário Mun. de Fazenda
nº 01/2021

MUNICIPIO DE RIACHÃO-MA pela totalidade dos fornecimentos, inclusive carga e descarga, por conta e risco da CONTRATADA.

§ 2º - Atribui-se ao presente contrato o valor global de **RS 323.729,00 (trezentos e vinte e três mil, setecentos e vinte e nove reais)** considerando os preços por item e as quantidades totais dos produtos.

CLÁUSULA V - DA CONDIÇÃO DE PAGAMENTO

§ 1º - O pagamento será efetuado, subsequentes ao recebimento e aceitação, mediante liberação dos documentos fiscais pela Secretaria Municipal de Educação que administra o presente contrato, depois de efetuadas todas as conferências. O prazo de pagamento será de até 30 (trinta) dias corridos após a entrega dos produtos, por meio de transferência eletrônica, depósito em conta corrente e/ou através de ordem bancária, após a apresentação da respectiva nota fiscal/fatura devidamente discriminada e atestado recebimento do seu objeto pelo setor competente.

§ 2º - As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA e seu vencimento ocorrerá em até 30 (trinta) dias após a data de sua apresentação válida.

§ 3º - Deverá constar no documento fiscal o número da licitação - **PREGÃO PRESENCIAL 001/2015 - CPL - Repetição**, bem como nome do Banco, nº da Conta Corrente e Agência bancária, da empresa, sem os quais o pagamento ficará retido por falta de informações;

§ 4º - A empresa arcará com todos os custos referentes à mão-de-obra direta e/ou indireta, acrescidos de todos os encargos sociais e obrigações de ordem trabalhista, recursos produtos, transporte, seguros de qualquer natureza, perdas eventuais, despesas administrativas, multas, tributos e demais encargos necessários à prestação dos produtos objeto deste Edital.

§ 5º - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

§ 6º - As notas fiscais/faturas que forem apresentadas em desconformidade ao descrito acima e com erro, serão devolvidas à contratada para retificação e nova apresentação.

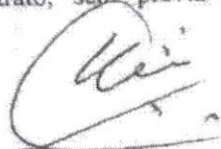
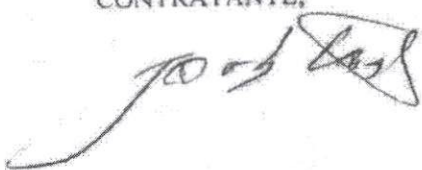
§ 7º - Para efetivação dos pagamentos respectivos, deverão ser apresentados juntamente com as Faturas e Notas Fiscais as Certidões Negativas de débito CND do INSS, FGTS, devidamente atualizada;

§ 8º - O não cumprimento do subitem anterior implicará na sustação do pagamento que só será processado após a apresentação das referidas certidões negativas, não podendo ser considerado atraso de pagamento.

CLÁUSULA VI - DA RESCISÃO - O contrato poderá ser declarado rescindido pelo CONTRATANTE independentemente de qualquer interpelação judicial e qualquer indenização, nos seguintes casos:

a) Falir, entrar em concordata, tiver sua firma dissolvida ou deixar de existir;

b) Transferir, no todo ou em parte, este contrato, sem prévia e expressa autorização do CONTRATANTE;



udson da Silva Costa
Secretário Mun. de Fazenda
Portaria nº 01/2021

- c) Inobservar total ou parcialmente as obrigações assumidas no futuro ajuste;
- d) Desatender às determinações regulares das Secretarias Municipais e dos órgãos competentes;
- e) Nas demais hipóteses previstas em Lei, de acordo com o artigo 78, da Lei 8.666/93 e suas posteriores alterações.

CLÁUSULA VII - DAS PENALIDADES - Ressalvados os casos de força maior, a juízo do CONTRATANTE, fica a CONTRATADA sujeita às penalidades previstas no artigo 7º da Lei n. 10.520/2002, bem como aos artigos 86 e 87 da Lei n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, independentemente de qualquer interpelação judicial, e nos seguintes casos:

I - Multa: caso ocorra a suspensão parcial ou definitiva dos produtos, a CONTRATADA estará sujeita ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) do valor global da contratação.

II - Multa: por recusa em assinar o contrato, no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato atualizado, observando o "caput" do artigo 81, da Lei 8.666/93 e suas posteriores alterações.

III - O montante da multa poderá, a critério do Município de Riachão-MA, ser cobrado de imediato ou compensado com valores de pagamentos devidos a contratada, independentemente de qualquer notificação.

IV - Independentemente da apuração da responsabilidade e da incidência da multa prevista nos itens I e II desta cláusula, o Município de Riachão-MA, poderá aplicar as penalidades de advertência, suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, ocorrendo inadimplência contratual por parte do proponente vencedor, notadamente nas circunstâncias abaixo-relacionadas:

a) Inobservância no fornecimento do objeto deste edital;

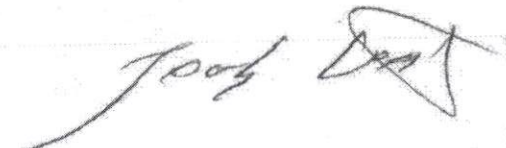
b) Entrega dos Gêneros Alimentícios fora do padrão/qualidade inferior à apresentada na proposta comercial.

V - E, as demais penalidades previstas no artigo 87, da Lei Federal 8.666/93, e suas alterações posteriores.

§ 1º - Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido, será automaticamente descontado da primeira parcela de preço a que a contratada vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

§ 2º - Após a aplicação de quaisquer penalidades acima previstas, realizar-se-á comunicação escrita à empresa, e publicação no Órgão de Imprensa Oficial (excluídas as penalidades de advertência e multa de mora), constatando o fundamento legal da punição e informando que o fato será registrado no SICAF.

CLÁUSULA VIII - DO REAJUSTE - Os pedidos de reajustes só poderão ocorrer anualmente, de conformidade com a Lei Federal nº 9.069/93 e a Medida Provisória nº 1540-28, de 04.09.97 e subsequentes. Salvo se houver alterações determinadas pelo Governo Federal ou outro órgão setorial dos produtos, onde os mesmos poderão sofrer readequação por desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, todos devidamente comprovados, de acordo com o artigo 65, inciso II, alínea "d", da Lei 8.666/93 e suas posteriores alterações.






Hudson da Silva Costa
Secretário Mun. de Fazenda
Portaria nº 01/2021

PARÁGRAFO ÚNICO - Os pedidos de reajuste de preços e de readequação por desequilíbrio deverão ser apresentados por escrito e acompanhados de documentos pertinentes para análise e dirigidos a Comissão Permanente de Licitação.

CLÁUSULA IX - DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO AO EDITAL - A CONTRATADA se obriga a cumprir todas as determinações e exigências contidas no edital do **Pregão Presencial nº 001/2015 - CPL - Repetição**, e seus anexos, que fica fazendo parte integrante e inseparável deste instrumento, independentemente de estarem aqui transcritas, sob pena de dar causa a rescisão deste contrato e responder pelas penalidades previstas.

CLÁUSULA X - DA VIGÊNCIA - O presente contrato iniciar-se-á na data de sua assinatura, quando serão reconhecidos seus efeitos e vigorará por 12(doze) meses, podendo ser prorrogado e/ou aditivado nos termos e condições previstas na Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA XI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA - na execução do objeto do presente Contrato, obriga-se a CONTRATADA a emendar todo o empenho e dedicação necessários ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe são confiados, obrigando-se ainda a:

- I - Responsabilizar-se pela administração, coordenação e supervisão técnica nos fornecimentos ora contratados.
- II - Zelar pela qualidade dos fornecimentos e pela execução nos prazos estipulados na Cláusula II deste contrato.
- III - Manter durante toda a execução do contrato, as informações sobre os endereços e telefones para contato, devidamente atualizada;
- IV - Dar ciência imediata, que deverá cumprir as posturas do Município, e as disposições legais estaduais e federais inerentes;
- V - Responsabiliza-se pelos danos causados diretamente à contratante ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
- VI - Prestar os esclarecimentos, que lhe forem solicitados e atender prontamente às reclamações sobre seus produtos.
- VII - Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes do fornecimento e entrega dos alimentos, inclusive frete, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato e eventuais perdas e danos causados por seus agentes
- VIII - Manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- IX - Entregar os alimentos em embalagens resistentes, que proporcione sua integridade até o uso; com data de validade nas condições estipuladas no termo de referência, observadas as normas legais.
- X - Entregar os alimentos em transportes adequados, de acordo com as Normas da Vigilância Sanitária, em carros tipo frigorífico (carnes) e com carrocerias cobertas (frutas, vegetais e ovos), que protejam os mesmos de poeira e chuva.

- XI - Não transferir ou ceder a outrem, no todo ou em parte para o fornecimento dos produtos.
- XII Comunicar, por escrito, à Contratante, qualquer irregularidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessários.
- XIII - Substituir os produtos entregues em desconformidade com as normas do Edital especificamente nas condições definidas n Termo de Referência, ANEXO I do Edital.
- XIV - Respeitar o prazo estipulado por este contrato para a entrega do objeto.
- XV - Facilitar à FISCALIZAÇÃO o acesso aos procedimentos e técnicas adotados;

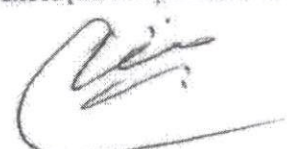

Parágrafo único - A Prefeitura Municipal de Riachão - MA, não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros, sendo expressamente vedada a subcontratação.

CLÁUSULA XII - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE - Obriga-se o CONTRATANTE a:

- I - Solicitar os produtos, especificando o número exato a serem entregues e a respectiva data de entrega.
- II - Designar profissionais, para, na qualidade de fiscal, acompanhar, o fornecimento/execução do serviço objeto do contrato;
- III - Os fiscais nomeados em cada contrato serão responsáveis pelo acompanhamento, fiscalização e pelo atesto do objeto contratado;
- IV - Comunicar à Contratada, através do executor designado, qualquer problema que ocorra durante a execução dos serviços;
- V - Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado;
- VI - Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas as Obrigações Contratuais;
- VII - Receber e conferir o objeto;
- VIII - Recusar o objeto que não estiver de acordo com as especificações;
- IX - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

CLÁUSULA XIII - DA FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - Fica desde logo facultado ao CONTRATANTE o direito de fiscalizar a execução dos produtos ora contratados, quando este julgar conveniente, através de prepostos ou de terceiros especialmente destacados, assegurado a estes o livre acesso a todas as informações que se fizerem necessárias.

§ 1º - A fiscalização por parte do CONTRATANTE ou a quem este designar, não exime a CONTRATADA da responsabilidade pela qualidade da execução dos produtos contratados.



Hudson da Silva Costa
Secretário Mun. de Fazenda
Portaria nº 01/2021



CNPJ nº. 05.282.801/0001-00

Proc. Nº PE 006/21

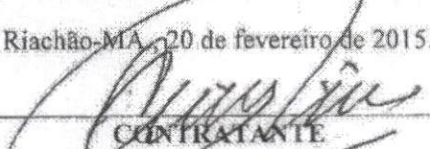
Fis: 593


Quilômetro: 8

CLÁUSULA XIV - DO FORO - As partes elegem do Foro da Comarca de Riachão, Estado do Maranhão, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões judiciais relativas ou resultantes do presente contrato.

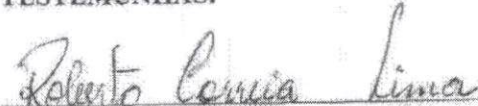
E assim por haverem acordado, declaram ambas as partes aceitas todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente, firmando-o em 03 (três) vias de igual teor, para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

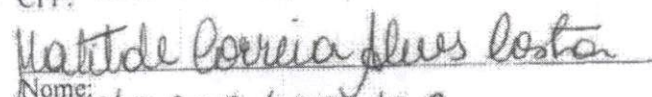
Riachão-MA, 20 de fevereiro de 2015.


CONTRATANTE
Município de Riachão-MA
CRISOGONO RODRIGUES VIEIRA
Prefeito Municipal


Empresa Contratada
JOAB DA S. SANTOS - EPP
Joab da Silva Santos
Representante legal

TESTEMUNHAS:


Nome: Roberto Lencina Lima
CPF: 006.161.203-03


Nome: Natilde Correia Alves Costa
CPF: 246.002.493-22

RESENHA DO CONTRATO Nº 03/2015/CBMM. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 6364/2015. PARTES: O Governo do Estado do Maranhão, através do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Maranhão e a Empresa F C Moraes Agência de Viagens e Turismo Ltda, inscrita no CNPJ nº 07.133.984/0001-28. **OBJETO:** contratação de empresa especializada na prestação de serviços de reserva, emissão, marcação, remarcação e fornecimento/atendimento com passagens terrestres nacionais (Intermunicipais e interestaduais) para o Corpo de Bombeiros do Estado do Maranhão, conforme detalhamento no Anexo I (Termo de Referência) do Edital de Pregão nº 002/2015 - CBMM/MA, sendo vencedora com custo global de R\$ 39.680,00 (trinta e nove mil seiscentos e oitenta reais), com Tarifa Administrativa unitária do serviço de no valor de R\$ 24,00 (vinte e quatro reais), referente ao agenciamento de viagem incidente sobre as passagens emitidas, excluindo-se as taxas de embarque. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade gestora 190.111 - Corpo de Bombeiros Militar; Unidade Orçamentária: 19.111; Função: 06 - Segurança Pública; Subfunção: 0182 - Defesa Civil; Projeto/Atividade: 4450 - Gestão de Custeio BM; Programa 0536 - Defesa do Cidadão; Natureza Da Despesa: 339033 - Passagem e Locomoção; Fonte de recurso: 0101000000. **BASE LEGAL:** Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Estadual nº 24.629, 03 de outubro de 2008, Lei Estadual nº 9.579, de 12 de abril de 2012, Decreto Estadual nº 28.790, de 19 de dezembro de 2012, e pela Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93 e suas alterações. **NÚMERO DO PROCESSO:** 9396/2015, de 22.01.2015. São Luís, 16 de março de 2015. **ALONSO RICARDO FURTADO DA SILVA** - Cap. QOCBM - Pregoeiro Oficial do CBMM.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HUMBERTO DE CAMPOS-MA

RESENHA DO CONTRATO Nº 067/2015 RESULTANTE DA TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2015. PARTES: Prefeitura Municipal de Humberto de Campos - MA e a empresa Construtora Rio Mapary Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 05.623.711/0001-36. **OBJETO:** Construção de empresa de engenharia para realização de obras de pavimentação da avenida Bacabeira na cidade de Humberto de Campos - MA. **DATA DA ASSINATURA:** 09 de março de 2015. **DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA, EXECUÇÃO E INÍCIO:** O período de vigência do presente contrato será de 150 (cento e cinquenta) dias, devendo a execução dos serviços ser executados em até 120 (cento e vinte) dias com início em 05 (cinco) dias a contar da data de assinatura do contrato. **VALOR GLOBAL:** O valor dos serviços objeto do presente instrumento é R\$ 465.972,60 (quatrocentos e sessenta e cinco mil, novecentos e setenta e dois reais e sessenta centavos). **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:** As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta dos recursos oriundos da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s): **UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** 09 - Secretaria Municipal de Administração; Ação: 02.09.15.452.52.2.002 - Construção e Manutenção de Vias, Praças e Jardins; Natureza da Despesa: 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações. **BASE LEGAL:** Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores. **FORO:** Comarca de Humberto de Campos, Estado do Maranhão. **ASSINATURAS:** RAIMUNDO NONATO DOS SANTOS e THIAGO JOSÉ GOMES FONSECA: Humberto de Campos - MA em 09 de março de 2015. **RAIMUNDO RODRIGUES DA SILVA** - Procurador Geral - OAB nº 4994.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIANA-MA

RESENHA DE CONTRATO Nº 21/2015. PARTES: Contrato de Fornecimento, que entre si celebram, de um lado a Prefeitura Municipal de Viana/MA, e de outro lado, a Empresa São Luís Distribuidoras de Livros Ltda (CNPJ Nº 41.490.756/0001-43). **OBJETO:** Contratação de empresa para Fornecimento de livros da Editora FTD para o Município de Viana-MA. **AMPARO LEGAL:** Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores. **VALOR GLOBAL:** R\$ 1.067.004,00 (um milhão, sessenta e sete mil e quatro reais). **VIGÊN-**

CIA: 10 (dez) dias, com início a partir da assinatura do Contrato. Viana/MA, 11 de março de 2015. **ASSINATURA:** FRANCISCO DE ASSIS CASTRO GOMES, Prefeito Municipal de Viana-MA; AMIM BARBOSA QUEMEL - Representante Legal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHÃO-MA

RESENHA DE CONTRATO. PARTES: Município de Riachão/MA e a Empresa B.L.A. Lucena - ME, vencedora do Pregão Presencial nº 001/2015 - CPL - Repetição. **OBJETO:** aquisição parcelada de gêneros alimentícios para composição da merenda escolar do Município de Riachão. **DATA DA ASSINATURA:** 20 de fevereiro de 2015. **BASE LEGAL:** Lei Federal nº. 10.520 e 8.666/93 e suas alterações. **VALOR GLOBAL:** R\$ 369.363,40 (trezentos e sessenta e nove mil, trezentos e sessenta e três reais e quarenta centavos). **DA VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses. **FORO:** Fica Eleito o foro da Comarca de Riachão. **ASSINATURA:** Prefeito Municipal de Riachão, CRISOGONO RODRIGUES VIEIRA e BERNADETE DE LOURDES ALENCAR LUCENA representante legal da empresa B.L.A. Lucena - ME. Riachão (MA), 20 de fevereiro de 2015.

RESENHA DE CONTRATO. PARTES: Município de Riachão/MA e a Empresa Joab da S. Santos - EPP, vencedora do Pregão Presencial nº 001/2015 - CPL - Repetição. **OBJETO:** aquisição parcelada de Gêneros Alimentícios para composição da merenda escolar do Município de Riachão. **DATA DA ASSINATURA:** 20 de fevereiro de 2015. **BASE LEGAL:** Lei Federal nº. 10.520 e 8.666/93 e suas alterações. **VALOR GLOBAL:** R\$ 323.729,00 (trezentos e vinte e três mil, setecentos e vinte e nove reais). **DA VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses. **FORO:** Fica Eleito o foro da Comarca de Riachão. **ASSINATURA:** Prefeito Municipal de Riachão, CRISOGONO RODRIGUES VIEIRA e JOAB DA SILVA SANTOS representante legal da empresa Joab da S. Santos - EPP. Riachão (MA), 20 de fevereiro de 2015.

RESENHA DE CONTRATO. PARTES: Município de Riachão/MA e a Empresa Aleandro Gonçalves Passarinho - EPP, vencedora do Pregão Presencial nº 025/2014 - CPL. **OBJETO:** aquisição parcelada de medicamentos para farmácia básica e farmácia hospitalar, material hospitalar, material odontológico e instrumentais para atender as necessidades do Hospital Municipal e Postos de Saúde do Município de Riachão. **DATA DA ASSINATURA:** 02 de fevereiro de 2015. **BASE LEGAL:** Lei Federal nº. 10.520 e 8.666/93 e suas alterações. **VALOR GLOBAL:** R\$ 282.639,15 (duzentos e oitenta e dois mil, seiscentos e trinta e nove reais e quinze centavos). **DA VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses. **FORO:** Fica Eleito o foro da Comarca de Riachão. **ASSINATURA:** Prefeito Municipal de Riachão, CRISOGONO RODRIGUES VIEIRA e ALEANDRO GONÇALVES PASSARINHO representante legal da empresa Aleandro Gonçalves Passarinho - EPP. Riachão (MA), 02 de fevereiro de 2015.

RESENHA DE CONTRATO. PARTES: Município de Riachão/MA e a Empresa J A B Magalhães Filho - ME, vencedora do Pregão Presencial nº 003/2015 - CPL. **OBJETO:** contratação de empresa para prestação de serviços de organização de eventos, incluindo serviços de sonorização, ornamentação, iluminação, locação de palco, banheiros químicos e animação musical para realização das festividades culturais do Município de Riachão, para o exercício de 2015. **DATA DA ASSINATURA:** 13 de fevereiro de 2015. **BASE LEGAL:** Lei Federal nº. 10.520 e 8.666/93 e suas alterações. **VALOR GLOBAL:** R\$ 215.000,00 (duzentos e quinze mil reais). **DA VIGÊNCIA:** 120 (cento e vinte) dias. **FORO:** Fica Eleito o foro da Comarca de Riachão. **ASSINATURA:** Prefeito Municipal de Riachão, CRISOGONO RODRIGUES VIEIRA e JOSÉ AUGUSTO BENIGNO MAGALHÃES FILHO representante legal da empresa J A B Magalhães Filho - ME. Riachão (MA), 13 de fevereiro de 2015.

JOAB DA S. SANTOS

PC ANTONIO COELHO DE MIRANDA, 26

CENTRO
RIACHÃO
MA
TEL/FAX: 9935310801
CEP: 65990000DANFE
DOCUMENTO AUXILIAR
DA NOTA FISCAL
ELETRÔNICA0 - Entrada
1 - SaídaNº 000.000.684
SÉRIE: 0
FOLHA: 1 de 1

CHAVE DE ACESSO

7115 1105 6630 9900 0125 5500 0000 8006 8410 0719 3467

Consulta de autenticidade no portal nacional de
NF-e www.ite.fazenda.gov.br/portal
ou no site da Sefaz Autorizadora

PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO

421150023055732 - 23/11/2015 19:15:43

NATUREZA DA OPERAÇÃO

VENDA DE MERCADORIA ADQUIRIDA OU RECEBIDA DE TERCEIRO

INSCRIÇÃO ESTADUAL
122072790

INSCRIÇÃO ESTADUAL SUB. TERCILARIA

CNPJ

05.663.099/0001-25

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHÃO

CNPJ/CPF

05.282.801/0001-00

DATA DA EMISSÃO

23/11/2015

ENDEREÇO

PC NOSSA SENHORA DE NAZARE, 742

BAIRRO/DISTRITO

CENTRO

CEP

65.990-000

DATA DE SAÍDA-ENTRADA

23/11/2015

MUNICÍPIO

RIACHÃO

FONE/FAX

UF

MA

INSCRIÇÃO ESTADUAL

HORA DE SAÍDA

19:15:40

FATURA/DUPPLICATA

Número Data Vcto. Valor
00054901 23/11/2015 4.209,29

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DE ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO ICMS ST	VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
0,00	0,00	0,00	0,00	4.209,29
VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS	VALOR DO IPT
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VALOR TOTAL DOS IMPOSTOS	VALOR TOTAL DA NOTA			
0,00	4.209,29			

TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS

RAZÃO SOCIAL	PRETE POR CONTA	CODIGO ANTT	PLACA DO VEICULO	UF	CNPJ/CPF
	9-Sem Frete				
ENDEREÇO	MUNICÍPIO	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL		
QUANTIDADE	ESPECIE	MARCA	NÚMERAÇÃO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO
0			1	0,000	0,000

DADOS DO PRODUTO/SERVIÇO

COD. PROD.	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	NCM	CFOP	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	B.CÁLC. ICMS	VALOR ICMS	VALOR IPT	ALÍQUOTAS ICMS IPT	VALOR TOTAL IMPOSTOS
057070	ACUCAR ITAJÁ PACOTE DE 1K FARDOS C/ 30KG	17013300	0102	5102	PD	3,0000	32,9600	264,80				0,00
046997	BISCOITO VITARELA CREAM CRACKER 30X400G	23099030	0102	5103	CX	10,0000	63,0000	630,00				0,00
003065	CARNE BOV. MOIDA O KG	02013900	0102	5102	KG	100,0000	13,3500	1.335,00				0,00
000657	CEBOLA NACIONAL OKG	07031019	0102	5102	KG	30,0000	2,5000	25,00				0,00
000659	CENOURA O KG	07061900	0102	5102	KG	5,0000	2,8900	14,45				0,00
057081	FLOCOS DE MILHO NUTRIVITA 20X200G	11022900	0102	5102	PD	5,0000	23,6000	118,50				0,00
041210	FRANGO MARINHA	02071100	0102	5102	KG	100,0000	3,3450	334,50				0,00
000807	MACA NACIONAL OKG	08081000	0102	5102	KG	66,0000	5,0400	332,64				0,00
046994	MACARRÃO CADORE TIPO ESPAGHETE	19023900	0102	5102	PD	2,0000	44,8500	89,70				0,00
005022	MELANCIA OKG	08071100	0102	5102	KG	123,0000	1,0900	134,25				0,00
057084	MILHO AMARELO P/ CANHUA SINHA	07099911	0102	5103	PD	5,0000	28,2500	141,25				0,00
046993	PAO DOCE	19052890	0102	5102	KG	40,0000	8,9400	357,60				0,00

CERTIFICO QUE:

As despesas foram liquidadas

Os serviços foram prestados

Os materiais foram entregues

Em: 23/11/2015

Assinatura: Maria de Fátima

CÁLCULO DO ISSQN

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS	ALÍQUOTA DO ISSQN	VALOR DO ISSQN

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	RESERVADO AO FISCO

M^{te} Luiza Rocio Brinquel
Secretária Municipal de Educação
Portaria nº 174/2015

Proc. Nº PE 006/21

595

Fls:

Proc. № 76-006/01

ESTADO DO MARANHÃO

File: 596

ORDEN DE PAGAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHÃO

Guidance:

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		PROPOSTA Nº		000272/2015		EXERCÍCIO		2016		Nº DE EMPENHO		001034		DATA DE EMISSÃO		07/03/2015	
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO										DATA DE RECEBIMENTO		14/03/2015					
1 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - NDE																	
FUNÇÃO		SALÁRIO		PROJEÇÃO		SIC. TIPO		MATERIAL		SIC. TIPO		CARGO					
2		306		0251		2-043		Alimentação Escolar para Educação Infantil		SIC. TIPO		CARGO					
Valor da Despesa: 3.100,30 (R\$ 3.100,30) Material da Cozinha																	
Despesa com: 3399																	
07 - Educação de Alimentação																	
Código																	
JCMG OA S. SANTOS - ME																	
Nº		001		001		001		001		001		001					
05.563.009.0001.35																	
Despesa:																	
Código																	
6.5900.003																	
N/A																	
Emissão: 14/03/2015																	

ISTÓRICO DA OPERAÇÃO

[illegible]

PREGÃO PRESENCIAL N.º 001/2016 - CPL

ANEXO VII

CONTRATO N.º 044/2016

TERMO DE CONTRATO PARA FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS.

Por este instrumento de contrato, de um lado o Município de Riachão - MA, com sede administrativa situada à Praça Nossa Senhora de Nazaré, 742 - Centro - Riachão - MA, inscrito no CNPJ/MF: 05.282.801/0001-00, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. CRISOGONO ROGRIGUES VIEIRA, brasileiro, casado, advogado, portador do CPF nº 641.225.498-68, de ora em diante designado simplesmente "CONTRATANTE"; e, de outro lado a empresa **JOAB DA S. SANTOS - EPP**, estabelecida à Praça Antônio Coelho de Miranda, nº 26, Centro, na cidade de Riachão, Estado do Maranhão, inscrita no CNPJ/MF sob nº. **05.663.099/0001-25** e Inscrição Estadual nº. 12207279-0, neste ato representada pelo Sr. **Joab da Silva Santos**, brasileiro, portador do documento RG. nº. 300430949 SSP-MA e CPF. nº. 735.165.973-72, doravante designada simplesmente "CONTRATADA"; e, de conformidade com os elementos constantes no **PREGÃO PRESENCIAL N.º 001/2016 - CPL** e seus anexos, de acordo com a Lei Federal nº. 10.520 de 17/07/2002 e subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, Lei Complementar 123/2006, alterada pela Lei Complementar 147/2014 e demais normas complementares e disposições deste instrumento, têm, entre si, como certo e avençado o presente contrato para **aquisição parcelada de Gêneros Alimentícios para composição da merenda escolar do Município de Riachão** que fica aqui materializado no presente instrumento, o qual reger-se-á segundo as cláusulas e condições que, mutuamente, aceitam e outorgam, a saber:

CLÁUSULA I - DO OBJETO - A CONTRATADA por força do presente instrumento obriga-se nos termos do **PREGÃO PRESENCIAL N.º 001/2016 - CPL** e de sua proposta comercial apresentado pela **aquisição parcelada de Gêneros Alimentícios para composição da merenda escolar do Município de Riachão**, em conformidade com as quantidades especificações solicitadas.

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QUAN T.	UNID.	VALOR	
					V.UNIT	V.TOTAL
3	ALHO - Graúdo do tipo comum, com boa aparência, cabeça inteira, fisiologicamente desenvolvido, com bulbos curados, sem rupturas, danos mecânicos ou causado por pragas, com cheiro e aspectos característicos.	NOVA ERA	300	KG	20,70	6.210,00
5	BATATA INGLESA - comum especial, lavada, tamanho grande ou médio, uniforme, inteira, sem ferimentos ou defeitos,	INGLES A	700	KG	4,28	2.996,00



	firmes e com brilho, sem corpos estranhos ou terra aderida à superfície externa.					
6	BISCOITO DOCE TIPO MAISENA - A base de farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal, amido de milho, cacau açúcar, carbonato de cálcio, lecitina de soja e aromatizante. Embalagem individualizada em papel celofane em caixas de papelão. Validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Pacote de 400g . (caixa c/20 de 400 g)	PILAR	500	CX	73,00	36.500,00
7	BISCOITO TIPO CREAM-CRACKER -A base de farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico (B9), gordura vegetal, extrato de malte, margarina, soro de leite em pó, amido de milho, açúcar, sal, fermento biológico, fermento químico, bicarbonato de sódio (INS 500 ii) emulsificante lecitina de soja e aroma natural de manteiga. contem leite e soja. Embalagens individualizadas em papel celofane em caixas de papelão. Validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Pacote de 400g . (caixa c/20 unid 400g)	PILAR	500	CX	67,80	33.900,00

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



8	CARNE MAGRA MOÍDA (chã de dentro) – fresca, limpa, aspecto e cor próprios da espécie, não amolecida nem pegajosa, sem manchas esverdeadas ou pardacentas, odor próprio, tipo de corte característico da peça. Embalada em saco plástico transparente e atóxico, limpo não violado, resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo. O produto deverá apresentar validade mínima de 20 (vinte) dias a partir da data de entrega. Pacote de 1 kg.	BOVINA	8000	KG	15,50	124.000,00
9	CEBOLA - Não brotada, sem danos fisiológicos ou mecânicos, tamanho médio, uniforme, sem ferimentos ou defeitos, tenra e com brilho, turgescentes, intactas, firmes e bem desenvolvida.	ROTA VERDE	750	KG	3,94	2.955,00
10	CENOURA - Sem folhas, de primeira qualidade, tamanho médio, uniforme, sem ferimentos ou defeitos, tenras, sem corpos estranhos aderidos à superfície externa.	ROTA VERDE	400	KG	3,72	1.488,00
12	COLORAU - O colorífico deve ser constituído de matéria prima de boa qualidade e apresentar aspecto, cor, cheiro e sabor característico do produto, contendo no máximo 10% de sal, de acordo com as normas vigentes. Deverá conter a validade de no mínimo 6 (seis) meses, embalagem com dizeres de rotulagem e data de fabricação. embalagem pacote com 100g.	SINHÁ	200	KG	3,45	690,00

Tecky

Ris

Proc. N^o 7006/21

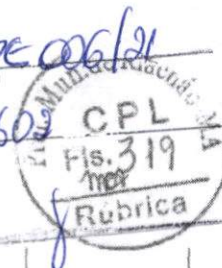
Fis: 600

Ridica: 8



16	FRANGO CONGELADO INTEIRO - Apresentar-se congelado, livre de parasitos e de qualquer substância contaminante que possa alterá-lo ou encobrir alguma alteração, odor e sabor próprios, em porções individuais em saco plástico transparente e atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto. Acondicionado em caixas lacradas. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, quantidade do produto, número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF. O produto deverá apresentar validade mínima de 30 (trinta) dias a partir da data de entrega.	MARINGÁ	8500	KG	6,57	55.845,00
18	MAÇÃ NACIONAL VERMELHA DE 1ª QUALIDADE, MADURO, FRESCO, TAMANHO MÉDIO ISENTAS DE PARASITAS.	ROTA VERDE	3500	KG	6,49	22.715,00
19	MACARRÃO TIPO ESPAGUETE - Massa alimentícia a base de sêmola de trigo, enriquecido com ferro, tipo seca, isenta de sujidades. Pasteurizado, médio, sem ovos, embalagem plástica resistente e transparente, rotulagem contendo informações dos ingredientes, composição nutricional, data de fabricação e prazo de	OREGÃO	150	FARDO	42,16	6.324,00

Red. [Assinatura]



	validade de no mínimo 6 (seis) meses. (Pacote com 20 unid de 500g.)					
20	MACARRÃO TIPO PARAFUSO COM OVOS. EMBALAGEM PLÁSTICA RESISTENTE E TRANSPARENTE DE 500G. DATA DE VALIDADE DE NO MINIMO 12 MESES A PARTIR DA DATA DA ENTREGA FARDO C/ 20 PCT DE 500 G.	OREGO N	100	FARDO	47,90	4.790,00
22	MELANCIA - Redonda, graúda, de primeira qualidade, livre de sujidades, parasitas e larvas, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida e madura, com polpa firme e intacta.	RAJADA	10000	KG	1,30	13.000,00
25	OVO DE GALINHA - classe A, tipo 3 grande. Produto fresco de ave galinácea, tipo grande, íntegro, sem manchas ou sujidades, cor, odor ou sabor anormais, acondicionados em embalagem apropriada com 30 unidades. Proveniente de avicultor com inspeção oficial, devendo atender às exigências do Regulamento interno de inspeção de Produtos de Origem Animal- RISPOA/MA Resolução nº 05 de 05/7/91 - CIPOA/MA.	AVIVAR	100	CARTE LA	9,80	980,00



26	PÃO DOCE (MASSA FINA) DEVE SER FABRICADO COM MATÉRIAS PRIMAS DE PRIMEIRA QUALIDADE, ISENTOS DE MATÉRIA TERROSA, PARASITOS E EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO. O PÃO DEVE APRESENTAR DUAS CROSTAS, CHEIRO: PRÓPRIO E SABOR: PRÓPRIO.	PÃO DOCE	2000	KG	8,85	17.700,00
27	PÃO FRANCÊS, DEVE SER FABRICADO COM MATÉRIAS PRIMAS DE PRIMEIRA QUALIDADE, ISENTOS DE MATÉRIA TERROSA, PARASITOS E EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO. O PÃO DEVE APRESENTAR DUAS CROSTAS, UMA INTERIOR E OUTRA MAIS CONSISTENTE, BEM ADERENTE AO MIOLO. CHEIRO: PRÓPRIO E SABOR: PRÓPRIO. SEGUNDO O INMETRO O PÃO NÃO PODERA ESTAR COM O PESO ABAIXO DE 50G.	FRANCÊS	500	KG	8,90	4.450,00

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



32	SAL REFINADO - Sal iodado, constituído de cristais de granulação uniforme e isento de impurezas e umidade, acondicionado em saco plástico, íntegro, atóxico, resistente, vedado hermeticamente e limpo. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, número do lote data de fabricação, quantidade do produto, número de registro. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Resolução RDC nº 130, de 26 de maio de 2003. Embalagem de 1 kg	BOM DE MESA	500	KG	0,85	425,00
33	SALSICHA - Apresentando-se em gomos uniformes e padronizados, embalada em saco plástico transparente e atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo, acondicionado em caixas lacradas. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto, número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF. Deverá apresentar validade mínima de 30 (trinta) dias a partir da data de entrega.	AVIVAR	900	KG	6,48	5.832,00

[Handwritten signatures]



34	SARDINHA ENLATADA AO MOLHO DE TOMATE. CAIXA C/ 50 LATAS DE 130 G. COM EMBALAGEM ABRE FACIL, INTEGRAL, SEM VESTIGIOS DE FERRUGEM, AMASSADURAS OU ABAULAMENTO. COM PRAZO DE VALIDADE DE NO MINIMO 24 MESES.	PESCADOR	100	CX	134,10	13.410,00
39	TOMATE - Tamanho médio, de primeira qualidade, com aproximadamente 80% de maturação, sem ferimentos ou defeitos, tenro, sem manchas, com coloração uniforme e brilho	ROTA VERDE	1200	KG	4,67	5.604,00
VALOR TOTAL						369.843,75

§ 1º - Fica fazendo parte deste contrato, independentemente de qualquer transcrição com perfeito conhecimento de qualquer transcrição com perfeito conhecimento das partes contratantes, o citado edital do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2016 - CPL** e seus anexos e a proposta comercial apresentada.

§ 2º - As quantidades são apontadas por estimativa, podendo, no entanto, ser modificadas para mais ou para menos, a critério da administração Pública Municipal, respeitados os limites legais com repercussão na correspondente alteração do preço global, para mais ou para menos.


§ 3º - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no fornecimento, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

§ 4º - As supressões que excedam esse limite serão objetos de acordo celebrado entre as partes contratantes, na forma disposta no parágrafo 2º, inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações.

§ 5º - O Município de Riachão rejeitará os produtos que estiverem em desacordo com a proposta apresentada pela licitante vencedora, devendo substituí-los de imediato, sem qualquer ônus adicional ao CONTRATANTE.

§ 6º - O Município de Riachão não se obriga a efetivar contratar/comprar o total dos Gêneros Alimentícios, objeto deste edital, podendo ainda, rejeitá-los no todo ou em parte, desde que haja conveniência para tanto.

CLÁUSULA II - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS - Os Produtos deverão ser entregues à Secretaria Municipal de Educação.




§ 1º - Feita à solicitação pela Secretaria Municipal de Educação, dos Gêneros Alimentícios, o prazo máximo para a entrega, para produtos não perecíveis, será de 03 (três) dias, com preço C.I.F., no Almoxarifado, no endereço descrito na ordem de fornecimento, das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 17h00min aos cuidados do responsável pelo setor de compras. Para os produtos perecíveis os gêneros alimentícios deverão ser entregues diariamente, nos dias letivos, nas Escolas/ nas quantidades estabelecidas na ordem de fornecimento.

§ 2º - Em caso do prazo acima estipulado coincidir com feriados, pontos facultativos, sábados ou domingos, a entrega deverá ocorrer no 1º (primeiro) dia útil subsequente.

§ 3º - Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei nº 8.666/93. Mediante Termo Circunstanciado, o objeto da presente licitação será recebido da seguinte forma:

a) Provisoriamente, por servidor do almoxarifado, quando da entrega para efeito de posterior verificação da conformidade dos objetos licitados com as especificações, e:

b) Definitivamente, pela Comissão de Recebimento da Secretaria Municipal de Educação, e após verificação do atendimento de todas as especificações, da proposta de preços e demais exigências contratuais.

c) Os alimentos ofertados deverão atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial-ABNT, INMETRO etc., atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições contidas no artigo. 39, inciso VIII, da Lei nº. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor)

d) Os produtos perecíveis deverão ser entregues dentro das normas estabelecidas pela Vigilância Sanitária observados prazo de validade ou data máxima de consumo e adequado estado de conservação para assegurar a ingestão de produtos livres de contaminantes microbianos ou de suas toxinas que possam instalar-se nos mesmos em consequência das más condições de exposições ao consumo.

§ 4º - As entregas deverão ser com preço C.I.F. por conta e risco do CONTRATADO, nas quantidades solicitadas e deverão estar obrigatoriamente acompanhados dos competentes documentos fiscais, devidamente discriminados com todos os produtos, marcas e respectivos valores.

§ 5º - É de responsabilidade do CONTRATADO a substituição imediata, depois do comunicado da Administração Municipal, de qualquer produto fora das especificações, deteriorados, avariados ou danificados e inclusive se constatados danos nas embalagens e, ainda, que apresentem deterioração quando da abertura da embalagem, por outro produto de igual qualidade ou superior, sem quaisquer ônus para a Administração Municipal e desde que aprovado o novo produto pela Secretaria Municipal de Educação.

10.1.6 Caso a substituição do produto recusado não ocorra no prazo determinado estará o Contratado incorrendo em atraso na entrega e sujeito à aplicação das sanções previstas na legislação e no Edital 001/2016 - CPL.

10.1.7 O Contratado fica obrigado a trocar, às suas expensas, o produto que vier a ser recusado, sendo que o recebimento provisório não importará sua aceitação.

CLÁUSULA III - DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO - A despesa decorrente desta licitação correrá à conta das seguintes rubricas orçamentárias:



12.306.0251.2-045 Manutenção do Programa de Merenda Escolar Ensino Fundamental
3.3.90.30.00.00 Material de Consumo - **R\$ 296.000,00 (duzentos e noventa e seis mil reais).**

12.306.0251.2-044 Alimentação Escolar para Educação Infantil
3.3.90.30.00.00 Material de Consumo - **R\$ 73.843,75 (setenta e três mil, oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos).**

CLÁUSULA IV - DOS PREÇOS - O CONTRATANTE obriga-se a pagar pelo fornecimento, os preços firmes e irrevogáveis consignados na **CLÁUSULA I - DO OBJETO**, deste instrumento contratual.

§ 1º - Nos preços ofertados estarão inclusos todos os custos, sem a eles se limitarem, exemplificados: encargos, impostos, taxas, despesas diretas e indiretas, pedágios, tributos, frete e demais contribuições pertinentes pelos fornecimentos, constituindo os referidos preços na única contraprestação do **MUNICÍPIO DE RIACHÃO-MA** pela totalidade dos fornecimentos, inclusive carga e descarga, por conta e risco da CONTRATADA.

§ 2º - Atribui-se ao presente contrato o valor global de **R\$ 369.843,75 (trezentos e sessenta e nove mil, oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos)**, considerando os preços por item e as quantidades totais dos produtos.

CLÁUSULA V - DA CONDIÇÃO DE PAGAMENTO

§ 1º - O pagamento será efetuado, subsequentes ao recebimento e aceitação, mediante liberação dos documentos fiscais pela Secretaria Municipal de Educação que administra o presente contrato, depois de efetuadas todas as conferências. O prazo de pagamento será de até 30 (trinta) dias corridos após a entrega dos produtos, por meio de transferência eletrônica, depósito em conta corrente e/ou através de ordem bancária, após a apresentação da respectiva nota fiscal/fatura devidamente discriminada e atestado recebimento do seu objeto pelo setor competente.

§ 2º - As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA e seu vencimento ocorrerá em até 30 (trinta) dias após a data de sua apresentação válida.

§ 3º - Deverá constar no documento fiscal o número da licitação - **PREGÃO PRESENCIAL 001/2016 - CPL**, bem como nome do Banco, nº da Conta Corrente e Agência bancária, da empresa, sem os quais o pagamento ficará retido por falta de informações;

§ 4º - A empresa arcará com todos os custos referentes à mão-de-obra direta e/ou indireta, acrescidos de todos os encargos sociais e obrigações de ordem trabalhista, recursos produtos, transporte, seguros de qualquer natureza, perdas eventuais, despesas administrativas, multas, tributos e demais encargos necessários à prestação dos produtos objeto deste Edital.

§ 5º - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

§ 6º - As notas fiscais/faturas que forem apresentadas em desconformidade ao descrito acima e com erro, serão devolvidas à contratada para retificação e nova apresentação.

§ 7º - Para efetivação dos pagamentos respectivos, deverão ser apresentados juntamente com as Faturas e Notas Fiscais a Certidão Negativa de Débito relativa aos Tributos Federais e à Dívida





Ativa da União, FGTS, Certidão Negativa de Débitos Trabalhista e Certidões Negativas da Dívida Ativa Estadual e Negativa de Débito, devidamente atualizadas;

§ 8º- O não cumprimento do subitem anterior implicará na sustação do pagamento que só será processado após a apresentação das referidas certidões negativas, não podendo ser considerado atraso de pagamento.

CLÁUSULA VI - DA RESCISÃO - O contrato poderá ser declarado rescindido pelo CONTRATANTE independentemente de qualquer interpelação judicial e qualquer indenização, nos seguintes casos:

- a) Falir, entrar em concordata, tiver sua firma dissolvida ou deixar de existir;
- b) Transferir, no todo ou em parte, este contrato, sem prévia e expressa autorização do CONTRATANTE;
- c) Inobservar total ou parcialmente as obrigações assumidas no futuro ajuste;
- d) Desatender às determinações regulares das Secretarias Municipais e dos órgãos competentes;
- e) Nas demais hipóteses previstas em Lei, de acordo com o artigo 78, da Lei 8.666/93 e suas posteriores alterações.

CLÁUSULA VII - DAS PENALIDADES - Ressalvados os casos de força maior, a juízo do CONTRATANTE, fica a CONTRATADA sujeita às penalidades previstas no artigo 7º da Lei n. 10.520/2002, bem como aos artigos 86 e 87 da Lei n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, independentemente de qualquer interpelação judicial, e nos seguintes casos:

I - Multa: caso ocorra a suspensão parcial ou definitiva dos produtos, a CONTRATADA estará sujeita ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) do valor global da contratação.

II - Multa: por recusa em assinar o contrato, no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato atualizado, observando o "caput" do artigo 81, da Lei 8.666/93 e suas posteriores alterações.

III - O montante da multa poderá, a critério do Município de Riachão - MA, ser cobrado de imediato ou compensado com valores de pagamentos devidos a contratada, independentemente de qualquer notificação.

IV - Independentemente da apuração da responsabilidade e da incidência da multa prevista nos itens I e II desta cláusula, o Município de Riachão - MA, poderá aplicar as penalidades de advertência, suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, ocorrendo inadimplência contratual por parte do proponente vencedor, notadamente nas circunstâncias abaixo-relacionadas:

- a) Inobservância no fornecimento do objeto deste edital;
- b) Entrega dos Gêneros Alimentícios fora do padrão/qualidade inferior à apresentada na proposta comercial.

V - E, as demais penalidades previstas no artigo 87, da Lei Federal 8.666/93, e suas alterações posteriores.

§ 1º - Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido, será automaticamente descontado da primeira parcela de preço a que a contratada vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

§ 2º - Após a aplicação de quaisquer penalidades acima previstas, realizar-se-á comunicação escrita à empresa, e publicação no Órgão de Imprensa Oficial (excluídas as penalidades de advertência e multa de mora), constatando o fundamento legal da punição e informando que o fato será registrado no SICAF.

CLÁUSULA VIII - DO REAJUSTE - Os pedidos de reajustes só poderão ocorrer anualmente, de conformidade com a Lei Federal nº 9.069/95 e a Medida Provisória nº 1540- 28, de 04.09.97 e subsequentes. Salvo se houver alterações determinadas pelo Governo Federal ou outro órgão setorial dos produtos, onde os mesmos poderão sofrer readequação por desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, todos devidamente comprovados, de acordo com o artigo 65, inciso II, alínea "d", da Lei 8.666/93 e suas posteriores alterações.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os pedidos de reajuste de preços e de readequação por desequilíbrio deverão ser apresentados por escrito e acompanhados de documentos pertinentes para análise e dirigidos a Comissão Permanente de Licitação.

CLÁUSULA IX - DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO AO EDITAL - A CONTRATADA se obriga a cumprir todas as determinações e exigências contidas no edital do **Pregão Presencial nº 001/2016 - CPL**, e seus anexos, que fica fazendo parte integrante e inseparável deste instrumento, independentemente de estarem aqui transcritas, sob pena de dar causa a rescisão deste contrato e responder pelas penalidades previstas.

CLÁUSULA X - DA VIGÊNCIA - O presente contrato iniciar-se-á na data de sua assinatura, quando serão reconhecidos seus efeitos e vigorará por 12(doze) meses, podendo ser prorrogado e/ou aditivado nos termos e condições previstas na Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Único - Findo o prazo estabelecido no caput desta Cláusula, desde que haja previsão de recursos orçamentários hábeis para o exercício seguinte, prorrogar-se-á por períodos, iguais e sucessivos, por intermédio de Termo Aditivo, desde que haja interesse das partes, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme previsto no art. 57, II, da Lei 8.666/93, salvo se até 60 (sessenta) dias antes do seu término ou de cada uma de suas prorrogações, houver oposição de quaisquer das partes por escrito; a contratada em forma de comunicação protocolada e, a da contratante, por ofício numerado assinado pela autoridade competente.

CLÁUSULA XI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA - na execução do objeto do presente Contrato, obriga-se a CONTRATADA a emendar todo o empenho e dedicação necessários ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe são confiados, obrigando-se ainda a:

I - Responsabilizar-se pela administração, coordenação e supervisão técnica nos fornecimentos ora contratados.

II - Zelar pela qualidade dos fornecimentos e pela execução nos prazos estipulados na Cláusula II deste contrato.

III - Manter durante toda a execução do contrato, as informações sobre os endereços e telefones para contato, devidamente atualizada;




IV - Dar ciência imediata, que deverá cumprir as posturas do Município, e as disposições legais estaduais e federais inerentes;

V - Responsabiliza-se pelos danos causados diretamente à contratante ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

VI - Prestar os esclarecimentos, que lhe forem solicitados e atender prontamente às reclamações sobre seus produtos.

VII - Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes do fornecimento e entrega dos alimentos, inclusive frete, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato e eventuais perdas e danos causados por seus agentes

VIII - Manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

IX - Entregar os alimentos em embalagens resistentes, que proporcione sua integridade até o uso; com data de validade nas condições estipuladas no termo de referência, observadas as normas legais.

X - Entregar os alimentos em transportes adequados, de acordo com as Normas da Vigilância Sanitária, em carros tipo frigorífico (carnes) e com carrocerias cobertas (frutas, vegetais e ovos), que protejam os mesmos de poeira e chuva.

XI - Não transferir ou ceder a outrem, no todo ou em parte para o fornecimento dos produtos.

XII Comunicar, por escrito, à Contratante, qualquer irregularidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessários.

XIII - Substituir os produtos entregues em desconformidade com as normas do Edital especificamente nas condições definidas n Termo de Referência, ANEXO I do Edital.

XIV - Respeitar o prazo estipulado por este contrato para a entrega do objeto.

XV - Facilitar à FISCALIZAÇÃO o acesso aos procedimentos e técnicas adotados;

Parágrafo único - A Prefeitura Municipal de Riachão - MA, não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros, sendo expressamente vedada a subcontratação.

CLÁUSULA XII - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE - Obriga-se o CONTRATANTE a:

I - Solicitar os produtos, especificando o número exato a serem entregues e a respectiva data de entrega.

II - Designar profissionais, para, na qualidade de fiscal, acompanhar, o fornecimento/execução do serviço objeto do contrato;

III - Os fiscais nomeados em cada contrato serão responsáveis pelo acompanhamento, fiscalização e pelo atesto do objeto contratado;

IV - Comunicar à Contratada, através do executor designado, qualquer problema que ocorra durante a execução dos serviços;

V - Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado;

VI - Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas as Obrigações

Contratuais;

VII - Receber e conferir o objeto;

VIII - Recusar o objeto que não estiver de acordo com as especificações;

IX - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

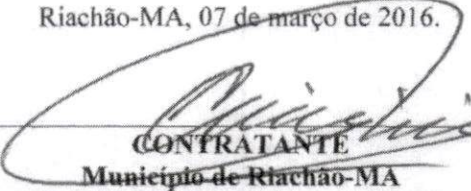
CLÁUSULA XIII - DA FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - Fica desde logo facultado ao CONTRATANTE o direito de fiscalizar a execução dos produtos ora contratados, quando este julgar conveniente, através de prepostos ou de terceiros especialmente destacados, assegurado a estes o livre acesso a todas as informações que se fizerem necessárias.

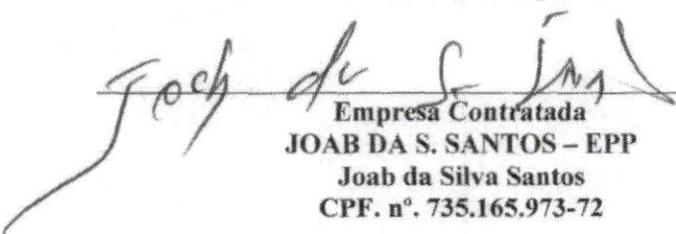
§ 1º - A fiscalização por parte do CONTRATANTE ou a quem este designar, não exime a CONTRATADA da responsabilidade pela qualidade da execução dos produtos contratados.

CLÁUSULA XIV - DO FORO - As partes elegem do Foro da Comarca de Riachão, Estado do Maranhão, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões judiciais relativas ou resultantes do presente contrato.

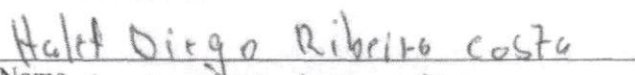
E assim por haverem acordado, declaram ambas as partes aceitas todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente, firmando-o em 03 (três) vias de igual teor, para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

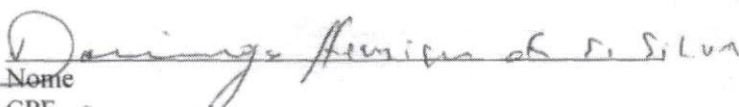
Riachão-MA, 07 de março de 2016.


CONTRATANTE
Município de Riachão-MA
CRISOGONO ROGRIGUES VIEIRA
Prefeito Municipal


Empresa Contratada
JOAB DA S. SANTOS - EPP
Joab da Silva Santos
CPF. nº. 735.165.973-72

TESTEMUNHAS:


Nome
CPF 601.618.743-71


Nome
CPF 841.680.423.49

PREGÃO PRESENCIAL N.º 002/2016 - CPL

Assinatura: [assinatura]

ANEXO VII

CONTRATO N.º 046/2016

TERMO DE CONTRATO PARA FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS.

Por este instrumento de contrato, de um lado o Município de Riachão - MA, com sede administrativa situada à Praça Nossa Senhora de Nazaré, 742 - Centro - Riachão - MA, inscrito no CNPJ/MF: 05.282.801/0001-00, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. CRISOGONO ROGRIGUES VIEIRA, brasileiro, casado, advogado, portador do CPF nº 641.225.498-68, de ora em diante designado simplesmente "CONTRATANTE"; e, de outro lado a empresa **JOAB DA S. SANTOS - EPP**, estabelecida à Praça Antônio Coelho de Miranda, nº 26, Centro, na cidade de Riachão, Estado do Maranhão, inscrita no CNPJ/MF sob nº. **05.663.099/0001-25** e Inscrição Estadual nº. 12207279-0, neste ato representada pelo Sr. **Joab da Silva Santos**, brasileiro, portador do documento RG. nº. 300430949 SSP-MA e CPF. nº. 735.165.973-72, doravante designada simplesmente "CONTRATADA"; e, de conformidade com os elementos constantes no **PREGÃO PRESENCIAL N.º 002/2016 - CPL** e seus anexos, de acordo com a Lei Federal nº. 10.520 de 17/07/2002 e subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, Lei Complementar 123/2006, alterada pela Lei Complementar 147/2014 e demais normas complementares e disposições deste instrumento, têm, entre si, como certo e avençado o presente contrato para **aquisição parcelada de Gêneros Alimentícios para atender as necessidades de todas as unidades da Prefeitura Municipal**, que fica aqui materializado no presente instrumento, o qual reger-se-á segundo as cláusulas e condições que, mutuamente, aceitam e outorgam, a saber:

CLÁUSULA I - DO OBJETO - A CONTRATADA por força do presente instrumento obriga-se nos termos do **PREGÃO PRESENCIAL N.º 002/2016 - CPL** e de sua proposta comercial apresentado pela **aquisição parcelada de gêneros alimentícios para atender as necessidades de todas as unidades da Prefeitura Municipal**.

§ 1º - Fica fazendo parte deste contrato, independentemente de qualquer transcrição com perfeito conhecimento de qualquer transcrição com perfeito conhecimento das partes contratantes, o citado edital do **PREGÃO PRESENCIAL N.º 002/2016 - CPL** e seus anexos e a proposta comercial apresentada.

LOTE IV

	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT	UND.	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	BISCOITO DOCE TIPO MAISENA - A base de farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal, amido, açúcar invertido, soro de leite em pó, carbonato de cálcio, vitaminas B1, B2 e B6, lecitina de soja e aromatizante. Embalagem individualizada em papel celofane em caixas de papelão. Validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Pacote de 400g.	PILAR	1000	UND	3,98	3.980,00

2	BISCOITO TIPO CREAM-CRACKER -A base de farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico (B9), gordura vegetal, extrato de malte, margarina, soro de leite em pó, amido de milho, açúcar, sal, fermento biológico, fermento químico, bicarbonato de sódio (INS 500 ii) emulsificante lecitina de soja e aroma natural de manteiga. contem leite e soja. Embalagens individualizadas em papel celofane em caixas de papelão. Validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Pacote de 400g.	VITARE LA	1000	UND	3,62	3.620,00
VALOR TOTAL DO LOTE						7.600,00

LOTE VIII

	DESCRIÇÃO	MARCA	QUAN T	UND.	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	Refrigerante 2 lts	SCHIN	2300	UND	5,80	13.340,00
2	Sorvete sabores sortidos	KISORW ETO	300	kg	20,00	6.000,00
VALOR TOTAL DO LOTE						19.340,00

LOTE X

	DESCRIÇÃO	MARCA	QUAN T	UND.	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	PÃO FRANCÊS, DEVE SER FABRICADO COM MATÉRIAS PRIMAS DE PRIMEIRA QUALIDADE, ISENTOS DE MATÉRIA TERROSA, PARASITOS E EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO. O PÃO DEVE APRESENTAR DUAS CROSTAS, UMA INTERIOR E OUTRA MAIS CONSISTENTE, BEM ADERENTE AO MIOLO. CHEIRO: PRÓPRIO E SABOR: PRÓPRIO. SEGUNDO O INMETRO O PÃO NÃO PODERA ESTAR COM O PESO ABAIXO DE 50G.	FRANCÊ S	1000	KG	9,50	9.500,00
2	PÃO DOCE (massa fina) deve ser fabricado com matérias primas de primeira qualidade, isentos de matéria terrosa, parasitos e em perfeito estado de conservação. o pão deve apresentar duas crostas, cheiro: próprio e sabor: próprio.	PÃO DOCE	900	KG	9,50	8.550,00
3	Farinha de trigo especial, sem fermento, produto 100% natural, pacote 1 kg	DONTA BENTA	200	KG	3,55	710,00

4	Farinha de trigo especial, com fermento, produto 100% natural, pacote 1 kg	DONTA BENTA	200	KG	3,65	730,00
5	MASSA PRONTA PARA BOLOS - sabores diversos, pacote de 450g.	DONTA BENTA	100	UND	3,70	370,00
6	FERMENTO QUÍMICO, em pó, lata com 100g	ROYAL	100	UND	2,93	293,00
7	Pão de forma, pacote com 500 g	PÃO FORMA	250	PT	5,60	1.400,00
8	Pão de queijo	PÃO QUEIJO	220	KG	12,70	2.794,00
9	BATATA PALHA, pacote de 150g	MARIZA	100	UND	3,55	355,00
10	Chocolate granulado, embalagem 130g	MARIZA	50	UND	2,98	149,00
11	Pacote de pirulito, comum, tipo esfera, duro tradicional, sabores variados, com 650g cada pacote, aprox. 50 pirulitos por pct.	BIG BIG	250	PCT	6,50	1.625,00
12	Bombons de chocolate , Bombom, embalagem de 1kg sabores tipos variados, marca do fabricante e os tipos de bombom e informações adicionais impressos na embalagem, bombons embalados separadamente, embalagem plástica fechada e lacrada.	LACTA	250	PCT	26,00	6.500,00
13	Doce de banana e goiaba, pacote com 50 unidade de 10g cada.	DA FRUTA	100	PCT	11,29	1.129,00
14	Bala mastigável sabores sortidos, pacote com 700g.	ERLAN	150	PCT	4,80	720,00
15	LEITE CONDENSADO, composto de leite integral, açúcar e lactose, sem glúten, embalagem de papelão 270g	CCGL	350	UND	2,75	962,50
16	CREME DE LEITE, embalagem com 200g, validade mínima de 12 meses. (caixa c/ 24 unidades).	CCGL	350	UND	1,75	612,50
VALOR TOTAL DO LOTE						36.400,00

LOTE XII

	DESCRIÇÃO	MARCA	QUAN T	UND.	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	ALHO - Graúdo do tipo comum, com boa aparência, cabeça inteira, fisiologicamente desenvolvido, com bulbos curados, sem rupturas, danos mecânicos ou causado por pragas, com cheiro e aspectos característicos.	NOVA ERA	90	KG	18,99	1.709,10

[Handwritten signatures]

2	BATATA INGLESA - comum especial, lavada, tamanho grande ou médio, uniforme, inteira, sem ferimentos ou defeitos, firmes e com brilho, sem corpos estranhos ou terra aderida à superfície externa.	ROTA VERDE	450	KG	4,25	1.912,50
3	CENOURA - Sem folhas, de primeira qualidade, tamanho médio, uniforme, sem ferimentos ou defeitos, tenras, sem corpos estranhos aderidos à superfície externa.	ROTA VERDE	300	KG	3,40	1.020,00
4	CEBOLA - Não brotada, sem danos fisiológicos ou mecânicos, tamanho médio, uniforme, sem ferimentos ou defeitos, tenra e com brilho, turgescientes, intactas, firmes e bem desenvolvida.	ROTA VERDE	250	KG	3,95	987,50
5	BETERRABA - Sem folhas, de primeira qualidade, bulbos de tamanhos médios, uniformes, sem ferimentos ou defeitos, tenras, sem corpos estranhos ou terra aderida à superfície.	ROTA VERDE	300	KG	3,40	1.020,00
6	TOMATE - Tamanho médio, de primeira qualidade, com aproximadamente 80% de maturação, sem ferimentos ou defeitos, tenro, sem manchas, com coloração uniforme e brilho	LONGA VIDA	350	KG	5,30	1.855,00
7	REPOLHO - Tamanho médio, de primeira qualidade, cabeças fechadas, sem ferimentos ou defeitos, tenros, sem manchas e com coloração uniforme, livre de terra nas folhas externas.	ROTA VERDE	250	KG	3,50	875,00
8	Pimentão verde fresco com o grau máximo no tamanho, aroma e cor da espécie, estar livre de enfermidades, insetos e sujidades, não estar danificado por qualquer lesão de origem física ou mecânica que afete a sua aparência. Não serão permitidas rachaduras, perfurações e cortes.	ROTA VERDE	100	KG	5,95	595,00
VALOR TOTAL DO LOTE						9.974,10



LOTE XIII

	DESCRIÇÃO	MARCA	QUAN T	UND.	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	Abacaxi pérola - verde, de 1ª qualidade, crista fechada, escamas grandes, tamanho grande, doce e	ROTA VERDE	700	KG	3,00	2.100,00

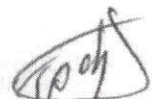

	suculento, de cerca de 1,5 kg.					
2	BANANA - Em pencas, de primeira qualidade, tamanho e coloração uniforme, com polpa firme e intacta, devendo ser bem desenvolvida, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte.	AMAZO NAS	800	KG	3,40	2.720,00
3	LARANJA - Madura, frutos de tamanho médio, no grau máximo de evolução no tamanho, aroma e sabor da espécie, uniformes, sem ferimentos ou defeitos, firmes e com brilho.	ROTA VERDE	750	KG	2,10	1.575,00
4	MAMÃO - Com 80 a 90% de maturação, frutos de tamanho médio, com aproximadamente 400g, no grau máximo de evolução no tamanho, aroma e sabor próprios da espécie, sem ferimentos ou defeitos, firmes e com brilho, livre de sujidades, parasitas e larvas.	PAPAIA	650	KG	4,20	2.730,00
5	Melão - amarelo, a casca deve ser firme, sem rachaduras e de cor vibrante, doce, suculento, de 1ª qualidade.	AMARELO	550	KG	3,88	2.134,00
6	MAÇÃ NACIONAL VERMELHA DE 1ª QUALIDADE, MADURO, FRESCO, TAMANHO MÉDIO ISENTAS DE PARASITAS.	ROTA VERDE	750	KG	6,80	5.100,00
7	MELANCIA - Redonda, graúda, de primeira qualidade, livre de sujidades, parasitas e larvas, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida e madura, com polpa firme e intacta.	RAJADA	2000	KG	1,25	2.500,00
	VALOR TOTAL DO LOTE					18.859,00

LOTE XIV

DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT	UND.	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
-----------	-------	-------	------	------------	-------------

1	<p>FRANGO CONGELADO INTEIRO - Apresentar-se congelado, livre de parasitos e de qualquer substância contaminante que possa alterá-lo ou encobrir alguma alteração, odor e sabor próprios, em porções individuais em saco plástico transparente e atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto. Acondicionado em caixas lacradas. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, quantidade do produto, número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF. O produto deverá apresentar validade mínima de 30 (trinta) dias a partir da data de entrega.</p>	MARINGÁ	1200	KG	6,80	8.160,00
2	<p>PEITO DE FRANGO CONGELADO - Apresentar-se congelado, livre de parasitos e de qualquer substância contaminante que possa alterá-lo ou encobrir alguma alteração, odor e sabor próprios, em porções individuais em saco plástico transparente e atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto. Acondicionado em caixas lacradas. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, quantidade do produto, número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF. O produto deverá apresentar validade mínima de 30 (trinta) dias a partir da data de entrega.</p>	FRIATO	500	KG	13,10	6.550,00
3	<p>CARNE MAGRA MOÍDA (chã de dentro) - fresca, limpa, aspecto e cor próprios da espécie, não amolecida nem pegajosa, sem manchas esverdeadas ou pardacentas, odor próprio, tipo de corte característico da peça. Embalada em saco plástico transparente e atóxico, limpo não violado, resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo. O produto deverá apresentar validade mínima de</p>	BOVINA	1500	KG	17,50	26.250,00

	20 (vinte) dias a partir da data de entrega. Pacote de 1 kg.					
4	CARNE BOVINA DE 1ª, fresca, limpa, aspecto e cor próprios da espécie, não amolecida nem pegajosa, sem manchas esverdeadas ou pardacentas, odor próprio, tipo de corte característico da peça. Embalada em saco plástico transparente e atóxico, limpo não violado, resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo. O produto deverá apresentar validade mínima de 20 (vinte) dias a partir da data de entrega. Pacote de 1 kg.	BOVINA	800	KG	17,90	14.320,00
5	CARNE BOVINA COM OSSO (CHAMBARI) - fresca, limpa, aspecto e cor próprios da espécie, não amolecida nem pegajosa, sem manchas esverdeadas ou pardacentas, odor próprio, tipo de corte característico da peça. Embalada em saco plástico transparente e atóxico, limpo não violado, resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo. O produto deverá apresentar validade mínima de 20 (vinte) dias a partir da data de entrega. Pacote de 1 kg.	BOVINA	300	KG	5,60	1.680,00
6	CARNE BOVINA TIPO COSTELA - fresca, limpa, aspecto e cor próprios da espécie, não amolecida nem pegajosa, sem manchas esverdeadas ou pardacentas, odor próprio, tipo de corte característico da peça. Embalada em saco plástico transparente e atóxico, limpo não violado, resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo. O produto deverá apresentar validade mínima de 20 (vinte) dias a partir da data de entrega. Pacote de 1 kg.	BOVINA	200	KG	8,80	1.760,00
7	CARNE BOVINA DE SOL DE 1ª	BOVINA	200	KG	20,63	4.126,00

[Handwritten signature]

8	Queijo, tipo mussarela, de 1ª qualidade, com ingredientes leite, conservação 0 a 10°C. Produto próprio para o consumo humano e em conformidade com a legislação sanitária em vigor. Apresentação em barra, acondicionada em embalagem plástica apropriada, transparente, ímpar, resistente e inviolável. A embalagem original deverá ser a vácuo e conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número do lote, data de validade, quantidade de produto, número do registro no inistério da Agricultura/SIF/DIPOA, carimbo de inspeção do SIF e atender as especificações técnicas da ANVISA e Inmetro. Prazo de validade mínima de 30 dias a partir da data de onservação em ambiente refrigerado.	FRIOBO M	200	KG	21,97	4.394,00
VALOR TOTAL DO LOTE						67.240,00

§ 2º - As quantidades são apontadas por estimativa, podendo, no entanto, ser modificadas para mais ou para menos, a critério da administração Pública Municipal, respeitados os limites legais com repercussão na correspondente alteração do preço global, para mais ou para menos.

§ 3º - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no fornecimento, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

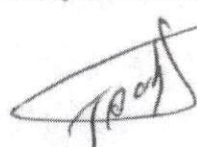

§ 4º - As supressões que excedam esse limite serão objetos de acordo celebrado entre as partes contratantes, na forma disposta no parágrafo 2º, inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações.

§ 5º - O Município de Riachão rejeitará os produtos que estiverem em desacordo com a proposta apresentada pela licitante vencedora, devendo substituí-los de imediato, sem qualquer ônus adicional ao CONTRATANTE.

§ 6º - O Município de Riachão não se obriga a efetivar contratar/comprar o total dos Gêneros Alimentícios, objeto deste edital, podendo ainda, rejeitá-los no todo ou em parte, desde que haja conveniência para tanto.

CLÁUSULA II - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS - Os Produtos deverão ser entregues às Secretarias Municipais.

§ 1º - Feita à solicitação pelas Secretarias Municipais, dos Gêneros Alimentícios, o prazo máximo para a entrega, para produtos não perecíveis, será de 03 (três) dias, com preço C.I.F., no Almoxarifado, no endereço descrito na ordem de fornecimento, das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 17h00min aos cuidados do responsável pelo setor de compras. Para os produtos perecíveis os gêneros alimentícios deverão ser entregues diariamente.

Proc. No. RE 006/21

FIS: 620

Quidica: 8

12.361.0403.2-046 Manutenção Coordenação e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
3.3.90.30.00.00 Material de Consumo – **R\$ 25.898,30 (vinte e cinco mil oitocentos e noventa e oito reais e trinta centavos)**

12.361.0403.2-073 Manutenção do Ensino Fundamental – FUNDEB
3.3.90.30.00.00 Material de Consumo – **R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)**

10.301.0210.2-055 Manutenção do Atendimento de Média Complexidade /CAPS
3.3.90.30.00.00 Material de Consumo – **R\$ 2.000,00 (dois mil reais)**

10.301.0210.2-056 Manutenção do Programa Saúde na Escola – PSE
3.3.90.30.00.00 Material de Consumo – **R\$ 2.000,00 (dois mil reais)**

10.302.0210.2-059 Manutenção do Atendimento Básico de Saúde
3.3.90.30.00.00 Material de Consumo – **R\$ 53.103,00 (cinquenta e três mil cento e três reais)**

10.305.0245.2-061 Manutenção do Programa de Vigilância Epidemiológica em Saúde
3.3.90.30.00.00 Material de Consumo – **R\$ 2.000,00 (dois mil reais)**

08.244.0124.2-070 Gestão e Manutenção das Atividades Relacionadas ao CRAS/FAIF e Afins
3.3.90.30.00.00 Material de Consumo – **R\$ 10.000,00 (dez mil reais)**

08.244.0130.2-072 Programas de Proteção Social Básica, Piso Básico Fixo e Variável SCFV
3.3.90.30.00.00 Material de Consumo – **R\$ 53.611,80 (cinquenta e três mil seiscentos e onze reais e oitenta centavos)**

CLÁUSULA IV - DOS PREÇOS - O CONTRATANTE obriga-se a pagar pelo fornecimento, os preços firmes e irrevogáveis consignados na **CLÁUSULA I - DO OBJETO**, deste instrumento contratual.

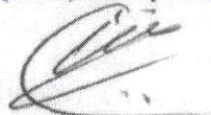
§ 1º - Nos preços ofertados estarão inclusos todos os custos, sem a eles se limitarem, exemplificados: encargos, impostos, taxas, despesas diretas e indiretas, pedágios, tributos, frete e demais contribuições pertinentes pelos fornecimentos, constituindo os referidos preços na única contraprestação do **MUNICÍPIO DE RIACHÃO-MA** pela totalidade dos fornecimentos, inclusive carga e descarga, por conta e risco da CONTRATADA.

§ 2º - Atribui-se ao presente contrato o valor global de **R\$ 159.413,10 (cento e cinquenta e nove mil, quatrocentos e treze reais e dez centavos)**, considerando os preços por lotes e as quantidades totais dos produtos.

CLÁUSULA V - DA CONDIÇÃO DE PAGAMENTO

§ 1º - O pagamento será efetuado, subsequentes ao recebimento e aceitação, mediante liberação dos documentos fiscais pelas Secretarias Municipais que administram o presente contrato, depois de efetuadas todas as conferências. O prazo de pagamento será de até 30 (trinta) dias corridos após a entrega dos produtos, por meio de transferência eletrônica, depósito em conta corrente e/ou através de ordem bancária, após a apresentação da respectiva nota fiscal/fatura devidamente discriminada e atestado recebimento do seu objeto pelo setor competente.

§ 2º - As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA e seu vencimento ocorrerá em até 30 (trinta) dias após a data de sua apresentação válida.



§ 3º - Deverá constar no documento fiscal o número da licitação - **PREGÃO PRESENCIAL 002/2016 - CPL**, bem como nome do Banco, nº da Conta Corrente e Agência bancária, da empresa, sem os quais o pagamento ficará retido por falta de informações;

§ 4º - A empresa arcará com todos os custos referentes à mão-de-obra direta e/ou indireta, acrescidos de todos os encargos sociais e obrigações de ordem trabalhista, recursos produtos, transporte, seguros de qualquer natureza, perdas eventuais, despesas administrativas, multas, tributos e demais encargos necessários à prestação dos produtos objeto deste Edital.

§ 5º - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

§ 6º - As notas fiscais/faturas que forem apresentadas em desconformidade ao descrito acima e com erro, serão devolvidas à contratada para retificação e nova apresentação.

§ 7º - Para efetivação dos pagamentos respectivos, deverão ser apresentados juntamente com as Faturas e Notas Fiscais a Certidão Negativa de Débito relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, FGTS, Certidão Negativa de Débitos Trabalhista e Certidões Negativas da Dívida Ativa Estadual e Negativa de Débito, devidamente atualizadas;

§ 8º - O não cumprimento do subitem anterior implicará na sustação do pagamento que só será processado após a apresentação das referidas certidões negativas, não podendo ser considerado atraso de pagamento.

CLÁUSULA VI - DA RESCISÃO - O contrato poderá ser declarado rescindido pelo CONTRATANTE independentemente de qualquer interpelação judicial e qualquer indenização, nos seguintes casos:

- a) Falir, entrar em concordata, tiver sua firma dissolvida ou deixar de existir;
- b) Transferir, no todo ou em parte, este contrato, sem prévia e expressa autorização do CONTRATANTE;
- c) Inobservar total ou parcialmente as obrigações assumidas no futuro ajuste;
- d) Desatender às determinações regulares das Secretarias Municipais e dos órgãos competentes;
- e) Nas demais hipóteses previstas em Lei, de acordo com o artigo 78, da Lei 8.666/93 e suas posteriores alterações.

CLÁUSULA VII - DAS PENALIDADES - Ressalvados os casos de força maior, a juízo do CONTRATANTE, fica a CONTRATADA sujeita às penalidades previstas no artigo 7º da Lei n. 10.520/2002, bem como aos artigos 86 e 87 da Lei n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, independentemente de qualquer interpelação judicial, e nos seguintes casos:

I - Multa: caso ocorra a suspensão parcial ou definitiva dos produtos, a CONTRATADA estará sujeita ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) do valor global da contratação.

II - Multa: por recusa em assinar o contrato, no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato atualizado, observando o "caput" do artigo 81, da Lei 8.666/93 e suas posteriores alterações.

III - O montante da multa poderá, a critério do Município de Riachão-MA, ser cobrado de imediato ou compensado com valores de pagamentos devidos a contratada, independentemente de qualquer notificação.

IV - Independentemente da apuração da responsabilidade e da incidência da multa prevista nos itens I e II desta cláusula, o Município de Riachão-MA, poderá aplicar as penalidades de advertência, suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, ocorrendo inadimplência contratual por parte do proponente vencedor, notadamente nas circunstâncias abaixo-relacionadas:

a) Inobservância no fornecimento do objeto deste edital;

b) Entrega dos Gêneros Alimentícios fora do padrão/qualidade inferior à apresentada na proposta comercial.

V - E, as demais penalidades previstas no artigo 87, da Lei Federal 8.666/93, e suas alterações posteriores.

§ 1º - Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido, será automaticamente descontado da primeira parcela de preço a que a contratada vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

§ 2º - Após a aplicação de quaisquer penalidades acima previstas, realizar-se-á comunicação escrita à empresa, e publicação no Órgão de Imprensa Oficial (excluídas as penalidades de advertência e multa de mora), constatando o fundamento legal da punição e informando que o fato será registrado no SICAF.

CLÁUSULA VIII - DO REAJUSTE - Os pedidos de reajustes só poderão ocorrer anualmente, de conformidade com a Lei Federal nº 9.069/95 e a Medida Provisória nº 1540- 28, de 04.09.97 e subsequentes. Salvo se houver alterações determinadas pelo Governo Federal ou outro órgão setorial dos produtos, onde os mesmos poderão sofrer readequação por desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, todos devidamente comprovados, de acordo com o artigo 65, inciso II, alínea "d", da Lei 8.666/93 e suas posteriores alterações.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os pedidos de reajuste de preços e de readequação por desequilíbrio deverão ser apresentados por escrito e acompanhados de documentos pertinentes para análise e dirigidos a Comissão Permanente de Licitação.

CLÁUSULA IX - DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO AO EDITAL - A CONTRATADA se obriga a cumprir todas as determinações e exigências contidas no edital do **Pregão Presencial nº 002/2016 - CPL**, e seus anexos, que fica fazendo parte integrante e inseparável deste instrumento, independentemente de estarem aqui transcritas, sob pena de dar causa a rescisão deste contrato e responder pelas penalidades previstas.

CLÁUSULA X - DA VIGÊNCIA - O presente contrato iniciar-se-á na data de sua assinatura, quando serão reconhecidos seus efeitos e vigorará por 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado e/ou aditivado nos termos e condições previstas na Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Único - Findo o prazo estabelecido no caput desta Cláusula, desde que haja previsão de recursos orçamentários hábeis para o exercício seguinte, prorrogar-se-á por períodos, iguais e sucessivos, por intermédio de Termo Aditivo, desde que haja interesse das partes, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme previsto no art. 57, II, da Lei 8.666/93, salvo se até 60 (sessenta) dias

antes do seu término ou de cada uma de suas prorrogações, houver oposição de quaisquer das partes por escrito; a contratada em forma de comunicação protocolada e, a da contratante, por ofício numerado assinado pela autoridade competente.

CLÁUSULA XI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA - na execução do objeto do presente Contrato, obriga-se a CONTRATADA a emendar todo o empenho e dedicação necessários ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe são confiados, obrigando-se ainda a:

- I - Responsabilizar-se pela administração, coordenação e supervisão técnica nos fornecimentos ora contratados.
- II - Zelar pela qualidade dos fornecimentos e pela execução nos prazos estipulados na Cláusula II deste contrato.
- III - Manter durante toda a execução do contrato, as informações sobre os endereços e telefones para contato, devidamente atualizada;
- IV - Dar ciência imediata, que deverá cumprir as posturas do Município, e as disposições legais estaduais e federais inerentes;
- V - Responsabiliza-se pelos danos causados diretamente à contratante ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
- VI - Prestar os esclarecimentos, que lhe forem solicitados e atender prontamente às reclamações sobre seus produtos.
- VII - Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes do fornecimento e entrega dos alimentos, inclusive frete, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato e eventuais perdas e danos causados por seus agentes.
- VIII - Manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- IX - Entregar os alimentos em embalagens resistentes, que proporcione sua integridade até o uso; com data de validade nas condições estipuladas no termo de referência, observadas as normas legais.
- X - Entregar os alimentos em transportes adequados, de acordo com as Normas da Vigilância Sanitária, em carros tipo frigorífico (carnes) e com carrocerias cobertas (frutas, vegetais e ovos), que protejam os mesmos de poeira e chuva.
- XI - Não transferir ou ceder a outrem, no todo ou em parte para o fornecimento dos produtos.
- XII Comunicar, por escrito, à Contratante, qualquer irregularidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessários.
- XIII - Substituir os produtos entregues em desconformidade com as normas do Edital especificamente nas condições definidas no Termo de Referência, ANEXO I do Edital.
- XIV - Respeitar o prazo estipulado por este contrato para a entrega do objeto.
- XV - Facilitar à FISCALIZAÇÃO o acesso aos procedimentos e técnicas adotados;

Parágrafo único - A Prefeitura Municipal de Riachão - MA, não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros, sendo expressamente vedada a subcontratação.

CLÁUSULA XII - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE - Obriga-se o CONTRATANTE a:

- I - Solicitar os produtos, especificando o número exato a serem entregues e a respectiva data de entrega.
- II - Designar profissionais, para, na qualidade de fiscal, acompanhar, o fornecimento/execução do serviço objeto do contrato;
- III - Os fiscais nomeados em cada contrato serão responsáveis pelo acompanhamento, fiscalização e pelo atesto do objeto contratado;
- IV - Comunicar à Contratada, através do executor designado, qualquer problema que ocorra durante a execução dos serviços;

- V - Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado;
- VI - Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas as Obrigações Contratuais;
- VII - Receber e conferir o objeto;
- VIII - Recusar o objeto que não estiver de acordo com as especificações;
- IX - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

CLÁUSULA XIII - DA FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - Fica desde logo facultado ao CONTRATANTE o direito de fiscalizar a execução dos produtos ora contratados, quando este julgar conveniente, através de prepostos ou de terceiros especialmente destacados, assegurado a estes o livre acesso a todas as informações que se fizerem necessárias.

§ 1º - A fiscalização por parte do CONTRATANTE ou a quem este designar, não exime a CONTRATADA da responsabilidade pela qualidade da execução dos produtos contratados.

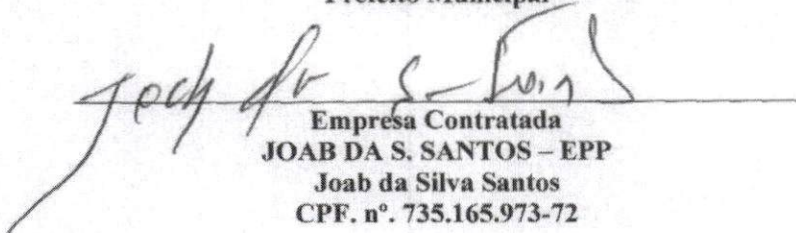
CLÁUSULA XIV - DO FORO - As partes elegem do Foro da Comarca de Riachão, Estado do Maranhão, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões judiciais relativas ou resultantes do presente contrato.

E assim por haverem acordado, declaram ambas as partes aceitas todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente, firmando-o em 03 (três) vias de igual teor, para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Riachão-MA, 07 de março de 2016.

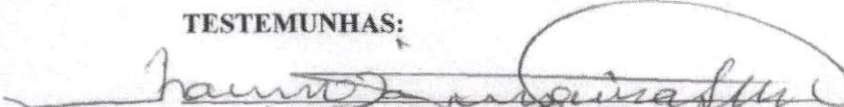


CONTRATANTE
Município de Riachão-MA
CRISOGONO ROGRIGUES VIEIRA
Prefeito Municipal

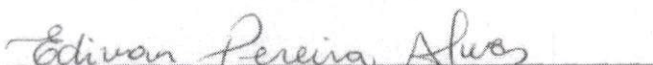


Empresa Contratada
JOAB DA S. SANTOS - EPP
Joab da Silva Santos
CPF. nº. 735.165.973-72

TESTEMUNHAS:



Nome **FRANCISCO DA SILVA MENDES DE SOUSA ALENCAR**
CPF **362.203.703-25**



Nome **Edivan Pereira Alves**
CPF **746.426.693-53**

FICHA CADASTRAL DO CONTRIBUINTE

USUÁRIO: 73516597372

DATA: 14/04/2021

HORA: 07:46

INSC. ESTADUAL: 12.207.279-0

ÚLTIMA ALTERAÇÃO: 06/01/2014

RAZÃO SOCIAL: JOAB DA S SANTOS EPP

Proc. No 7E 006/21

SITUAÇÃO FISCAL: REGULAR

SERASA: Não

MOTIVOS FISCAIS:

Fis: 626

SITUAÇÃO CADASTRAL: ATIVO

MOTIVO CADASTRAL: --

Rubrica: 8

DADOS GERAIS

CPF/CNPJ: 05.663.099/0001-25

INSC. CENTRALIZADORA: --

RAZÃO SOCIAL: JOAB DA S SANTOS EPP

NIRE: 21101318801

TIPO PESSOA: JURÍDICA

INÍCIO DE ATIVIDADES: 30/06/2003

CAPITAL SOCIAL: 100.000,00

AGÊNCIA REGIONAL: 06 - AGÊNCIA DE BALSAS

UFRE: 51 - UFRE/BALSAS

TIPO DE SOCIEDADE: EMPRESÁRIO

CAT. DO ESTABELECIMENTO: MATRIZ OU UNICO

REGIME DE PAG.: SIMPLES NACIONAL

DATA OBRIG. NFE: --

DATA OBRIG. EFD: --

CORREIO ELETRÔNICO: nilza@suprisull.com.br

ÁREA UTILIZADA: 500

ENDEREÇO DE ESTABELECIMENTO

CEP 65990-000

ENDEREÇO PCA ANTONIO COELHO DE MIRANDA

NÚMERO: 26

COMPLEMENTO: --

PONTO DE REFERENC.: PROXIMO GRAUNA MOTOS

BAIRRO: CENTRO

CIDADE: RIACHAO

ESTADO: MA

TELEFONE: (99)3531-0801

FAX: --

CEP CAIXA POSTAL: --

ENDEREÇO FISCAL

CEP --

ENDEREÇO PCA ANTONIO COELHO DE MIRANDA

NÚMERO: 26

COMPLEMENTO: --

PONTO DE REFERENC.: --

BAIRRO: CENTRO

CIDADE: RIACHAO

ESTADO: MA

TELEFONE: (99)3531-0801

FAX: --

CEP CAIXA POSTAL: 00000-000

CNAE - ATIVIDADES ECONÔMICAS

ORDEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO
1	4712100	COMÉRCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINÂNCIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS -
2	4721103	COMÉRCIO VAREJISTA DE LATICÍNIOS E FRIOS
3	4722901	COMÉRCIO VAREJISTA DE CARNES - AÇOGUES
4	4723700	COMÉRCIO VAREJISTA DE BEBIDAS
5	4744001	COMÉRCIO VAREJISTA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS
6	4755502	COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE ARMARINHO
7	4755503	COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE CAMA, MESA E BANHO
8	4761003	COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE PAPELARIA
9	4763601	COMÉRCIO VAREJISTA DE BRINQUEDOS E ARTIGOS RECREATIVOS
10	4763602	COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS ESPORTIVOS
11	4772500	COMÉRCIO VAREJISTA DE COSMÉTICOS, PRODUTOS DE PERFUMARIA E DE HIGIENE PESSOAL
12	4782201	COMÉRCIO VAREJISTA DE CALÇADOS
13	4789001	COMÉRCIO VAREJISTA DE SUVENIRES, BIJUTERIAS E ARTESANATOS

REPRESENTANTES LEGAIS

CNN/CPF	NOME/RAZÃO SOCIAL	TIPO DE RELAÇÃO
73516597372	JOAB DA SILVA SANTOS	801 - EMPRESARIO

AÇÕES JUDICIAIS

TIPO	DATA INCLUSÃO	DATA REVOGAÇÃO	DOC. CONCESSÃO	EFEITO
------	---------------	----------------	----------------	--------

Não existem Ações Judiciais para essa inscrição estadual.

OBRIGATORIEDADE / CREDENCIAMENTO

TIPO	DATA INÍCIO	DATA FIM	SITUAÇÃO
ICMS	01/01/2019	--	Ativo

FICHA CADASTRAL DO CONTRIBUINTE

USUÁRIO: 73516597372

DATA: 14/04/2021

HORA: 07:46

OBRIGATORIEDADE / CREDENCIAMENTO

TIPO	DATA INÍCIO	DATA FIM	SITUAÇÃO
NF-e	29/03/2011	--	Ativo
EFD	01/01/2016	--	Ativo
EFD	01/01/2017	--	Ativo
EFD	01/01/2018	--	Ativo
NFC-e	20/06/2016	--	Ativo

INCENTIVOS / REGIMES ESPECIAIS

TIPO	DATA INÍCIO	DATA FIM	SITUAÇÃO
------	-------------	----------	----------

Não existem Incentivos/Regimes Especiais para essa inscrição

Proc. Nº PE 006/21

Fis: 627

Ronca: 8



Resultado da Consulta SINTEGRA/ICMS

IDENTIFICAÇÃO

CGC: 05.663.099/0001-25 Inscrição Estadual: 12.207279-0

Razão Social: JOAB DA S SANTOS EPP

Regime Apuração: SIMPLES NACIONAL

ENDEREÇO

Logradouro: PCA ANTONIO COELHO DE MIRANDA

Número: 26 Complemento:

Bairro: CENTRO

Município: RIACHÃO UF: MA

CEP: 65990000 DDD: Telefone: 35310801

Proc. Nº 006/21

Fis: 628

Rubrica: 8

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

CNAE Principal: 4712100 - COMÉRCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM
PREDOMINÂNCIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS - MINIMERCADOS,
MERCEARIAS E ARMAZÉNS

CNAEs Secundários	
Código	Descrição CNAE
4763602	COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS ESPORTIVOS
4772500	COMÉRCIO VAREJISTA DE COSMÉTICOS, PRODUTOS DE PERFUMARIA E DE HIGIENE PESSOAL
4782201	COMÉRCIO VAREJISTA DE CALÇADOS
4789001	COMÉRCIO VAREJISTA DE SUVENIRES, BIJUTERIAS E ARTESANATOS
4721103	COMÉRCIO VAREJISTA DE LATICÍNIOS E FRIOS
4722901	COMÉRCIO VAREJISTA DE CARNES - AÇOGUES
4723700	COMÉRCIO VAREJISTA DE BEBIDAS
4744001	COMÉRCIO VAREJISTA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS
4755502	COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE ARMARINHO
4755503	COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE CAMA, MESA E BANHO
4761003	COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE PAPELARIA
4763601	COMÉRCIO VAREJISTA DE BRINQUEDOS E ARTIGOS RECREATIVOS

Situação Cadastral Vigente: HABILITADO

Data desta Situação Cadastral: 17/09/2020

OBRIGAÇÕES

NFe a partir de (CNAE's): 29/03/2011 - (Devido emissão voluntária),

EDF a partir de: 01/01/2016, 01/01/2017, 01/01/2018,

CTE a partir de:

Observação: Os dados acima estão baseados em informações fornecidas pelo próprio contribuinte cadastrado. Não valem como certidão de sua efetiva existência de fato e de direito, não são oponíveis à Fazenda e nem excluem a responsabilidade tributária derivada de operações com ele ajustadas.

Data da Consulta: 14/04/2021

Número da Consulta:

Nova Consulta Imprimir



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Proc. Nº PE 006/21
Fis: 629
Rúbrica: 8

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 14/04/2021 17:01:24

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **JOAB DA S. SANTOS**
CNPJ: **05.663.099/0001-25**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

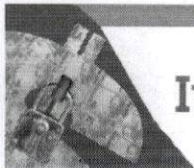
Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e

racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

Proc. Nº RE 006/21
Fls: 630
Ratifica: 8



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (14/04/2021 às 17:08) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CNPJ nº 05.663.099/0001-25.

Proc. Nº TE 006/21

Fis: 631

Assinatura: X

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 6077.4BDA.11A9.8938 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

PROC. Nº PE 006/21

FIS: 632

RECORRIDA: 8

Certifico que nesta data (14/04/2021 às 17:11) **NÃO CONSTA** no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº 735.165.973-72.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 6077.4C60.098B.B072 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php



Proc. Nº TE 006/21

Fis: 633

Quilômetro: 8

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA
DE
LICITANTES INIDÔNEOS

Nome completo: **JOAB DA S. SANTOS**

CPF/CNPJ: **05.663.099/0001-25**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 08:15:29 do dia 27/04/2021, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio
<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5>

Código de controle da certidão: 7HQ1270421081529

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Proc. Nº RE 006/21
Fis: 634
Rubrica: 8

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA
DE
LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **JOAB DA SILVA SANTOS**

CPF/CNPJ: **735.165.973-72**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) **NÃO CONSTA** da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 08:17:15 do dia 27/04/2021, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5>

Código de controle da certidão: A1YL270421081715

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Data da consulta: 14/04/2021 17:00:27

Identificação do Contribuinte - CNPJ Matriz

CNPJ: **05.663.099/0001-25**

A opção pelo Simples Nacional e/ou SIMEI abrange todos os estabelecimentos da empresa

Nome Empresarial: **JOAB DA S. SANTOS**

Situação Atual

Situação no Simples Nacional: **Optante pelo Simples Nacional desde 01/07/2007**

Situação no SIMEI: **NÃO enquadrado no SIMEI**

+ Mais informações

Voltar

Gerar PDF

Proc. Nº 075 006 121

Fis: 635

Razão: 8

EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2021
ANEXO II – PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 00.047/2021

SESSÃO PÚBLICA: 03/05/2021, ÀS 08H30MIN

HORAS.LOCAL: PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA DOS NOGUEIRAS/MA

Proc. Nº PE006/21

Fis: 636

Assinatura: [assinatura]

DADOS DA PROPONENTE:

Razão Social: JOAB DA S. SANTOS

CNPJ(MF) nº: 05.663.099/0001-25 Optante pelo simples: (SIM)

Endereço: PC ANTONIO COELHO DE MIRANDA, 26 – CENTRO

Cidade: Riachão-Maranhão CEP: 65.990-000

Inscrição Estadual nº: 12.207.279-0;

Fone: (99) 3531-0801

E-mail: joabc.santos@hotmail.com

Banco: BRASIL / Agência nº: 4408-3 / Conta Corrente nº: 9502-8 / JOAB DA S SANTOS

a) Dados do responsável para assinatura do contrato:

Nome: Joab da Silva Santos (PROPRIETÁRIO);

RG nº: 300430949 SSP-MA;

CPF nº: 735.165.973-72;

A EMPRESA: JOAB DA S. SANTOS DECLARA QUE:

1 ESTÃO INCLUSAS NO VALOR COTADO, TODAS AS DESPESAS COM MÃO DE OBRA E, BEM COMO, TODOS OS TRIBUTOS E ENCARGOS FISCAIS, SOCIAIS, TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS E COMERCIAIS E, AINDA, OS GASTOS COM TRANSPORTE E ACONDICIONAMENTO DOS PRODUTOS EM EMBALAGENS ADEQUADAS.

2 VALIDADE DA PROPOSTA: **60 (SESSENTA) DIAS.**

3 PRAZO DE INÍCIO DE FORNECIMENTO/EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ACORDO COM O ESTABELECIDO NO TERMO DE REFERENCIA (ANEXO I) DO EDITAL DESSE PROCESSO.

4 QUE NÃO POSSUI COMO SÓCIO, GERENTE E DIRETORES, SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA DOS NOGUEIRAS/MA, E AINDA CÔNJUGE, COMPANHEIRO OU PARENTE ATÉ TERCEIRO GRAU. QUE O PRAZO DE INÍCIO DA ENTREGA DOS MATERIAIS SERÁ DE ACORDO COM OS TERMOS ESTABELECIDOS NO ANEXO I, DESTE EDITAL A CONTAR DO RECEBIMENTO, POR PARTE DA CONTRATADA, DA ORDEM DE COMPRA OU DOCUMENTO SIMILAR, NA (ENDEREÇO): TODOS OS EQUIPAMENTOS SERÃO AVALIADOS, SOB PENA DE DEVOLUÇÃO DE NÃO ACEITE, CASO NÃO ATENDA A DISCRIMINAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA DO REFERIDO EDITAL OU DE MÁ QUALIDADE.

[assinatura]

Proc. Nº PS 006/21Fls: 637Rúbrica: 8**EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2021**
PLANILHA DESCRITIVA E ORÇAMENTÁRIA

ITENS	DESCRIÇÃO	UND	QNTD	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
1	Achocolatado em pó instantâneo sabor de chocolate, vitaminado c/ açúcar, homogêneo, cor própria, cheiro característico e sabor doce. embalagem em pacote de polietileno. Fardo /c/24pct de 500g. EXCLUSIVO PARA ME, EPP E MEI	FD	400	ITALAC	R\$ 198,61	79.444,00
2	Açúcar cristalizado branco, aspecto granuloso, livre de umidade e fragmentos estranhos. Embalagem de polietileno, transparente original do fabricante. Acondicionado em fardos c/ 15 pct de 2 kg, prazo de validade de no mínimo 03 meses da data da entrega. EXCLUSIVO PARA ME, EPP E MEI	FD	400	ITAJÁ	R\$ 109,52	43.808,00
3	Alho grão do tipo comum, cabeça inteira fisiologicamente desenvolvida, com bulbos curados, sem chocamento, danos mecânicos ou causado por pragas. Acondicionados em caixas com 10 kg. EXCLUSIVO PARA ME, EPP E MEI	KG	400	NOVA ERA	R\$ 27,60	11.040,00
4	Arroz polido, longo, fino, tipo 1 cor branca, e sem sujidades, parasitas e bolores. Embalagem de polietileno, transparente original do fabricante. Pacote de 05 kg. Acondicionados em fardos lacrados com 06 pacotes de 05 kg. Data do prazo de validade de no mínimo 03 meses da data da entrega. AMPLA PARTICIPAÇÃO 75%	FD	450	PAINHO	R\$ 155,93	70.168,50
5	Arroz polido, longo, fino, tipo 1 cor branca, e sem sujidades, parasitas e bolores. Embalagem de polietileno, transparente original do fabricante. Pacote de 05 kg. Acondicionados em fardos lacrados com 06 pacotes de 05 kg. Data do prazo de validade de no mínimo 03 meses da data da entrega. EXCLUSIVO PARA ME, EPP E MEI	FD	150	PAINHO	R\$ 155,93	23.389,50

Proc. Nº DE 006/21

Fis: 638

6	Biscoito doce, tipo maisena, sem recheio, consistência crocante, sem corantes artificiais. Embalagem com dupla proteção, cx c/ 20 unid de 400 kg (3x1). Acondicionado em caixa com 08 kg, prazo de validade de no mínimo 03 meses da data da entrega. AMPLA PARTICIPAÇÃO 75%	CX	750	PILAR	R\$ 97,93	73.447,50
7	Biscoito doce, tipo maisena, sem recheio, consistência crocante, sem corantes artificiais. Embalagem com dupla proteção, cx c/ 20 unid de 400 kg (3x1). Acondicionado em caixa com 08 kg, prazo de validade de no mínimo 03 meses da data da entrega. EXCLUSIVO ME, EPP, MEI	CX	250	PILAR	R\$ 97,93	24.482,50
8	Biscoito salgado retangular amanteigado "cream cracker", sem apresentar excesso de dureza e nem quebradiço. Embalagem com dupla proteção, cx com 20 unid de 400 g (3x1). Acondicionado em caixa com 08 kg, prazo de validade de no mínimo 03 meses da data da entrega. AMPLA PARTICIPAÇÃO 75%	CX	750	POTY	R\$ 98,27	73.702,50
9	Biscoito salgado retangular amanteigado "cream cracker", sem apresentar excesso de dureza e nem quebradiço. Embalagem com dupla proteção, cx com 20 unid de 400 g (3x1). Acondicionado em caixa com 08 kg, prazo de validade de no mínimo 03 meses da data da entrega. EXCLUSIVO PARA ME, EPP E MEI	CX	250	POTY	R\$ 98,27	24.567,50
10	Café torrado e moído, cx c/ 20 pct de 250g EXCLUSIVO PARA ME, EPP E MEI	FD	300	MARATA	R\$ 96,67	29.001,00
11	Caldo de carne, tempero culinário, cx c/ 114 unid de 57g EXCLUSIVO PARA ME, EPP E MEI	CX	40	ARISCO	R\$ 156,53	6.261,20
12	Caldo de galinha, tempero culinário cx c/ 90 unid de 114g EXCLUSIVO PARA ME, EPP E MEI	CX	20	ARISCO	R\$ 289,70	5.794,00
13	Carne bovina in natura, tipo costela, apresentação cortada EXCLUSIVO PARA ME, EPP E MEI	KG	1000	MASTER BOI	R\$ 26,47	26.470,00

Proc. Nº RE 006/24

Fis: 639

14	Carne de sol magra de 1ª qualidade cor própria sem manchas esverdeadas ou pardacentas, não amolecida nem pegajosa, odor e sabor próprio. EXCLUSIVO PARA ME, EPP E MEI	KG	1000	MASTER BOI	R\$ 46,60	46.600,00
15	Carne moída magra de 1ª qualidade cor própria sem manchas esverdeadas ou pardacentas, não amolecida nem pegajosa, odor e sabor próprio. Embalada em saco plástico resistente, transparente atóxico. Conteúdo de 2,5 kg. AMPLA PARTICIPAÇÃO 75%	KG	4500	MASTER BOI	R\$ 32,51	146.295,00
16	Carne moída magra de 1ª qualidade cor própria sem manchas esverdeadas ou pardacentas, não amolecida nem pegajosa, odor e sabor próprio. Embalada em saco plástico resistente, transparente atóxico. Conteúdo de 2,5 kg. EXCLUSIVO PARA ME, EPP E MEI	KG	1500	MASTER BOI	32,51	48.765,00
17	Cebola nacional (branca ou rocha), tamanho médio, uniforme, devem se apresentar frescas, não brotada, sem ferimentos ou defeitos, tenra e com brilho. Acondicionadas em sacos com 60 kg. EXCLUSIVO PARA ME, EPP E MEI	KG	1600	ROTA VERDE	R\$ 5,84	9.344,00
18	Côco ralado, coco seco e ralado aplicado na culinária. cx c/ 50 pct de 50g EXCLUSIVO PARA ME, EPP E MEI	CX	160	MAIS COCO	R\$ 150,83	24.132,80
19	Colorífico (fardo c/ 20 unid de 500g) EXCLUSIVO PARA ME, EPP E MEI	FD	50	SINHÁ	R\$ 119,00	5.950,00
20	Creme de leite leve UHT homogeneizado cx c/27 unid de 200g	CX	40	CAMPONESA	R\$ 121,41	4.856,40
21	Extrato de tomate enlatado. (cx. c/24 unid de 350g) EXCLUSIVO PARA ME, EPP E MEI	CX	240	ELEFANTE	R\$ 109,85	26.364,00
22	Farinha láctea com arroz e aveia. (pcte de 400g) EXCLUSIVO PARA ME, EPP E MEI	KG	800	NESTLÉ	R\$ 16,78	13.424,00
23	Farinha de trigo com fermento (fardo. c/10 unid de 1 kg) EXCLUSIVO PARA ME, EPP E MEI	KG	200	ROSA BRANCA	R\$ 56,27	11.254,00

Proc. N° PE 006/21Fls: 640

Rubrica:

24	Feijão preto tipo 1, grão inteiro, aspecto brilhoso, liso, sem a presença de grãos mofados, brotados ou carunchados. Embalagem de plástico transparente integra. Pacote de 01 kg. Acondicionados em fardos com 30 kg. Data do prazo de validade de no mínimo 03 meses da data da entrega. EXCLUSIVO PARA ME, EPP E MEI	FD	40	TIO JORGE	R\$ 253,50	10.140,00
25	Flocão de arroz flocada (fard. c/20unid de 500g) EXCLUSIVO PARA ME, EPP E MEI	FD	400	BELL SABOR	R\$ 64,63	25.852,00
26	Flocão de milho flocada (fard. c/20unid de 500g) EXCLUSIVO PARA ME, EPP E MEI	FD	400	BELL SABOR	R\$ 51,87	20.748,00
27	Frango congelado com 20 kg UNID, cor própria sem manchas esverdeadas ou pardacentas, não amolecida nem pegajosa, odor e sabor próprio. AMPLA PARTICIPAÇÃO 75%	CX	600	AMERICANO	R\$ 229,53	137.718,00
28	Frango congelado com 20 kg UNID, cor própria sem manchas esverdeadas ou pardacentas, não amolecida nem pegajosa, odor e sabor próprio. EXCLUSIVO PARA ME, EPP E MEI	CX	200	AMERICANO	R\$ 229,53	45.906,00
29	Leite condensado cx. com 27 unid. de 200g EXCLUSIVO PARA ME, EPP E MEI	CX	40	CAMPONESA	R\$ 104,60	4.184,00
30	Leite em pó integral. (fard.c/ 50pct de 200g) AMPLA PARTICIPAÇÃO 75%	FD	390	CCGL	R\$ 316,67	123.501,30
31	Leite em pó integral. (fard.c/ 50pct de 200g) EXCLUSIVO PARA ME, EPP E MEI	FD	130	CCGL	R\$ 316,67	41.167,10
32	Lingüiça tipo calabresa fina cozida e defumada de 1ª qualidade sem manchas esverdeadas ou pardacentas, não amolecida nem pegajosa. Embalagem a vácuo, atóxica, resistente, transparente. Data de validade de no mínimo 02 meses da data de entrega. EXCLUSIVO PARA ME, EPP E MEI	KG	600	FRIMESA	R\$ 20,59	12.354,00
33	Macarrão espaguete (fard.c/ 24pct de 500g) EXCLUSIVO PARA ME, EPP E MEI	FD	500	BRANDINE	R\$ 85,57	42.785,00

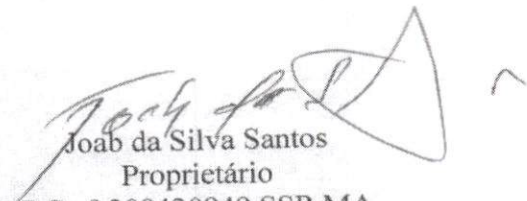
Proc. Nº PE 006/21Fls: 641Rubrica: 8

34	Margarina, composição básica óleos vegetais polinsaturados, sabor com sal, estabilizante ácidos graxos e lecitina de soja, acidulante ácido cítrico, conservante sorbato de potássio, (cx. c/12unid de 1kg). EXCLUSIVO PARA ME, EPP E MEI	CX	280	PRIMOR	R\$ 116,46	32.608,80
35	Milho de canjica amarelo (fard. c/20unid de 500g) EXCLUSIVO PARA ME, EPP E MEI	FD	560	SINHÁ	R\$ 75,53	42.296,80
36	Milho de pipoca fardo com 20 unid de 500g. EXCLUSIVO PARA ME, EPP E MEI	FD	100	SINHÁ	R\$ 94,60	9.460,00
37	Óleo de milho 100% natural, comestível, líquido viscoso, extrato refinadas, fabricadas a partir de matérias primas sãs e limpas. Embalagem pet de 900 ml. Acondicionado em caixa com 20 unidades. Data do prazo de validade de no mínimo 03 meses da data da entrega. AMPLA PARTICIPAÇÃO 75%	CX	20	SINHÁ	R\$ 249,90	71.221,50
38	Óleo de milho 100% natural, comestível, líquido viscoso, extrato refinadas, fabricadas a partir de matérias primas sãs e limpas. Embalagem pet de 900 ml. Acondicionado em caixa com 20 unidades. Data do prazo de validade de no mínimo 03 meses da data da entrega. EXCLUSIVO PARA ME, EPP E MEI	CX	95	SINNHÁ	R\$ 249,90	23.740,50
39	Ovo branco grande tipo extra, classe A, íntegro, sem manchas ou sujidades. Apresentar casca seca e limpa, pouco porosa, resistente e formato característico. Embalados em divisórias de papelão forte para 30 unidades. Acondicionados em caixas com 12 cartelas. EXCLUSIVO PARA ME, EPP E MEI	CX	200	NAASA	R\$ 168,03	33.606,00
40	Polvilho de mandioca (fard c/20unid de 500g) EXCLUSIVO PARA ME, EPP E MEI	FD CX	100 285	PINDUCA SINHA	R\$ 93,80	9.380,00
41	Presunto, tipo cozido e fatiado, ingredientes carne de peru, características adicionais baixo teor de gordura, aplicação alimento humano EXCLUSIVO PARA ME, EPP E MEI	KG	400	SADIA	R\$ 26,96	10.784,00
42	Proteína de soja (fd. c/ 20 pct. de 500g) EXCLUSIVO PARA ME, EPP E MEI	FD	200	MARIZA	R\$ 216,00	43.200,00

Proc. Nº Pe 006/21Fls: 642.Riacha: 8

43	Queijo mussarela fatiado. Apresentar os dados de identificação data de validade, nº de lote. Embalagem plástica transparente, atóxica, limpa, não violada. Conteúdo de 500 g. EXCLUSIVO PARA ME, EPP E MEI	KG	400	CARINHO	R\$ 36,63	14.652,00
44	Sal refinado iodado, constituído de cristais de granulação uniforme, isenta de impureza e umidade, não empedrada. Embalagem plástica resistente. Pacotes de 01 kg. Acondicionados em fardo com 10 kg. Data do prazo de validade de no mínimo 03 meses da data da entrega. EXCLUSIVO PARA ME, EPP E MEI	FD	70	BOM DE MESA	R\$ 20,83	1.458,10
45	Salsicha, origem carne suína e bovina, temperatura conservação -3, prazo validade 180, tipo tradicional EXCLUSIVO PARA ME, EPP E MEI	Kg	400	FRIATO	R\$ 10,80	4.320,00
46	Sardinha com molho de tomate (cx c/50unid de 125g) AMPLA PARTICIPAÇÃO 75%	CX	480	PESCADOR	R\$ 200,00	96.000,00
47	Sardinha com molho de tomate (cx c/50unid de 125g) XCLUSIVO PARA ME, EPP E MEI	CX	160	PESCADOR	R\$ 200,00	32.000,00
48	Tempero completo (cx. c/ 12 unid. de 1 kg) EXCLUSIVO PARA ME, EPP E MEI	CX	70	DU SUL	R\$ 98,32	6.882,40
49	Vinagre cx com 12 unid 750ml EXCLUSIVO PARA ME, EPP E MEI	CX	100	MARATA	R\$ 52,53	5.253,00
						1.729.779,90

Riachão-Maranhão, 03 de maio de 2021


 Joab da Silva Santos
 Proprietário
 RG nº 300430949 SSP-MA
 CPF. nº. 735.165.973-72

COMERCIAL SANTOS

JOAB DA S. SANTOS

CNPJ: 05.663.099/0001-25 INSC. ESTADUAL: 12.207.279-0
PC ANTONIO COELHO DE MIRANDA, 26 - CENTRO
RIACHÃO-MARANHÃO CEP: 65.990-000 FONE: (99) 3531-0801
E-MAIL: joabc.santos@hotmail.com

ANEXO VIII - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

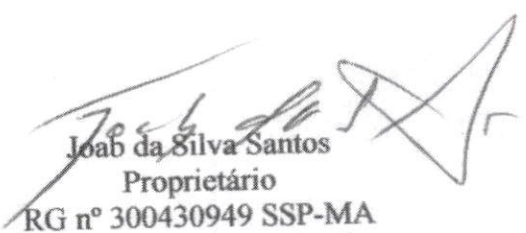
Proc. N° 75 006/21

PREGÃO ELETRÔNICO N° 006/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO n° 00.047/2021

Fls: 643

Riacha:
A EMPRESA JOAB DA S. SANTOS, INSCRITA NO CNPJ N° 05.663.099/0001-25, SEDIADA NA PC ANTONIO COELHO DE MIRANDA, 26 - CENTRO, RIACHÃO-MA, POR INTERMÉDIO DE SEU REPRESENTANTE LEGAL JOAB DA SILVA SANTOS, PORTADOR DA CARTEIRA DE IDENTIDADE N° 300430949 SSP-MA E CPF. N° 735.165.973-72, DECLARA, EM CONFORMIDADE COM A LEI N° 10.520/02, QUE CUMPRE TODOS OS REQUISITOS PARA HABILITAÇÃO PARA ESTE CERTAME LICITATÓRIO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA DOS NOGUEIRAS/MA - PREGÃO ELETRÔNICO N° 006/2021

Riachão-Maranhão, 03 de maio de 2021


Joab da Silva Santos
Proprietário
RG n° 300430949 SSP-MA
CPF. n°. 735.165.973-72

COMERCIAL SANTOS

JOAB DA S. SANTOS

CNPJ: 05.663.099/0001-25 INSC. ESTADUAL: 12.207.279-0
PC ANTONIO COELHO DE MIRANDA, 26 - CENTRO
RIACHÃO-MARANHÃO CEP: 65.990-000 FONE: (99) 3531-0801
E-MAIL: joabc.santos@hotmail.com

ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Proc. Nº RE 006/21

Fis: 644

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 00.047/2021

Rubrica: [assinatura]

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA DOS NOGUEIRAS/MA
AO PREGOEIRO / EQUIPE DE APOIO / COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

A EMPRESA JOAB DA S. SANTOS, INSCRITA NO CNPJ Nº 05.663.099/0001-25, SEDIADA NA PC ANTONIO COELHO DE MIRANDA, 26 - CENTRO, RIACHÃO-MA, POR INTERMÉDIO DE SEU REPRESENTANTE LEGAL JOAB DA SILVA SANTOS, PORTADOR DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº 300430949 SSP-MA E CPF. Nº. 735.165.973-72, DECLARA NÃO TER RECEBIDO DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA DOS NOGUEIRAS/MA OU DE QUALQUER OUTRA ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA OU INDIRETA, EM ÂMBITO FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL, SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E OU IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO, ASSIM COMO NÃO TER RECEBIDO DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL.

Riachão-Maranhão, 03 de maio de 2021

[assinatura]
Joab da Silva Santos

Proprietário

RG nº 300430949 SSP-MA

CPF. nº. 735.165.973-72

COMERCIAL SANTOS

JOAB DA S. SANTOS

CNPJ: 05.663.099/0001-25 INSC. ESTADUAL: 12.207.279-0
PC ANTONIO COELHO DE MIRANDA, 26 - CENTRO
RIACHÃO-MARANHÃO CEP: 65.990-000 FONE: (99) 3531-0801
E-MAIL: joabc.santos@hotmail.com

Proc. Nº PG 006/21

Fis: 645

Rubrica: 8

ANEXO VI - DECLARAÇÃO DO PORTE DA EMPRESA (MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 00.047/2021

A EMPRESA JOAB DA S. SANTOS, INSCRITA NO CNPJ Nº 05.663.099/0001-25, SEDIADA NA PC ANTONIO COELHO DE MIRANDA, 26 - CENTRO, RIACHÃO-MA, POR INTERMÉDIO DE SEU REPRESENTANTE LEGAL JOAB DA SILVA SANTOS, PORTADOR DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº 300430949 SSP-MA E CPF. Nº. 735.165.973-72, DECLARA, SOB AS PENALIDADES DA LEI, QUE SE ENQUADRA COMO EMPRESA DE PEQUENO PORTE, NOS TERMOS DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, ESTANDO APTA A FRUIR OS BENEFÍCIOS E VANTAGENS LEGALMENTE INSTITUÍDAS POR NÃO SE ENQUADRAR EM NENHUMA DAS VEDAÇÕES LEGAIS IMPOSTAS PELO § 4º DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006.

DECLARO, PARA FINS DA LC 123/2006 E SUAS ALTERAÇÕES, SOB AS PENALIDADES DESTA, SER:

() **MICROEMPRESA** - RECEITA BRUTA ANUAL IGUAL OU INFERIOR A 360.____/ UF,00 E ESTANDO APTA A FRUIR OS BENEFÍCIOS E VANTAGENS LEGALMENTE INSTITUÍDAS POR NÃO SE ENQUADRAR EM NENHUMA DAS VEDAÇÕES LEGAIS IMPOSTAS PELO § 4º DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 ALTERADA PELA LC 147/2014.

(X) **EMPRESA DE PEQUENO PORTE** - RECEITA BRUTA ANUAL SUPERIOR A 360.____/ UF,00 E IGUAL OU INFERIOR A 4.800.____/ UF,00 VALORES, ESTANDO APTA A FRUIR OS BENEFÍCIOS E VANTAGENS LEGALMENTE INSTITUÍDAS POR NÃO SE ENQUADRAR EM NENHUMA DAS VEDAÇÕES LEGAIS IMPOSTAS PELO § 4º DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 ALTERADA PELA LC 147/2014.

Riachão-Maranhão, 03 de maio de 2021


Joab da Silva Santos

Proprietário

RG nº 300430949 SSP-MA

CPF. nº. 735.165.973-72

COMERCIAL SANTOS

JOAB DA S. SANTOS

CNPJ: 05.663.099/0001-25 INSC. ESTADUAL: 12.207.279-0

PC ANTONIO COELHO DE MIRANDA, 26 - CENTRO

RIACHÃO-MARANHÃO CEP: 65.990-000 FONE: (99) 3531-0801

E-MAIL: joabc.santos@hotmail.com

Proc. Nº

76.006/21

Fis:

646

Rubrica:

8

ANEXO V – DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 00.047/2021

EU, JOAB DA SILVA SANTOS, PORTADOR DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº 300430949 SSP-MA E CPF. Nº. 735.165.973-72, COMO REPRESENTANTE DEVIDAMENTE CONSTITUÍDO DA JOAB DA S. SANTOS, INSCRITA NO CNPJ Nº 05.663.099/0001-25, SEDIADA NA PC ANTONIO COELHO DE MIRANDA, 26 – CENTRO, RIACHÃO-MA, PARA FINS DO DISPOSTO NO EDITAL DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2021, DECLARA, SOB AS PENAS DA LEI, EM ESPECIAL O ART. 299 DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO, QUE:

A) A PROPOSTA APRESENTADA PARA PARTICIPAR DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2021, FOI ELABORADA DE MANEIRA INDEPENDENTE (PELO LICITANTE), E O CONTEÚDO DA PROPOSTA NÃO FOI, NO TODO OU EM PARTE, DIRETA OU INDIRETAMENTE, INFORMADO, DISCUTIDO OU RECEBIDO DE QUALQUER OUTRO PARTICIPANTE POTENCIAL OU DE FATO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2021, POR QUALQUER MEIO OU POR QUALQUER PESSOA;

B) A INTENÇÃO DE APRESENTAR A PROPOSTA ELABORADA PARA PARTICIPAR DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2021 NÃO FOI INFORMADA, DISCUTIDA OU RECEBIDA DE QUALQUER OUTRO PARTICIPANTE POTENCIAL OU DE FATO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2021, POR QUALQUER MEIO OU POR QUALQUER PESSOA;

C) QUE NÃO TENTOU, POR QUALQUER MEIO OU POR QUALQUER PESSOA, INFLUIR NA DECISÃO DE QUALQUER OUTRO PARTICIPANTE POTENCIAL OU DE FATO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2021 QUANTO A PARTICIPAR OU NÃO DA REFERIDA LICITAÇÃO;

D) QUE O CONTEÚDO DA PROPOSTA APRESENTADA PARA PARTICIPAR DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2021 NÃO SERÁ, NO TODO OU EM PARTE, DIRETA OU INDIRETAMENTE, COMUNICADO OU DISCUTIDO COM QUALQUER OUTRO PARTICIPANTE POTENCIAL OU DE FATO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2021 ANTES DA ADJUDICAÇÃO DO OBJETO DA REFERIDA LICITAÇÃO;

E) QUE O CONTEÚDO DA PROPOSTA APRESENTADA PARA PARTICIPAR DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2021 NÃO FOI, NO TODO OU EM PARTE, DIRETA OU INDIRETAMENTE, INFORMADO, DISCUTIDO OU RECEBIDO DE QUALQUER INTEGRANTE DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA DOS NOGUEIRAS/MA, ANTES DA ABERTURA OFICIAL DAS PROPOSTAS; E

F) QUE ESTÁ PLENAMENTE CIENTE DO TEOR E DA EXTENSÃO DESTA DECLARAÇÃO E QUE DETÉM PLENOS PODERES E INFORMAÇÕES PARA FIRMÁ-LA.

Riachão-Maranhão, 03 de maio de 2021

Joab da Silva Santos

Proprietário

RG nº 300430949 SSP-MA

CPF. nº. 735.165.973-72

COMERCIAL SANTOS

JOAB DA S. SANTOS

CNPJ: 05.663.099/0001-25 INSC. ESTADUAL: 12.207.279-0
PC ANTONIO COELHO DE MIRANDA, 26 - CENTRO
RIACHÃO-MARANHÃO CEP: 65.990-000 FONE: (99) 3531-0801
E-MAIL: joabc.santos@hotmail.com

Proc. Nº PE 006/9
FIS: 647
Rubrica: 8

ANEXO IV - DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 00.047/2021

A EMPRESA JOAB DA S. SANTOS, INSCRITA NO CNPJ Nº 05.663.099/0001-25, SEDIADA NA PC ANTONIO COELHO DE MIRANDA, 26 - CENTRO, RIACHÃO-MA, POR INTERMÉDIO DE SEU REPRESENTANTE LEGAL JOAB DA SILVA SANTOS, PORTADOR DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº 300430949 SSP-MA E CPF. Nº. 735.165.973-72, DECLARA, PARA FINS DO DISPOSTO NO INC. V DO ART. Nº 27 DA LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993, ACRESCIDO PELA LEI Nº 9.854, DE 27 DE OUTUBRO DE 1999, QUE NÃO EMPREGA MENOR DE DEZOITO ANOS EM TRABALHO NOTURNO, PERIGOSO OU INSALUBRE E NÃO EMPREGA MENOR DE DEZESSEIS ANOS.

RESSALVA: EMPREGA MENOR, A PARTIR DE QUATORZE ANOS, NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ (NÃO)

Riachão-Maranhão, 03 de maio de 2021


Joab da Silva Santos

Proprietário

RG nº 300430949 SSP-MA

CPF. nº. 735.165.973-72

COMERCIAL SANTOS

JOAB DA S. SANTOS

CNPJ: 05.663.099/0001-25 INSC. ESTADUAL: 12.207.279-0
PC ANTONIO COELHO DE MIRANDA, 26 - CENTRO
RIACHÃO-MARANHÃO CEP: 65.990-000 FONE: (99) 3531-0801
E-MAIL: joabc.santos@hotmail.com

Proc. Nº

Fis:

Riacha:

ANEXO III - DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2021 PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 00.047/2021

À PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA DOS NOGUEIRAS/MA.
À PREGOEIRA E EQUIPE DE APOIO.

EU, **JOAB DA SILVA SANTOS, PORTADOR DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº 300430949 SSP-MA E CPF. Nº. 735.165.973-72, ABAIXO ASSINADO, NA QUALIDADE DE RESPONSÁVEL LEGAL DA PROPONENTE JOAB DA S. SANTOS, INSCRITA NO CNPJ Nº 05.663.099/0001-25, SEDIADA NA PC ANTONIO COELHO DE MIRANDA, 26 - CENTRO, RIACHÃO-MA, DECLARA EXPRESSAMENTE QUE SE SUJEITA ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL ACIMA CITADO E QUE ACATARÁ INTEGRALMENTE QUALQUER DECISÃO QUE VENHA A SER TOMADA PELO LICITADOR QUANTO À QUALIFICAÇÃO APENAS DAS PROPONENTES QUE TENHAM ATENDIDO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E QUE DEMONSTREM INTEGRAL CAPACIDADE DE EXECUTAR O FORNECIMENTO DO BEM PREVISTO.**

DECLARA, AINDA, PARA TODOS OS FINS DE DIREITO, A INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO OU QUE COMPROMETA A IDONEIDADE DA PROPONENTE NOS TERMOS DO ARTIGO 32, PARÁGRAFO 2º, E ARTIGO 97 DA LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993, E ALTERAÇÕES SUBSEQUENTES.

Riachão-Maranhão, 03 de maio de 2021

Joab da Silva Santos

Proprietário

RG nº 300430949 SSP-MA

CPF. nº. 735.165.973-72



Proc. Nº TR 006/21

Fis: 649

Rubrica: 8

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Previdência e Trabalho
Secretaria de Trabalho
Subsecretaria de Inspeção do Trabalho

CERTIDÃO DE DÉBITOS
NEGATIVA

EMPREGADOR: JOAB DA S. SANTOS (COMERCIAL SANTOS DE RIACHAO)

CNPJ: 05.663.099/0001-25

DATA E HORA DA EMISSÃO: 14/04/2021, às 08h18

CERTIFICA-SE, de acordo com às informações registradas no sistema CPMR - Controle de Processos de Multas e Recursos que, nesta data, **NÃO CONSTAM** débitos decorrentes de autuações em face do empregador acima identificado.

1. Esta certidão abrange todos os estabelecimentos do empregador.

2. A presente certidão não modifica a situação do empregador que conste do cadastro previsto na Portaria Interministerial MTE/SDH nº 2, de 12 de maio de 2011, que disciplina o Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas a de escravo.

3. Conforme artigo 5º único da portaria 1421/2014 do MTE, a certidão ora instituída refletirá sempre a última situação ocorrida em cadastros administrativos pelo emitente, de modo que, havendo processos enviados à Procuradoria da Fazenda Nacional - PFN, quanto a estes, poderá ser obtida certidão perante aquele órgão, visando a demonstrar a situação atualizada dos mesmos.

4. A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço <http://www.mte.gov.br/certidao/infracoes/debitos> utilizando o código **42uGxwS**.

5. Expedida com base na Portaria MTE nº 1.421, de 12 de setembro de 2014. Emitida gratuitamente.



Proc. Nº RE006/21

Fis: 650

Ruionca: 8

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Previdência e Trabalho
Secretaria de Trabalho
Subsecretaria de Inspeção do Trabalho
Relação de Infrações Trabalhistas

EMPREGADOR: JOAB DA S. SANTOS (COMERCIAL SANTOS DE RIACHAO) E TODAS AS SUAS FILIAIS.

CNPJ: 05.663.099/0001-25

DATA E HORA DA EMISSÃO: 14/04/2021, às 08h34

DISPOSITIVO LEGAL CONSULTADO: TODOS DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA

Quantidade de Processos Por Situação:

Procedentes com efeito para reincidência: 0

Procedentes sem efeito para reincidência: 3

Todos os demais: Não consultado.

1. Esta consulta abrange todos os estabelecimentos do empregador.

2. A presente consulta não modifica a situação do empregador que conste do cadastro previsto na Portaria Interministerial MTE/SDH nº 2, de 12 de maio de 2011, que disciplina o Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas a de escravo.

3. A autenticidade desta consulta poderá ser confirmada no endereço <http://cdcit.mte.br/inter/cdcit/pages/infracoes/verificar> utilizando o código **42uKzrU**.

4. Expedida com base na Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011. Emitida gratuitamente.

5 - Será considerado reincidente o empregador infrator que for autuado por infração ao mesmo dispositivo legal, antes de decorridos 02 (dois) anos da imposição de penalidade.

DETALHAMENTO

SITUAÇÃO: Procedente

ESTABELECIMENTO: 05.663.099/0001-25

PROCESSO: 46223.006851/2018-80

GRUPO DE INFRAÇÃO: REGISTRO E CTPS

DISPOSITIVO LEGAL: Art. 41, 'caput', c/c art. 47, §1º, da Consolidação das Leis do Trabalho, com redação conferida pela Lei 13.467/17.

DATA DA DECISÃO: 28/12/2018

PROCESSO: 46311.000558/2014-96

GRUPO DE INFRAÇÃO: REGISTRO E CTPS

DISPOSITIVO LEGAL: Art. 41, 'caput' da CLT

DATA DA DECISÃO: 26/06/2014

PROCESSO: 46311.000559/2014-31

GRUPO DE INFRAÇÃO: QUADRO HORÁRIO

DISPOSITIVO LEGAL: Art. 74, § 2º da CLT

DATA DA DECISÃO: 26/06/2014

Proc. Nº PC 006/21

Fis: 651

Assinatura: 8

ANEXO - Relação dos Dispositivos Legais Consultados

Art 9º, caput, da MP 927.
Art. 1º da Lei nº 5.811, de 11 de outubro de 1972.
Art. 1º da Lei nº 605/1949.
Art. 1º da Lei Complementar nº 110, de 29.6.2001.
Art. 1º da Lei nº 12.436/2011.
Art. 1º da Lei nº 4.090, de 13.7.1962, com as alterações introduzidas pelo art. 1º, da Lei nº 4.749, de 12.8.1965 c/c o art. 19 da Lei Complementar 150, de 2015.
Art. 1º da Lei nº 4.090, de 13.7.1962, com as alterações introduzidas pelo art. 1º, da Lei nº 4.749, de 12.8.1965.
Art. 1º da Lei nº 4.090, de 13.7.1962, com as alterações introduzidas pelo art. 2º, § 2º, da Lei nº 4.749, de 12.8.1965 c/c o art. 19 da Lei Complementar 150, de 2015.
Art. 1º da Lei nº 4.090, de 13.7.1962, com as alterações introduzidas pelo art. 2º, § 2º, da Lei nº 4.749, de 12.8.1965.
Art. 1º da Lei nº 4.090, de 13.7.1962, com as alterações introduzidas pelo art. 2º, caput, da Lei nº 4.749, de 12.8.1965 c/c o art. 19 da Lei Complementar 150, de 2015.
Art. 1º da Lei nº 4.090, de 13.7.1962, com as alterações introduzidas pelo art. 2º, caput, da Lei nº 4.749, de 12.8.1965.
Art. 1º da Lei nº 4.090, de 13.7.1962, combinado com o art. 2º, parágrafo único, do Decreto nº 57.155, de 3.11.1965 e com o art. 19 da Lei Complementar 150, de 2015.
Art. 1º da Lei nº 4.090, de 13.7.1962, combinado com o art. 2º, parágrafo único, do Decreto nº 57.155, de 3.11.1965.
Art. 1º da Lei nº 9.029, de 13.4.1995.
Art. 1º da Lei nº 9.029/1995.
Art. 1º da Lei nº 9.719, de 27.11.1998.
Art. 1º da Lei nº 9.719, de 27.11.98, c/c arts. 1º e 2º do Decreto nº 94.536, de 29.6.87.
Art. 1º da Lei nº 9.719, de 27.11.98, c/c o Decreto nº 1.574, de 31.6.95.
Art. 1º, § 1º, da Lei nº 4.923, de 23.12.1965, combinado com o artigo 1º da Portaria n. 1.127, de de 14/10/19 da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, do Ministério da Economia.
Art. 1º, §1º da Lei 13.475/17.
Art. 1º, caput, da Lei nº 7.418, de 16.12.1985, alterada pela Lei nº 7.619, de 30.9.1987 c/c o art. 19 da Lei Complementar 150, de 2015.
Art. 1º, caput, da Lei nº 7.418, de 16.12.1985, alterada pela Lei nº 7.619, de 30.9.1987, combinado com o art. 4º, parágrafo único, do Decreto nº 95.247, de 17.11.1987.
Art. 1º, caput, da Lei nº 7.418, de 16.12.1985, alterada pela Lei nº 7.619, de 30.9.1987.
Art. 1º, da Lei nº 4.090, de 13.7.1962, combinado com o art. 2º, parágrafo único, do Decreto nº 57.155, de 3.11.1965.
Art. 1º, in fine, da Lei nº 9.719, de 27 de novembro de 1998.
Art. 1º, inciso I, do Decreto-Lei nº 368, de 19.12.1968.
Art. 1º, inciso II, do Decreto-Lei nº 368, de 19.12.68.
Art. 1º, parágrafo único, da Lei Complementar 150, de 2015.
Art. 10 da Lei 6.019, de 3.1.1974, em combinação com o art. 2º, inciso I, da Portaria nº 789, de 2.6.2014.
Art. 10 da Lei 6.019, de 3.1.1974, em combinação com o artigo 4º, §1º, da Portaria nº 789, de 2.6.2014.
Art. 10 da Lei 6.019, de 3.1.1974, em combinação com o artigo 4º, §2º, da Portaria nº 789, de 2.6.2014.
Art. 10 da Lei 6.019, de 3.1.1974.
Art. 10 da Lei Complementar 150, de 2015.
Art. 10, §1º, da Lei 6.019/74, com redação dada pela Lei 13.429/17.
Art. 10, §1º, incisos I, II ou III, da Lei nº 14.020 de 06/07/2020.
Art. 10, §1º, incisos I, II ou III, da MP 936/2020.
Art. 10, §2º, da Lei 6.019/74, com redação dada pela Lei 13.429/17.
Art. 10, caput e incisos, da Lei nº 6.533, de 24.5.1978.
Art. 10, caput, da Lei 13.475/17.
Art. 10, inciso I c/c § 2º do mesmo artigo da Lei nº 14.020 de 06/07/2020.
Art. 10, inciso I, da MP 936/2020.
Art. 10, inciso II, da MP 936/2020.
Art. 10, incisos II e III, c/c § 2º do mesmo artigo da Lei nº 14.020 de 06/07/2020.
Art. 10, parágrafo único, da Lei nº 6.533, de 24.5.1978.
Art. 10º, "caput", da Lei nº 5.811, de 11 de outubro de 1972.
Art. 10º, §4º da Lei 6.019/74, com a redação conferida pela Lei 13.429/17.
Art. 10º, §5º da Lei 6.019/74, com a redação conferida pela Lei 13.429/17.
Art. 11, "caput", da Lei nº 5.811, de 11 de outubro de 1972.
Art. 11, § 4º, da MP 936/2020.
Art. 11, §6º da Lei nº 9.432/1997.
Art. 11, caput, da Lei 6.019, de 3.1.1974.
Art. 11, caput, da MP 927.
Art. 11, caput, da Lei 6.019, de 3.1.1974.
Art. 11, parágrafo único, da Lei nº 5.811, de 11 de outubro de 1972.
Art. 12 da Lei Complementar 150, de 2015.
Art. 12 da Lei nº 4.680, de 18.6.1965.
Art. 12 da MP 936/2020.
Art. 12, § 1º, da Lei nº 6.019, de 3.1.1974.
Art. 12, § 4º, da Lei nº 14.020 de 06/07/2020.
Art. 12, §1º, da Lei 6.019, de 3 de janeiro de 1974.
Art. 12, §2º da Lei nº 14.020 de 06/07/2020.
Art. 12, §2º, da Lei 6.019, de 3 de janeiro de 1974.
Art. 12, §2º, Inc. I e II da Lei nº 14.020 de 06/07/2020.
Art. 12, alínea "a", da Lei nº 6.019, de 3.1.1974.
Art. 12, alínea "b", da Lei nº 6.019, de 3.1.1974.
Art. 12, alínea "c", da Lei nº 6.019, de 3.1.1974.
Art. 12, alínea "d", da Lei nº 6.019, de 3.1.1974.
Art. 12, alínea "e", da Lei nº 6.019, de 3.1.1974, combinado com o art. 19 do Decreto nº 73.841, de 13.3.74.
Art. 12, alínea f, da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974.
Art. 12, caput e §1º da Lei nº 14.020, de 06/07/2020.
Art. 12, caput e incisos, da Lei nº 6.615, de 16.12.1978.
Art. 12, caput, da Lei nº 6.533, de 24.5.1978.

Proc. Nº 7E 006/21

Fis: 652

Rubrica: 8

Art. 129 da Consolidação das Leis do Trabalho c/c art. 19 da Lei Complementar 150, de 2015.
Art. 129 da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 13 da Lei Complementar 150, de 2015.
Art. 13 da Lei nº 6.533/1978.
Art. 13, § 1º da Lei Complementar 150, de 2015.
Art. 13, § 3º, da Consolidação das Leis do Trabalho c/c art. 19 da Lei Complementar 150, de 2015.
Art. 13, § 3º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 13, § 4º, I, da Consolidação das Leis do Trabalho c/c art. 19 da Lei Complementar 150, de 2015.
Art. 13, § 4º, I, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 13, § 4º, II, da Consolidação das Leis do Trabalho c/c art. 19 da Lei Complementar 150, de 2015.
Art. 13, § 4º, II, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 13, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho c/c art. 19 da Lei Complementar 150, de 2015.
Art. 13, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 13, caput, da MP 927.
Art. 13, inciso I, da Lei nº 6.615, de 16.12.1978.
Art. 13, inciso II, da Lei nº 6.615, de 16.12.1978.
Art. 13, inciso III, da Lei nº 6.615, de 16.12.1978.
Art. 13, parágrafo único, do Decreto nº 57.690, de 1º.2.1966.
Art. 130 da Consolidação das Leis do Trabalho c/c art. 19 da Lei Complementar 150, de 2015.
Art. 130 da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 130, § 1º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 130-A da Consolidação das Leis do Trabalho c/c art. 19 da Lei Complementar 150, de 2015.
Art. 130-A da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 132 da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 134, § 1º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 134, § 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 134, §1º, da Consolidação das Leis do Trabalho, com redação conferida pela Lei 13.467/17 c/c art. 19 da Lei Complementar 150, de 2015.
Art. 134, §1º, da Consolidação das Leis do Trabalho, com redação conferida pela Lei 13.467/17.
Art. 134, §1º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 134, §3º, da Consolidação das Leis do Trabalho, com redação conferida pela Lei 13.467/17 c/c art. 19 da Lei Complementar 150, de 2015.
Art. 134, §3º, da Consolidação das Leis do Trabalho, com redação conferida pela Lei 13.467/17.
Art. 134, caput, § 1º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 134, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 135, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho c/c art. 19 da Lei Complementar 150, de 2015.
Art. 135, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 136, § 1º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 136, § 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 137, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho c/c art. 19 da Lei Complementar 150, de 2015.
Art. 137, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 139, § 1º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 139, § 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 139, § 3º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 14 da Lei nº 6.615, de 16.12.1978.
Art. 14, § 1º da Lei Complementar 150, de 2015.
Art. 14, § 2º da Lei Complementar 150, de 2015.
Art. 14, caput e incisos, da Lei nº 6.533, de 24.5.1978.
Art. 140 da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 142, § 4º, da Consolidação das Leis do Trabalho c/c art. 19 da Lei Complementar 150, de 2015.
Art. 142, § 4º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 142, § 5º, da Consolidação das Leis do Trabalho c/c art. 19 da Lei Complementar 150, de 2015.
Art. 142, § 5º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 142, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho c/c art. 19 da Lei Complementar 150, de 2015.
Art. 142, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 143, § 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 143, caput e §1º, da CLT.
Art. 143, caput, § 1º, da Consolidação das Leis do Trabalho c/c art. 19 da Lei Complementar 150, de 2015.
Art. 143, caput, § 1º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 145, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho c/c art. 19 da Lei Complementar 150, de 2015.
Art. 145, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 15 da Lei Complementar 150, de 2015.
Art. 15 da Lei nº 5.889, de 8.6.1973.
Art. 15 da Lei nº 6.615, de 16.12.1978.
Art. 15, caput, da Lei nº 6.533, de 24.5.1978.
Art. 150, § 5º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 150, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 152 da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 16 da Lei Complementar 150, de 2015.
Art. 16 da Lei nº 6.615, de 16.12.1978.
Art. 16, caput, da Lei nº 5.889, de 8.6.1973.
Art. 16, parágrafo único, da Lei nº 6.533, de 24.5.1978.
Art. 16º, da Lei nº 14.020 de 06/07/2020 c/c Art. 4º do Decreto 10.422, de 13 de julho de 2020.
Art. 168, § 7º da CLT, com redação dada pela Lei 13.103/2015.
Art. 168, §6º da CLT, com redação dada pela Lei 13.103/2015.
Art. 17 da Lei Complementar 150, de 2015.
Art. 17 da Lei nº 6.019, de 3.1.1974.
Art. 17, § 1º, da Lei nº 12.690, de 19 de julho 2012.
Art. 17, §2º, da Lei Complementar 150, de 2015.

Proc. Nº 78.006/21
Fis: 653
Ronda: 8

Art. 17, alínea "a", da Lei nº 7.183, de 5.4.1984.
Art. 17, alínea "b", da Lei nº 7.183, de 5.4.1984.
Art. 17, combinado com o art. 23, § 1º, inciso II, da Lei nº 8.036, de 11.5.1990 e com o art. 34, § 6º da Lei Complementar 150, de 2015.
Art. 17, combinado com o art. 23, § 1º, inciso II, da Lei nº 8.036, de 11.5.1990.
Art. 18 da Lei nº 6.019, de 3.1.1974.
Art. 18 da Lei nº 6.533, de 24.5.1978.
Art. 18, § 1º, da Lei Complementar 150, de 2015.
Art. 18, caput, da Lei Complementar 150, de 2015.
Art. 18, inciso I, da Lei nº 6.615, de 16.12.1978.
Art. 18, inciso II, da Lei nº 6.615, de 16.12.1978.
Art. 18, inciso III, da Lei nº 6.615, de 16.12.1978.
Art. 18, inciso IV, da Lei nº 6.615, de 16.12.1978.
Art. 19 da Lei Complementar 150/2015 c/c art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 19 da Lei Complementar 150/2015 c/c art. 76 da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 19 da Lei nº 6.615, de 16.12.1978.
Art. 19, §4º, da Lei 13.475/2017.
Art. 2º, § 1º, da Lei nº 5.811, de 11 de outubro de 1972.
Art. 2º, § 2º, da Lei nº 5.811, de 11 de outubro de 1972.
Art. 2º da Lei Complementar 150, de 2015.
Art. 2º da Lei Complementar nº 110, de 29.6.2001.
Art. 2º, § 1º, da Lei nº 5.811, de 11.10.72.
Art. 2º, § 4º da Lei Complementar 150, de 2015.
Art. 2º, § 5º, inciso I da Lei Complementar 150, de 2015.
Art. 2º, § 6º da Lei Complementar 150, de 2015.
Art. 2º, § 8º da Lei Complementar 150, de 2015.
Art. 2º, §§ 1º e 5º, da Lei nº 9.719, de 27.11.1998.
Art. 2º, §1º da Lei 6.019/74, com redação conferida pela Lei 13.429/17 c/c art. 7º, parágrafo único, art. 9º, parágrafo único, e art. 14 da Lei 7.783/89.
Art. 2º, caput, da Lei nº 6.224, de 14.7.1975.
Art. 2º, caput, do Decreto-Lei nº 806, de 4.9.1969.
Art. 2º, inciso I, da Lei nº 9.719, de 27.11.1998.
Art. 2º, inciso II, da Lei nº 9.719, de 27.11.1998.
Art. 2º, inciso V, alínea "b", da Lei 13.103, de 02 de março de 2.015.
Art. 20, caput, da Lei 13.475/2017.
Art. 20, caput, da Lei nº 6.615, de 16.12.1978.
Art. 20, parágrafo único, da Lei nº 6.615, de 16.12.1978.
Art. 21, § 1º, da Lei nº 7.183, de 5.4.1984.
Art. 21, § 2º, da Lei nº 6.533, de 24.5.1978.
Art. 21, § 2º, da Lei nº 7.183, de 5.4.1984.
Art. 21, § 4º, da Lei nº 6.533, de 24.5.1978.
Art. 21, alínea "a", da Lei nº 7.183, de 5.4.1984.
Art. 21, alínea "b", da Lei nº 7.183, de 5.4.1984.
Art. 21, alínea "c", da Lei nº 7.183, de 5.4.1984.
Art. 21, inciso I, da Lei nº 6.533, de 24.5.1978.
Art. 21, inciso II, da Lei nº 6.533, de 24.5.1978.
Art. 21, inciso III, da Lei nº 6.533, de 24.5.1978.
Art. 21, inciso IV, da Lei nº 6.533, de 24.5.1978.
Art. 21, inciso V, da Lei nº 6.533, de 24.5.1978.
Art. 22 da Lei nº 8.036, de 11.5.1990 c/c art. 1º, inciso I, do Decreto-Lei nº 368, de 19.12.1968.
Art. 22 da Lei nº 8.036, de 11.5.1990, c/c art. 1º, inciso II, do Decreto-Lei nº 368, de 19.12.1968.
Art. 22 da Lei nº 8.630, de 25.2.1993.
Art. 22, § 2º, da Lei nº 7.183, de 5.4.1984.
Art. 22, caput, da Lei nº 6.533, de 24.5.1978.
Art. 22, caput, da Lei nº 7.183, de 5.4.1984.
Art. 22, parágrafo único, da Lei nº 6.533, de 24.5.1978.
Art. 224, § 1º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 224, § 1º, parte final, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 224, § 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 224, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho, com redação conferida pela MP 905 de 11 de novembro de 2019.
Art. 224, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 225 da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 227, § 1º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 227, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 229, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 23 da Lei nº 6.533, de 24.5.1978.
Art. 23 da Lei nº 6.615/1978.
Art. 23, § 1º, inciso I, da Lei nº 8.036, de 11.5.1990, c/c art. 35, caput, da Lei Complementar 150, de 2015.
Art. 23, § 1º, inciso I, da Lei nº 8.036, de 11.5.1990.
Art. 23, § 1º, inciso II, da Lei nº 8.036, de 11.5.1990.
Art. 23, § 1º, inciso IV, da Lei nº 8.036, de 11.5.1990 c/c art. 35, caput, da Lei Complementar 150, de 2015.
Art. 23, § 1º, inciso IV, da Lei nº 8.036, de 11.5.1990.
Art. 23, § 1º, inciso V, da Lei nº 8.036, de 11.5.1990 c/c art. 35, caput, da Lei Complementar 150, de 2015.
Art. 23, § 1º, inciso V, da Lei nº 8.036, de 11.5.1990.
Art. 23, §1º, inciso I, c/c art. 18, §1º, da Lei 8.036, de 11.5.1990.
Art. 23, §1º, inciso I, c/c art. 18, caput, da Lei 8.036, de 11.5.1990.
Art. 23, caput, da Lei nº 7.183, de 5.4.1984.
Art. 230, § 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 230, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho.

Proc. Nº 15.006/21

Fis: 654

Rubrica: 8

Art. 234, alínea "a", da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 234, alínea "b", da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 234, parágrafo único, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 235, § 1º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 235, § 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 235, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 235-C, § 1º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 235-C, § 10 da CLT, com redação dada pela Lei 13.103/2015.
Art. 235-C, § 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 235-C, § 3º da CLT, com redação dada pela Lei 13.103/2015.
Art. 235-C, § 3º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 235-C, § 4º da CLT, com redação dada pela Lei 13.103/2015.
Art. 235-C, § 6º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 235-C, § 8º da CLT, com redação dada pela Lei 13.103/2015.
Art. 235-C, § 9º da CLT, com redação dada pela Lei 13.103/2015.
Art. 235-C, § 9º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 235-C, caput da CLT, com redação dada pela Lei 13.103/2015.
Art. 235-D, § 5º da CLT, com redação dada pela Lei 13.103/2015.
Art. 235-D, § 1º da CLT, com redação dada pela Lei 13.103/2015.
Art. 235-D, § 2º da CLT, com redação dada pela Lei 13.103/2015.
Art. 235-D, § 3º da CLT, com redação dada pela Lei 13.103/2015.
Art. 235-D, caput da CLT, com redação dada pela Lei 13.103/2015.
Art. 235-D, inciso I, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 235-D, inciso II, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 235-D, inciso III, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 235-E, § 1º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 235-E, § 11º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 235-E, § 4º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 235-E, § 5º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 235-E, § 6º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 235-E, § 7º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 235-E, I da CLT, com redação dada pela Lei 13.103/2015.
Art. 235-E, II da CLT, com redação dada pela Lei 13.103/2015.
Art. 235-E, III da CLT, com redação dada pela Lei 13.103/2015.
Art. 235-F da CLT, com redação dada pela Lei 13.103/2015.
Art. 235-F da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 235-G da CLT, com redação dada pela Lei 13.103/2015.
Art. 235-G da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 238, § 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 238, § 3º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 238, § 4º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 238, § 5º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 238, § 6º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 238, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 239, § 1º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 239, § 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 239, § 3º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 239, § 4º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 239, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 24 da Lei nº 6.615, de 16.12.1978.
Art. 24 da Lei nº 7.998, de 11.1.1990.
Art. 24 da Lei nº 7.998, de 11/01/1990, combinado com art. 7º, inciso I da Portaria nº 1.195, de 30/10/19 e art. 1º da Portaria nº 1.127 de 14/10/19 da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, do Ministério da Economia.
Art. 24 da Lei nº 7.998, de 11/01/1990, combinado com art. 7º, inciso II da Portaria nº 1.195, de 30/10/19 e art. 1º da Portaria nº 1.127 de 14/10/19 da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, do Ministério da Economia.
Art. 24, caput, da Lei nº 7.183, de 5.4.1984.
Art. 24, da Lei nº 7.998, de 11.1.1990, combinado com o art. 7º do Decreto nº 76.900, de 23.12.1975.
Art. 24, da Lei nº 7.998, de 11.1.1990, combinado com o art. 7º, do Decreto nº 76.900, de 23.12.1975.
Art. 24, parágrafo único, da Lei nº 7.183, de 5.4.1984.
Art. 240, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 240, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 241, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 241, parágrafo único, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 242 da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 243 da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 244, § 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 244, § 3º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 244, § 4º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 245 da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 246 da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 248, § 1º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 248, § 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 248, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 249, § 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 25 da Lei nº 6.615, de 16.12.1978.
Art. 25 da Lei nº 8.630, de 25.2.1993.
Art. 25, § 1º, da Lei 13.475/17.
Art. 25, § 1º, da Lei nº 7.183, de 5.4.1984.
Art. 25, § 2º, da Lei 13.475/17.

Proc. Nº RE 006/21

Fis: 655

Assinatura: [assinatura]

Art. 25, caput, da Lei 13.475/17.
Art. 25, caput, da Lei nº 7.183, de 5.4.1984.
Art. 250, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 251, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 252 da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 253, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 26 da Lei nº 6.533, de 24.5.1978.
Art. 26 da Lei nº 6.615, de 16.12.1978.
Art. 26 da Lei nº 8.630, de 25.2.93.
Art. 26, § 1º, da Lei nº 7.183, de 5.4.1984.
Art. 26, § 2º, da Lei nº 7.183, de 5.4.1984.
Art. 26, § 3º, da Lei nº 7.183, de 5.4.1984.
Art. 26, inciso I, da Lei 13.475/17.
Art. 26, inciso II, da Lei 13.475/17.
Art. 26, parágrafo único, da Lei nº 8.630, de 25.2.1993.
Art. 27 da Lei nº 6.533, de 24.5.1978.
Art. 27, inciso I, da Lei 13.475/17.
Art. 27, inciso II, da Lei 13.475/17.
Art. 28 da Lei nº 8.630, de 25.2.1993.
Art. 28, caput, da Lei 13.475/17.
Art. 28, parágrafo único, da Lei 13.475/17.
Art. 29, § 1º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 29, § 1º, da Lei nº 7.183, de 5.4.1984.
Art. 29, § 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho c/c arts. 9º e 19 da Lei Complementar 150, de 2015.
Art. 29, § 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 29, § 4º, da Consolidação das Leis do Trabalho c/c art. 19 da Lei Complementar 150, de 2015.
Art. 29, § 4º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 29, §1º, da Lei 13.475/17.
Art. 29, §2º, da Lei 13.475/17.
Art. 29, alínea "a", da Lei nº 7.183, de 5.4.1984.
Art. 29, alínea "b", da Lei nº 7.183, de 5.4.1984.
Art. 29, alínea "c", da Lei nº 7.183, de 5.4.1984.
Art. 29, alínea "d", da Lei nº 7.183, de 5.4.1984.
Art. 29, caput da CLT.
Art. 29, caput, da Lei 13.475/17.
Art. 293 da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 294 da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 295, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 296 da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 297 da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 298 da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 299 da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 3º, inciso I, da Lei nº 5.811, de 11 de outubro de 1972.
Art. 3º, inciso II, da Lei nº 5.811, de 11 de outubro de 1972.
Art. 3º, inciso III, da Lei nº 5.811, de 11 de outubro de 1972.
Art. 3º, inciso IV, da Lei nº 5.811, de 11 de outubro de 1972.
Art. 3º, inciso V, da Lei nº 5.811, de 11 de outubro de 1972.
Art. 3º da Lei Complementar 150, de 2015.
Art. 3º da Lei nº 6.224, de 14.7.1975.
Art. 3º, § 1º, da Lei nº 9.719, de 27.11.1998.
Art. 3º, § 2º da Lei Complementar 150, de 2015.
Art. 3º, caput, da Lei nº 7.183, de 5.4.1984.
Art. 3º, caput, da Lei nº 9.601, de 21.1.1998.
Art. 3º, da Lei nº 9.601, de 21.1.1998.
Art. 3º, inciso I, da Lei nº 9.719, de 27.11.1998.
Art. 3º, inciso V, § 2º; Art. 4º, § 2º; art. 5º; art. 6º e art. 7º da Lei 13.189/15, alterada pela Lei 13.456/17.
Art. 3º, incisos I e II, da Lei nº 9.719, de 27.11.1998.
Art. 3º, parágrafo único, da Lei nº 7.183, de 5.4.1984.
Art. 30 da Lei nº 6.533, de 24.5.1978.
Art. 30, § 2º, da Lei nº 7.183, de 5.4.1984.
Art. 30, caput e incisos da Lei nº 7.183, de 5.4.1984.
Art. 300, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 301 da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 303 da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 304, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 304, parágrafo único, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 305 da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 307 da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 308 da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 31 da Lei nº 7.183, de 5.4.1984.
Art. 31, inciso I, da Lei 13.475/17.
Art. 31, inciso II, da Lei 13.475/17.
Art. 31, inciso III, da Lei 13.475/17.
Art. 31, inciso IV, da Lei 13.475/17.
Art. 318 da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 319 da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 32, inciso I, da Lei 13.475/17.
Art. 32, inciso II, da Lei 13.475/17.
Art. 32, inciso III, da Lei 13.475/17.

Proc. Nº 75006/21
Fis: 656
Rubrica: 8

Art. 32, inciso IV, da Lei 13.475/17.
Art. 320, § 1º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 320, § 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 320, § 3º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 320, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 321 da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 322, § 1º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 322, § 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 322, § 3º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 322, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 33, caput, da Lei nº 7.183, de 5.4.1984.
Art. 33, inciso I, da Lei 13.475/17.
Art. 33, inciso II, da Lei 13.475/17.
Art. 33, inciso III, da Lei 13.475/17.
Art. 33, inciso IV, da Lei 13.475/17.
Art. 335, alínea "a", da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 335, alínea "b", da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 335, alínea "c", da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 34, §1º, da Lei 13.146, de 06 de julho de 2015 c/c artigo 1º da Lei nº 9.029, de 13 de abril de 1995.
Art. 34, §2º, da Lei 13.146, de 06 de julho de 2015 c/c artigo 1º da Lei nº 9.029, de 13 de abril de 1995.
Art. 34, §3º, da Lei 13.146, de 06 de julho de 2015 c/c artigo 1º da Lei nº 9.029, de 13 de abril de 1995.
Art. 34, §4º, da Lei 13.146, de 06 de julho de 2015 c/c artigo 1º da Lei nº 9.029, de 13 de abril de 1995.
Art. 34, §5º, da Lei 13.146, de 06 de julho de 2015 c/c artigo 1º da Lei nº 9.029, de 13 de abril de 1995.
Art. 34, alínea "a", da Lei nº 7.183, de 5.4.1984.
Art. 34, alínea "b", da Lei nº 7.183, de 5.4.1984.
Art. 34, alínea "c", da Lei nº 7.183, de 5.4.1984.
Art. 34, caput, da Lei 13.475/17.
Art. 35 da Lei nº 7.183, de 5.4.1984.
Art. 35, caput, c/c §§1º, 2º e 4º, da Lei 13.475/2017.
Art. 35, caput, da Lei Complementar 150, de 2015.
Art. 358, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 358, parágrafo único, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 36 da Lei nº 12.815, de 5.6.2013.
Art. 36 da Lei nº 7.183, de 5.4.1984.
Art. 36, §4º, da Lei 13.146, de 06 de julho de 2015 c/c artigo 1º da Lei nº 9.029, de 13 de abril de 1995.
Art. 36, inciso I, da Lei 13.475/17.
Art. 36, inciso II, da Lei 13.475/17.
Art. 36, inciso III, da Lei 13.475/17.
Art. 37 da Lei nº 7.183, de 5.4.1984.
Art. 37, § 1º, da Lei nº 7.183, de 5.4.1984.
Art. 37, § 2º, da Lei nº 7.183, de 5.4.1984.
Art. 37, § 3º, da Lei nº 7.183, de 5.4.1984.
Art. 37, caput, da Lei 13.475/17.
Art. 373-A, inciso I, da CLT c/c art. 19 da Lei Complementar 150, de 2015 .
Art. 373-A, inciso I, da CLT c/c art. 19 da Lei Complementar 150, de 2015.
Art. 373-A, inciso I, da CLT.
Art. 373-A, inciso I, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 373-A, inciso II, da CLT c/c art. 19 da Lei Complementar 150, de 2015.
Art. 373-A, inciso II, da CLT.
Art. 373-A, inciso II, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 373-A, inciso III, da CLT.
Art. 373-A, inciso III, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 373-A, inciso IV, da Consolidação das Leis do Trabalho c/c art. 19 da Lei Complementar 150, de 2015.
Art. 373-A, inciso IV, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 373-A, inciso V, da CLT.
Art. 373-A, inciso V, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 373-A, inciso VI, da Consolidação das Leis do Trabalho c/c art. 19 da Lei Complementar 150, de 2015.
Art. 373-A, inciso VI, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 377, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 38, § 1º, da Lei nº 7.183, de 5.4.1984.
Art. 38, caput, da Lei 13.475/17.
Art. 38, caput, da Lei nº 7.183, de 5.4.1984.
Art. 38, inciso I, da Lei 13.475/17.
Art. 38, inciso II, da Lei 13.475/17.
Art. 38, incisos I e II, da Lei 13.475/17.
Art. 384 da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 386 da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 389, § 1º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 39 da Lei nº 12.815, de 5.6.2013.
Art. 39, caput, da Lei 13.475/17.
Art. 39, caput, da Lei nº 7.183, de 5.4.1984.
Art. 39, parágrafo único, da Lei nº 7.183, de 5.4.1984.
Art. 390, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 390-C da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 391, parágrafo único, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 391-A da CLT c/c Art. 10, inciso II, alínea "b", do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias c/c art. 19 da Lei Complementar 150, de 2015.
Art. 391-A da CLT c/c Art. 10, inciso II, alínea "b", do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias c/c Lei Complementar nº 146, de 25 de junho de 2014.

Proc. Nº TE 006/21
Fis: 657
Rubrica: 8

Art. 391-A da CLT c/c Art. 10, inciso II, alínea "b", do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
Art. 392, § 3º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 392, § 4º, inciso I, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 392, § 4º, inciso II, da Consolidação das Leis do Trabalho c/c art. 19 da Lei Complementar 150, de 2015.
Art. 392, § 4º, inciso II, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 392, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho c/c art. 19 da Lei Complementar 150, de 2015.
Art. 392, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 392-A, da Consolidação das Leis do Trabalho c/c art. 19 da Lei Complementar 150, de 2015.
Art. 392-A, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 393 da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 394, caput, incisos I, I e III, da Consolidação das Leis do Trabalho, com redação conferida pela Lei 13.467/17.
Art. 394, I, da Consolidação das Leis do Trabalho, com redação conferida pela Lei 13.467/17.
Art. 394, II, da Consolidação das Leis do Trabalho, com redação conferida pela Lei 13.467/17.
Art. 394, III, da Consolidação das Leis do Trabalho, com redação conferida pela Lei 13.467/17.
Art. 394-A da CLT.
Art. 394-A, §2º, da Consolidação das Leis do Trabalho, com redação conferida pela Lei 13.467/17, alterada pela Medida Provisória 808/17.
Art. 394-A, §3º, da Consolidação das Leis do Trabalho, com redação conferida pela Lei 13.467/17, alterada pela Medida Provisória 808/17.
Art. 394-A, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho, com redação conferida pela Lei 13.467/17, alterada pela Medida Provisória 808/17.
Art. 395 da Consolidação das Leis do Trabalho c/c art. 19 da Lei Complementar 150, de 2015.
Art. 395 da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 396, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho c/c art. 19 da Lei Complementar 150, de 2015.
Art. 396, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 4º, "caput", combinado com artigo 3º, inciso I, da Lei nº 5.811, de 11 de outubro de 1972.
Art. 4º, "caput", combinado com artigo 3º, inciso II, da Lei nº 5.811, de 11 de outubro de 1972.
Art. 4º, "caput", combinado com artigo 3º, inciso III, da Lei nº 5.811, de 11 de outubro de 1972.
Art. 4º, "caput", combinado com artigo 3º, inciso IV, da Lei nº 5.811, de 11 de outubro de 1972.
Art. 4º, inciso I, da Lei nº 5.811, de 11 de outubro de 1972.
Art. 4º, inciso II, da Lei nº 5.811, de 11 de outubro de 1972.
Art. 4º da Lei 6.019, de 3.1.1974, com redação dada pela Lei 13.429/17.
Art. 4º da Lei nº 6.533, de 24.5.1978.
Art. 4º da Lei nº 9.432/1997.
Art. 4º inciso II, da Lei nº 9.601, de 21.1.1998.
Art. 4º, § 1º, inciso I, da Lei nº 9.601, de 21.1.1998.
Art. 4º, § 1º, inciso II, da Lei nº 9.601, de 21.1.1998.
Art. 4º, § 2º da Lei 13.475/17.
Art. 4º, § 2º, da MP 927.
Art. 4º, § 3º, da Lei nº 9.601, de 21.1.1998.
Art. 4º, caput, do Decreto-Lei nº 972, de 17.10.1969.
Art. 4º, da Lei nº 9.719, de 27.11.98.
Art. 4º, inciso I, da Lei nº 9.601, de 21.1.1998.
Art. 4º, inciso II, da Lei nº 9.601, de 21.1.1998.
Art. 4º, parágrafo único da Lei Complementar 150, de 2015.
Art. 4º, parágrafo único, da Lei nº 7.418, de 16.12.1985, alterada pela Lei nº 7.619, de 30.9.1987 c/c o art. 19 da Lei Complementar 150, de 2015.
Art. 4º, parágrafo único, da Lei nº 7.418, de 16.12.1985, alterada pela Lei nº 7.619, de 30.9.1987.
Art. 4º-C, inciso I, alínea "a", da Lei no 6.019, de 3 de janeiro de 1974, com a redação conferida pela Lei 13.467/17.
Art. 4º-C, inciso I, alínea "b", da Lei no 6.019, de 3 de janeiro de 1974, com a redação conferida pela Lei 13.467/17.
Art. 4º-C, inciso I, alínea "c", da Lei no 6.019, de 3 de janeiro de 1974, com a redação conferida pela Lei 13.467/17.
Art. 4º-C, inciso I, alínea "d", da Lei no 6.019, de 3 de janeiro de 1974, com a redação conferida pela Lei 13.467/17.
Art. 4º-C, inciso II, da Lei no 6.019, de 3 de janeiro de 1974, com a redação conferida pela Lei 13.467/17.
Art. 40 da Lei nº 12.815, de 5.6.2013.
Art. 40, caput, da Lei 13.475/17.
Art. 40, parágrafo 3º, da Lei nº 12.815 de 5.6.2013.
Art. 40, parágrafo único, da Lei 13.475/17.
Art. 400 da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 403, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 403, parágrafo único, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 404, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 405, § 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 405, § 5º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 405, inciso I, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 405, inciso II, § 3º, alínea "a", da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 405, inciso II, § 3º, alínea "b", da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 405, inciso II, § 3º, alínea "c", da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 405, inciso II, § 3º, alínea "d", da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 409 da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 41, § 1º, da Lei nº 3.857, de 22.12.1960.
Art. 41, § 2º, da Lei nº 3.857, de 22.12.1960.
Art. 41, §2º, da Lei 13.475/17.
Art. 41, §3º, da Lei 13.475/17.
Art. 41, §4º, da Lei 13.475/17.
Art. 41, caput, c/c art. 47, §1º da Consolidação das Leis do Trabalho, com redação conferida pela Lei 13.467/17.
Art. 41, caput, c/c art. 47, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho, com redação conferida pela Lei 13.467/17.
Art. 41, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 41, caput, da Lei 13.475/17.
Art. 41, caput, da Lei nº 3.857, de 22.12.1960.
Art. 41, parágrafo único, da Consolidação das Leis do Trabalho.

Proc. Nº PE 006/21
Fis: 658
Rubrica: [assinatura]

Art. 412 da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 413, inciso I, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 413, inciso II, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 413, inciso III, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 413, parágrafo único, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 42 da Lei nº 12.815 de 5.6.2013.
Art. 42, § 1º, da Lei nº 3.857, de 22.12.1960.
Art. 42, § 2º, da Lei nº 3.857, de 22.12.1960.
Art. 42, § 3º, da Lei nº 3.857, de 22.12.1960.
Art. 42, caput, da Lei 13.475/17.
Art. 42, inciso I, da Lei nº 3.857, de 22.12.1960.
Art. 42, inciso II, da Lei nº 3.857, de 22.12.1960.
Art. 427, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 428, § 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 428, § 3º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 428, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 429, §2º, da Consolidação das Leis do Trabalho, com redação da Lei nº 12.594/2012.
Art. 429, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho, combinado com Art. 53 do Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018.
Art. 429, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 43, § 1º, alínea "a", da Lei nº 7.183, de 5.4.1984.
Art. 43, § 1º, alínea "b", da Lei nº 7.183, de 5.4.1984.
Art. 43, § 2º, alínea "b", da Lei nº 7.183, de 5.4.1984.
Art. 43, §2º, da Lei 13.475/17.
Art. 43, §4º, da Lei 13.475/17.
Art. 43, §7º, da Lei 13.475/17.
Art. 43, caput, da Lei 13.475/17.
Art. 43, caput, da Lei nº 7.183, de 5.4.1984.
Art. 430, § 1º da Consolidação das Leis do Trabalho, combinado com Art. 50, §1º, do Decreto nº 9.579/2018 e Art. 5º, V, da Portaria 723 de 23 de abril de 2012.
Art. 430, § 1º da Consolidação das Leis do Trabalho, combinado com Art. 50, §1º, do Decreto nº 9.579/2018 e Art. 5º, VI, da Portaria 723 de 23 de abril de 2012.
Art. 430, § 1º da Consolidação das Leis do Trabalho, combinado com Art. 50, §1º, do Decreto nº 9.579/2018 e Art. 5º, VII, da Portaria 723 de 23 de abril de 2012.
Art. 430, § 1º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 432, § 1º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 432, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 433 da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 44 da Lei nº 3.857, de 22.12.1960.
Art. 44, §1º, da Lei 13.475/17.
Art. 44, §2º, da Lei 13.475/17.
Art. 44, §3º, da Lei 13.475/17.
Art. 44, §4º, da Lei 13.475/17.
Art. 44, caput, da Lei nº 7.183, de 5.4.1984.
Art. 442-A da Consolidação das Leis do Trabalho c/c art. 19 da Lei Complementar 150, de 2015.
Art. 442-A da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 444 da Consolidação das Leis do Trabalho c/c art. 19 da Lei Complementar 150, de 2015.
Art. 444 da Consolidação das Leis do Trabalho c/c art. 2º da Lei 7.998, de 11 de janeiro de 1990 c/c art. 19 da Lei Complementar 150/2015.
Art. 444 da Consolidação das Leis do Trabalho c/c art. 2º da Lei 7.998, de 11 de janeiro de 1990.
Art. 444 da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 445, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 445, parágrafo único, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 45 da Lei nº 7.183, de 5.4.1984.
Art. 45 da Lei nº 8.630, de 25.2.1993.
Art. 45, §3º, da Lei 13.475/17.
Art. 45, §4º, da Lei 13.475/17.
Art. 452-A da Consolidação das Leis do Trabalho, com redação conferida pela Lei 13.467/17, c/c art. 2º, I, da Portaria 349, de 23 de maio de 2018.
Art. 452-A da Consolidação das Leis do Trabalho, com redação conferida pela Lei 13.467/17, c/c art. 2º, III, da Portaria 349, de 23 de maio de 2018.
Art. 452-A da Consolidação das Leis do Trabalho, com redação conferida pela Lei 13.467/17.
Art. 452-A, §1º, da Consolidação das Leis do Trabalho, com redação conferida pela Lei 13.467/17.
Art. 452-A, §11º, da Consolidação das Leis do Trabalho, com redação conferida pela Lei 13.467/17, alterada pela Medida Provisória 808/17.
Art. 452-A, §4º, da Consolidação das Leis do Trabalho, com redação conferida pela Lei 13.467/17.
Art. 452-A, §6º, da Consolidação das Leis do Trabalho, com redação conferida pela Lei 13.467/17, alterada pela Medida Provisória 808/17.
Art. 452-A, §6º, da Consolidação das Leis do Trabalho, com redação conferida pela Lei 13.467/17, c/c art. 2º, §2º, da Portaria 349, de 23 de maio de 2018.
Art. 452-A, §6º, da Consolidação das Leis do Trabalho, com redação conferida pela Lei 13.467/17.
Art. 452-A, §8º, da Consolidação das Leis do Trabalho, c/c art. 6º da Portaria 349, de 23 de maio de 2018.
Art. 452-A, §9º, da Consolidação das Leis do Trabalho, com redação conferida pela Lei 13.467/17.
Art. 452-A, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho, com redação conferida pela Lei 13.467/17, c/c art. 2º, II, da Portaria 349, de 23 de maio de 2018.
Art. 452-A, inciso I, da Consolidação das Leis do Trabalho, com redação conferida pela Lei 13.467/17, alterada pela Medida Provisória 808/17.
Art. 452-A, inciso II, c/c §12º, da Consolidação das Leis do Trabalho, com redação conferida pela Lei 13.467/17, alterada pela Medida Provisória 808/17.
Art. 452-A, inciso II, da Consolidação das Leis do Trabalho, com redação conferida pela Lei 13.467/17, alterada pela Medida Provisória 808/17.
Art. 452-A, inciso III, da Consolidação das Leis do Trabalho, com redação conferida pela Lei 13.467/17, alterada pela Medida Provisória 808/17.
Art. 452-G da Consolidação das Leis do Trabalho, com redação conferida pela Lei 13.467/17, alterada pela Medida Provisória 808/17.
Art. 452-H da Consolidação das Leis do Trabalho, com redação conferida pela Lei 13.467/17, alterada pela Medida Provisória 808/17.

Proc. Nº 75 006/21

Fls: 659

Assinatura: J

Art. 456-A, parágrafo único, da Consolidação das Leis do Trabalho, com redação conferida pela Lei 13.467/17.
Art. 457, § 1º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 457, §1º, da Consolidação das Leis do Trabalho, com redação conferida pela Lei 13.467/17, alterada pela Medida Provisória 808/17.
Art. 457, §1º, da Consolidação das Leis do Trabalho, com redação conferida pela Lei 13.467/17.
Art. 457, §12º, da Consolidação das Leis do Trabalho, com redação conferida pela Medida Provisória nº 808 de 2017.
Art. 457, §14º, inciso III, da Consolidação das Leis do Trabalho, com redação conferida pela Medida Provisória nº 808 de 2017.
Art. 457, §14º, incisos I e II, da Consolidação das Leis do Trabalho, com redação conferida pela Medida Provisória nº 808 de 2017.
Art. 457, §15º, da Consolidação das Leis do Trabalho, com redação conferida pela Medida Provisória nº 808 de 2017.
Art. 457, §16º, da Consolidação das Leis do Trabalho, com redação conferida pela Medida Provisória nº 808 de 2017.
Art. 457, §18º, da Consolidação das Leis do Trabalho, com redação conferida pela Medida Provisória nº 808 de 2017.
Art. 457, §19º, da Consolidação das Leis do Trabalho, com redação conferida pela Medida Provisória nº 808 de 2017.
Art. 457, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 458, § 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho c/c art. 19 da Lei Complementar 150, de 2015.
Art. 458, § 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 458, § 3º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 458, § 4º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 458, da Consolidação das Leis do Trabalho c/c art. 19 da Lei Complementar 150, de 2015.
Art. 458, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 459, § 1º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 46 da Lei nº 3.857, de 22.12.1960.
Art. 46 da Lei nº 7.183, de 5.4.1984.
Art. 461 da Consolidação das Leis do Trabalho, com redação conferida pela Lei 13.467/17.
Art. 461, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 462, § 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 462, § 3º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 462, § 4º, da Consolidação das Leis do Trabalho c/c art. 19 da Lei Complementar 150, de 2015.
Art. 462, § 4º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 462, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho c/c art. 19 da Lei Complementar 150, de 2015.
Art. 462, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 464 da Consolidação das Leis do Trabalho c/c art. 19 da Lei Complementar 150, de 2015.
Art. 464 da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 468, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho c/c art. 19 da Lei Complementar 150, de 2015.
Art. 468, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 469, § 3º, da Consolidação das Leis do Trabalho c/c art. 19 da Lei Complementar 150, de 2015.
Art. 469, § 3º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 469, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho c/c art. 19 da Lei Complementar 150, de 2015.
Art. 469, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 47 da Lei nº 7.183, de 5.4.1984.
Art. 47, §2º, da Lei 13.475/17.
Art. 47, §3º, da Lei 13.475/17.
Art. 47, caput, da Lei 13.475/17.
Art. 47, da Lei nº 3.857, de 22.12.1960.
Art. 470 da Consolidação das Leis do Trabalho c/c art. 19 da Lei Complementar 150, de 2015.
Art. 470 da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 471 da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 472, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 476-A, § 1º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 476-A, § 4º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 476-A, § 5º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 476-A, § 6º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 476-A, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 477, § 1º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 477, § 4º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 477, § 5º, da Consolidação das Leis do Trabalho c/c art. 19 da Lei Complementar 150, de 2015.
Art. 477, § 5º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 477, § 6º da Consolidação das Leis do Trabalho, com redação conferida pela Lei 13.467/17 c/c art. 19 da Lei Complementar 150, de 2015.
Art. 477, § 6º da Consolidação das Leis do Trabalho, com redação conferida pela Lei 13.467/17.
Art. 477, § 6º, alínea "a", da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 477, § 6º, alínea "b", da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 477, § 8º, da Consolidação das Leis do Trabalho c/c art. 19 da Lei Complementar 150, de 2015.
Art. 477, § 8º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 477, §6º da Consolidação das Leis do Trabalho, com redação conferida pela Lei 13.467/17 c/c art. 19 da Lei Complementar 150, de 2015.
Art. 477, §6º da Consolidação das Leis do Trabalho, com redação conferida pela Lei 13.467/17.
Art. 479, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 48 da Lei nº 3.857, de 22.12.1960.
Art. 48 da Lei nº 7.183, de 5.4.1984.
Art. 48, inciso I, da Lei 13.475/17.
Art. 48, inciso II, da Lei 13.475/17.
Art. 48, inciso III, da Lei 13.475/17.
Art. 484-A, inciso I, alínea "b", da Consolidação das Leis do Trabalho c/c art. 18, §1º, da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990.
Art. 487, § 1º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 487, § 5º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 487, § 6º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 488, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 49, caput, da Lei 13.475/17.
Art. 5º, "caput", da Lei nº 5.811, de 11 de outubro de 1972.

Proc. Nº TE 006/21
FIS: 660
Rubrica: [assinatura]

Art. 5º, § 1º, da Lei nº 5.811, de 11 de outubro de 1972.
Art. 5º, § 2º, da Lei nº 5.811, de 11 de outubro de 1972.
Art. 5º da Lei Complementar 150, de 2015.
Art. 5º da Lei nº 5.889, de 8.6.1973, combinado com o § 1º do art. 5º do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 73.626, de 12.2.1974.
Art. 5º da Lei nº 5.889, de 8.6.1973.
Art. 5º da Lei nº 9.719, de 27.11.98.
Art. 5º, § 2º, da Lei nº. 12.023, de 27.08.2009.
Art. 5º, § 3º, inciso I, combinado com o art. 5º, § 2º, inciso I, ambos da MP 936/2020.
Art. 5º, § 3º, inciso I, combinado com o art. 5º, § 2º, inciso I, da Lei nº 14.020 de 06/07/2020.
Art. 5º, inciso I, da Lei nº. 12.023, de 27.08.2009.
Art. 5º, inciso II, da Lei nº. 12.023, de 27.08.2009.
Art. 5º, inciso III, da Lei nº. 12.023, de 27.08.2009.
Art. 5º, inciso IV, da Lei nº. 12.023, de 27.08.2009.
Art. 5º, inciso V, da Lei nº. 12.023, de 27.08.2009.
Art. 5º-A, §3º, da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, com a redação conferida pela Lei nº 13.429/2017.
Art. 50 da Lei nº 7.183, de 5.4.1984.
Art. 50, §1º, da Lei 13.475/17.
Art. 50, §3º, da Lei 13.475/17.
Art. 507-A da Consolidação das Leis do Trabalho com redação conferida pela Lei nº 13.467, de 2017.
Art. 51, § 2º, da Lei nº 7.183, de 5.4.1984.
Art. 51, § 3º, da Lei nº 7.183, de 5.4.1984.
Art. 51, § 4º, da Lei nº 7.183, de 5.4.1984.
Art. 51, § 5º, da Lei nº 7.183, de 5.4.1984.
Art. 51, caput, da Lei 13.475/17.
Art. 52 da Consolidação das Leis do Trabalho c/c art. 19 da Lei Complementar 150, de 2015.
Art. 52 da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 52 da Lei nº 7.183, de 5.4.1984.
Art. 52, caput, da Lei 13.475/17.
Art. 52, parte final, da Lei nº 7.183, de 5.4.1984.
Art. 53 da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 53, caput, da Lei 13.475/17.
Art. 54, alínea "a", da Lei nº 3.857, de 22.12.1960.
Art. 54, alínea "b", da Lei nº 3.857, de 22.12.1960.
Art. 54, caput, da Lei 13.475/17.
Art. 54, parágrafo único, da Lei 13.475/17.
Art. 543, § 3º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 543, § 6º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 543, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 545, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 545, parágrafo único, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 56, parágrafo único, da Lei 13.475/17.
Art. 57, caput, da Lei 13.475/17.
Art. 58, § 1º, da Consolidação das Leis do Trabalho c/c art. 19 da Lei Complementar 150, de 2015.
Art. 58, § 1º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 58, § 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 58, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho c/c art. 19 da Lei Complementar 150, de 2015.
Art. 58, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 58, caput, da Lei 13.475/17.
Art. 58-A, § 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 58-A, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho, com redação conferida pela Lei 13.467/17.
Art. 58-A, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 58-A, caput, e §4º, da Consolidação das Leis do Trabalho, com redação conferida pela Lei 13.467/17.
Art. 582 da Consolidação das Leis do Trabalho, com redação conferida pela Lei 13.467/17.
Art. 582, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 583 da Consolidação das Leis do Trabalho, com redação conferida pela Lei 13.467/17.
Art. 583, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 587 da Consolidação das Leis do Trabalho, com redação conferida pela Lei 13.467/17.
Art. 587 da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 59, § 1º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 59, § 2º c/c § 5º, da Consolidação das Leis do Trabalho, com redação conferida pela Lei 13.467/17.
Art. 59, § 2º c/c §5º, da Consolidação das Leis do Trabalho, com redação conferida pela Lei 13.467/17.
Art. 59, § 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho, com redação conferida pela Lei 13.467/17 c/c art. 19 da Lei Complementar 150, de 2015.
Art. 59, § 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 59, § 4º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 59, §2º, da Lei 13.475/17.
Art. 59, §5º, da Consolidação das Leis do Trabalho, com redação conferida pela Lei 13.467/17.
Art. 59, caput c/c art. 61, da Consolidação das Leis do Trabalho c/c art. 19 da Lei Complementar 150, de 2015.
Art. 59, caput c/c art. 61, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 59, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho, com redação conferida pela Lei 13.467/17 c/c art. 19 da Lei Complementar 150, de 2015.
Art. 59, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho, com redação conferida pela Lei 13.467/17.
Art. 59-A da Consolidação das Leis do Trabalho, com redação conferida pela Lei 13.467/17, alterada pela Medida Provisória 808/17.
Art. 59-A da Consolidação das Leis do Trabalho, com redação conferida pela Lei 13.467/17.
Art. 59-A, §2º da Consolidação das Leis do Trabalho, com redação conferida pela Lei 13.467/17, alterada pela Medida Provisória 808/17.
Art. 6º, "caput", combinado com artigo 3º, inciso III, da Lei nº 5.811, de 11 de outubro de 1972.
Art. 6º, "caput", combinado com artigo 3º, inciso IV, da Lei nº 5.811, de 11 de outubro de 1972.
Art. 6º, "caput", combinado com artigo 4º, inciso I, da Lei nº 5.811, de 11 de outubro de 1972.

Proc. Nº TE 006121
Fis: 661
Ridmca: 8

Art. 6º, inciso I, da Lei nº 5.811, de 11 de outubro de 1972.
Art. 6º, inciso II, da Lei nº 5.811, de 11 de outubro de 1972.
Art. 6º da Lei Complementar 150, de 2015.
Art. 6º da Lei nº 5.889, de 8.6.1973.
Art. 6º da Lei nº 6.533, de 24.5.1978.
Art. 6º, § 1º, da Lei 13.475/17.
Art. 6º, § 2º, da Lei 13.475/17.
Art. 6º, § 3º da MP 927.
Art. 6º, § 3º, da Lei 13.475/17.
Art. 6º, caput, da Lei 13.475/17.
Art. 6º, caput, da Lei nº 6.615, de 16.12.1978.
Art. 6º, caput, da Lei nº 9.719, de 27.11.98.
Art. 6º, caput, da MP 927.
Art. 6º, inciso I, da Lei nº. 12.023, de 27.08.2009.
Art. 6º, inciso II, da Lei nº. 12.023, de 27.08.2009.
Art. 6º, inciso II, da Lei nº 5.811, de 11.10.72.
Art. 6º, inciso III, da Lei nº. 12.023, de 27.08.2009.
Art. 6º, parágrafo único, da Lei 6.019, de 3.1.1974.
Art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.719, de 27.11.1998.
Art. 6º-A da Lei nº 10.101/2000.
Art. 60 e parágrafo único da Consolidação das Leis do Trabalho, com redação conferida pela Lei 13.467/17.
Art. 60, caput, da Lei 13.475/17.
Art. 602 da Consolidação das Leis do Trabalho, com redação conferida pela Lei 13.467/17.
Art. 602, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 602, parágrafo único, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 61, § 1º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 61, § 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 61, § 3º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 61, §2º, da Lei 13.475/17.
Art. 61, §3º, da Lei 13.475/17.
Art. 61, caput, da Lei 13.475/17.
Art. 62, caput, da Lei 13.475/17.
Art. 628, § 1º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 63, caput, da Lei 13.475/17.
Art. 630, § 3º, da Consolidação das Leis do Trabalho c/c art. 19 da Lei Complementar 150, de 2015.
Art. 630, § 3º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 630, § 4º, da Consolidação das Leis do Trabalho c/c art. 19 da Lei Complementar 150, de 2015.
Art. 630, § 4º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 630, § 5º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 630, §4º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 64, caput, da Lei 13.475/17.
Art. 65, caput, da Lei 13.475/17.
Art. 66 da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 66, caput, da Lei 13.475/17.
Art. 67, §2º, da Lei 13.475/17.
Art. 67, caput c/c §1º, da Lei 13.475/2017.
Art. 67, caput, c/c art. 68, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 67, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 67, parágrafo único, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 68, §1º, da Consolidação das Leis do Trabalho, com redação conferida pela MP 905 de 11 de novembro de 2019.
Art. 68, caput, da Lei 13.475/17.
Art. 7º da Lei nº 605/1949.
Art. 7º da Lei nº 605/1949 c/c art. 19 da Lei Complementar 150/2015.
Art. 7º inciso II combinado com Art. 8º § 1º e Art. 12 caput e incisos I e II, da MP 936/2020.
Art. 7º inciso II combinado com Art. 8º e Arts. 11 e 12, da Lei nº 14.020 de 06/07/2020.
Art. 7º, § 1º, da Lei 13.475/17.
Art. 7º, §1º, incisos I, II e III da Lei nº 14.020 de 06/07/2020.
Art. 7º, caput, da Lei nº 14.020 de 06/07/2020.
Art. 7º, caput, da Lei nº 9.719, de 27.11.98.
Art. 7º, caput, da MP 936/2020.
Art. 7º, III e alíneas "a", "b" e "c" combinado com o art. 11, §1º, da Lei nº 14.020 de 06/07/2020.
Art. 7º, III, e alíneas "a", "b" ou "c" combinado com o art. 11, §1º, da MP 936/2020.
Art. 7º, inciso I, da Lei nº 14.020 de 06/07/2020.
Art. 7º, inciso I, da MP 936/2020.
Art. 7º, parágrafo único, da Lei nº 5.889, de 8.6.1973.
Art. 7º, parágrafo único, da Lei nº 9.719, de 27.11.1998.
Art. 7º, parágrafo único, inciso II, da MP 936/2020.
Art. 70 da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 71, § 1º, da Consolidação das Leis do Trabalho c/c art. 19 da Lei Complementar 150, de 2015.
Art. 71, § 1º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 71, § 3º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 71, § 4º, da Consolidação das Leis do Trabalho, com redação conferida pela Lei 13.467/17 c/c art. 19 da Lei Complementar 150, de 2015.
Art. 71, § 4º, da Consolidação das Leis do Trabalho, com redação conferida pela Lei 13.467/17.
Art. 71, §5º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 71, §5º da CLT, com redação dada pela Lei 13.103/2015.
Art. 71, §5º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 71, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho c/c art. 19 da Lei Complementar 150, de 2015.
Art. 71, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho.

Proc. Nº 2006/2

Fis: 662

Assinatura: 8

Art. 71, caput, da Lei 13.475/17.
Art. 72, caput, da Lei 13.475/17.
Art. 722 da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 73, § 1º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 73, §2º, da Lei 13.475/17.
Art. 73, §3º, da Lei 13.475/17.
Art. 73, §4º, da Lei 13.475/17.
Art. 73, §5º, inciso I, da Lei 13.475/17.
Art. 73, §5º, inciso II, da Lei 13.475/17.
Art. 73, §5º, inciso III, da Lei 13.475/17.
Art. 73, §5º, inciso IV, da Lei 13.475/17.
Art. 73, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 74, §2º da CLT.
Art. 74, §3º da CLT.
Art. 74, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 74, caput, da Lei 13.475/17.
Art. 75-C da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 75-C, §1º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 75-C, §2º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 75-D, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 75-E, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 76 da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 78, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 78, parágrafo único, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 78, parágrafo único, parte final, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 8º da Lei nº 5.811, de 11 de outubro de 1972.
Art. 8º da Lei nº 605/1949.
Art. 8º da Lei 6.019 de 3.1.1974, combinado com o art. 7º e art. 9º da Portaria nº 789 de 2.6.2014.
Art. 8º da Lei 6.019, de 3.1.1974, combinado com os artigos 7º e 9º da Portaria nº 789, de 2.6.2014.
Art. 8º da Lei 6.019, de 3.1.1974, em combinação com o art. 7º, §3º, da Portaria nº 789, de 2.6.2014.
Art. 8º da Lei 6.019, de 3.1.1974.
Art. 8º da Lei 6.019/74 c/c art. 7º, §2º e art. 9º da Portaria 789, de 02.06.2014.
Art. 8º da Lei nº 5.811, de 11.10.72.
Art. 8º da Lei nº 5.889, de 8.6.1973.
Art. 8º da Lei nº 9.719, de 27.11.1998.
Art. 8º, § 1º, da Lei 13.475/17.
Art. 8º, § 2º, da Lei 13.475/17.
Art. 8º, § 2º, inciso I, da Lei nº 14.020 de 06/07/2020.
Art. 8º, § 2º, inciso I, da MP 936/2020.
Art. 8º, § 3º da Lei nº 14.020 de 06/07/2020.
Art. 8º, § 3º, da Lei 13.475/17.
Art. 8º, § 3º, inciso II, da MP 936/2020.
Art. 8º, § 4º, da Lei nº 14.020 de 06/07/2020.
Art. 8º, § 4º, da MP 936/2020.
Art. 8º, §5º, da Lei nº 14.020 de 06/07/2020.
Art. 8º, §5º, da MP 936/2020.
Art. 8º, caput, da Lei nº 14.020 de 06/07/2020.
Art. 8º, caput, da Lei nº 4.680, de 18.6.1965.
Art. 8º, caput, da Lei nº 6.615, de 16.12.1978.
Art. 8º, caput, da MP 936/2020.
Art. 82, parágrafo único, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 9º, "caput", da Lei nº 5.811, de 11 de outubro de 1972.
Art. 9º da Lei 6.019, de 3.1.1974.
Art. 9º da Lei Complementar 150, de 2015.
Art. 9º da Lei nº 4.680, de 18.6.1965.
Art. 9º da Lei nº 605/1949.
Art. 9º do Decreto nº 66.408, de 3.4.1970.
Art. 9º, § 1º, da Lei nº 5.889, de 8.6.1973.
Art. 9º, § 2º, da Lei nº 5.889, de 8.6.1973.
Art. 9º, § 5º, da Lei nº 5.889, de 8.6.1973.
Art. 9º, §2º da Lei 6.019/74, com a redação conferida pela Lei 13.429/17.
Art. 9º, alínea "a", da Lei nº 5.889, de 8.6.1973.
Art. 9º, alínea "b", da Lei nº 5.889, de 8.6.1973.
Art. 9º, caput, da Lei nº 6.533, de 24.5.1978.
Art. 9º, caput, do Decreto-Lei nº 972, de 17.10.1969.
Art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
Art. 93, § 1º, da Lei nº 8.213, de 24.7.1991.
Art. nº 413, inciso II, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Art.235-C, §1º da CLT, com redação dada pela Lei 13.103/2015.
Art.235-C, §2º da CLT, com redação dada pela Lei 13.103/2015.
Art.4º da lei 6.019, de 3 de janeiro de 1974, combinado com o art. 12, II, do Decreto nº 73.841, de 13.3.1971.
Artigo 24 c/c art. 19 da Lei 7.998/90.
Artigos 3º e 7º c/c artigo 24 da Lei nº 7.998 de 11/01/1990.
Arts. 1º e 4º da Lei nº 7.418, de 16.12.1985, alterada pela Lei nº 7.619, de 30.9.1987, combinado com o art. 5º, caput, do Decreto nº 95.247, de 17.11.1987.
Arts. 1º e 8º da Lei nº 7.418, de 16.12.85, alterada pela Lei nº 7.619, de 30.9.1987, combinado com o art. 4º, caput, do Decreto nº 95.247, de 17.11.1987.
Arts. 17, §3º, e 19 da Lei Complementar nº 150/2015 c/c art. 153 da Consolidação das Leis do Trabalho.
Arts. 17, caput, e 19 da Lei Complementar nº 150/2015 c/c art. 130, § 1º, da Consolidação das Leis do Trabalho.

Proc. Nº

15006/21

Fis:

663

Quilômetro:

8

Arts. 19 e 32 da Lei Complementar 150, de 2015, c/c Portaria Interministerial 822, de 30 de Setembro de 2015, c/c art. 41 caput da CLT.

Arts. 2º, §5º, inciso III, e 19 da Lei Complementar nº 150/2015 c/c art. 75 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Arts. 23, §3º, e 19 da Lei Complementar nº 150/2015.

Arts. 23, §5º, e 19 da Lei Complementar 150/2015.

Arts. 24 e 19 da Lei Complementar nº 150/2015.

Arts. 3º, 7º e 24 da Lei 7.998, de 11/01/1990 combinado com arts. 5º, 6º e 7º da Portaria 1.129/2014.

Arts. 3º, 7º, 8º e 24 da Lei 7.998, de 11/01/1990.

Arts. 5º; 6º, § 2º e 14 da Lei nº 14.020 de 06/07/2020.

Arts. 5º; 6º, § 2º e 14 da MP 936, de 01/04/2020.

Lei nº 10.101/2000, art. 6º, parágrafo único.

NR-01 DISPOSIÇÕES GERAIS

NR-03 EMBARGO OU INTERDIÇÃO

NR-04 SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM ENGENHARIA DE SEGURANÇA E EM MEDICINA DO TRABALHO

NR-05 COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES - CIPA

NR-06 EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL- EPI

NR-07 PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL

NR-08 EDIFICAÇÕES

NR-09 PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE RISCOS

NR-10 INSTALAÇÕES E SERVIÇOS EM ELETRICIDADE

NR-11 TRANSPORTE, MOVIMENTAÇÃO, ARMAZENAGEM EMANUSEIO DE MATERIAIS

NR-12 MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

NR-13 CALDEIRAS E VASOS SOB PRESSÃO

NR-14 FORNOS

NR-15 ATIVIDADES E OPERAÇÕES INSALUBRES

NR-16 ATIVIDADES E OPERAÇÕES PERIGOSAS

NR-17 ERGONOMIA

NR-18 CONDIÇÕES E MEIO AMBIENTE DE TRABALHO NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO

NR-19 EXPLOSIVOS

NR-20 LÍQUIDOS COMBUSTÍVEIS E INFLAMÁVEIS

NR-21 TRABALHO A CÉU ABERTO

NR-22 SEGURANÇA E SAÚDE OCUPACIONAL NA MINERAÇÃO

NR-23 PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIOS

NR-24 CONDIÇÕES SANITÁRIAS E DE CONFORTO NOS LOCAIS DE TRABALHO

NR-25 RESÍDUOS INDUSTRIAIS

NR-26 SINALIZAÇÃO DE SEGURANÇA

NR-29 SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO PORTUÁRIO

NR-30 SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO AQUAVIÁRIO

NR-31 SST NA AGRICULTURA, PECUÁRIA SILVICULTURA, EXPLORAÇÃO FLORESTAL E AQUICULTURA

NR-32 SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO EM SERVIÇOS DE SAÚDE

NR-33 SEGURANÇA E SAÚDE NOS TRABALHOS EM ESPAÇOS CONFINADOS

NR-34 CONDIÇÕES E MEIO AMBIENTE DE TRABALHO NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO E REPARAÇÃO NAVAL

NR-35 TRABALHO EM ALTURA

NR-36 - SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO EM EMPRESAS DE ABATE E PROCESSAMENTO DE CARNES E DERIVADOS

NR-37 SEGURANÇA E SAÚDE EM PLATAFORMAS DE PETRÓLEO

Proc. Nº PE 006121

Fis: 664

Ridonda: 8

Nasajon Sistemas

Contábil Sql

ANGELA MARIA CIRIACO

JOAB DA S. SANTOS EPP

Registro: 21101318801 (17/04/2003)

Folha 1 de 1

PCA. ANTONIO COELHO DE MIRANDA 26 CENTRO RIACHÃO MA 65.990-000

Balanco Patrimonial**Encerrado no período de 31 de Dezembro de 2020** Proc. N° PS 006/21**ATIVO****ATIVO CIRCULANTE****DISPONIBILIDADES****CAIXA GERAL**

Caixa Geral

809.209,06 C

809.209,06 C

809.209,06 C

Fls: 665Razonca: 8**ESTOQUES****ESTOQUE DE MERCADORIAS**

Estoque de Mercadorias

1.042.773,27 D

1.042.773,27 D

1.042.773,27 D

233.564,21 D

ATIVO NÃO CIRCULANTE**ATIVO IMOBILIZADO****MÓVEIS E UTENSÍLIOS**

Móveis e Utensílios

280.150,35 D

280.150,35 D

VEÍCULOS

Veículos

118.670,80 D

118.670,80 D

398.821,15 D

398.821,15 D

Total Geral do Ativo

632.385,36 D

PASSIVO**PATRIMÔNIO LÍQUIDO****CAPITAL SOCIAL****CAPITAL SOCIAL REALIZADO**

Joab da Silva Santos

100.000,00 C

100.000,00 C

100.000,00 C

RESERVAS**LUCROS ACUMULADOS**

Lucros de Exercícios Anteriores

678.786,70 C

678.786,70 C

LUCROS/PREJUÍZOS DO EXERCÍCIO

Resultado do Exercício Atual

146.401,34 D

146.401,34 D

532.385,36 C

632.385,36 C

Total Geral do Passivo

632.385,36 C

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial somando no Ativo e no Passivo SEISCENTOS E TRINTA E DOIS MIL, TREZENTOS E OITENTA E CINCO REAIS E TRINTA E SEIS CENTAVOS de acordo com a documentação fornecida pela empresa.

RIACHÃO, 31 de Dezembro de 2020

Joab da Silva Santos

Sócio gerente - CPF: 735.185.973-72

Angela Maria Ciriaco

Técnico em Contabilidade - CRC - 007096/O-4

CPF : 576.745.403-59

Nasajon Sistemas

Contábil Sql

ANGELA MARIA CIRIACO

JOAB DA S. SANTOS EPP

Registro: 21101318801 (17/04/2003)

Folha 1 de 1

PCA. ANTONIO COELHO DE MIRANDA 26 CENTRO RIACHÃO MA 65.990-000

Demonstração do Resultado

Encerrado em 31 de Dezembro de 2020

RECEITA OPERACIONAL BRUTA			
Vendas de Mercadorias	3.855.520,26 C	3.855.520,26 C	3.855.520,26 C
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA			3.855.520,26 C
LUCRO OPERACIONAL BRUTO			3.855.520,26 C
CUSTOS OPERACIONAIS			
Custo das Mercadorias Vendidas	4.057.397,50 D	4.057.397,50 D	
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS			
Descontos Obtidos	13.189,56 C	13.189,56 C	
DESPESAS COMERCIAIS			
Descontos Concedidos	848,93 D	848,93 D	
PREJUÍZO OPERACIONAL LÍQUIDO			189.536,61 D
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS			
Brinde/Bonificação Recebida	43.135,27 C	43.135,27 C	
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO			146.401,34 D

RIACHÃO, 31 de Dezembro de 2020

Joab da Silva Santos
Sócio gerente - CPF: 735.165.973-72

Angela Maria Ciriaco
Técnico em Contabilidade - CRC - 007096/O-4
CPF: 576.745.403-59

Proc. Nº 75.006/21Fis: 666Ratifica: 8

JOAB DA S. SANTOS

PCA. ANTONIO COELHO DE MIRANDA - CENTRO - Riachão - MA - CEP 65.990-000
 CNPJ: 05.663.099/0001-25
 NIRE: 21101318801

DEMONSTRAÇÃO DA ANALISE ECONOMICO-FINANCEIRA

MEDIDAS ECONOMICAS-FINANCEIRAS:	INDICES:
1 - LIQUIDEZ CORRENTE	2,35%
2 - LIQUIDEZ GERAL	2,35%
3 - LIQUIDEZ SECA	1,22%
4 - LIQUIDEZ IMEDIATA	2,35%
5 - ENDIVIDAMENTO GERAL	0,85%
6 - MARGEM DE LUCRO	23,80%
8 - SOLVENCIA GERAL	2,35%

Proc. Nº PE 006/21Fis: 667Riacha: 8

Reconhecemos a exatidão da presente Demonstração da Análise Econômico Financeira com base nas informações e documentação apresentada e enviada à Contabilidade, encerrado em 31/12/2020.

Riachão-MA, 31 de Dezembro de 2020

Joab da Silva Santos
 Titular
 CPF: 735.165.973-72

Angela Maria Ciriaco
 Técnico em Contabilidade - CRC-MA: 007096/O-4
 CPF: 576.745.403-59

**ASSINATURA ELETRÔNICA**

Certificamos que o ato da empresa JOAB DA S. SANTOS-EPP consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF	Nome
57674540359	ANGELA MARIA CIRIACO
73516597372	JOAB DA SILVA SANTOS

Proc. Nº PE 006/21Fls: 668Assinatura: [assinatura]

CERTIFICO O REGISTRO EM 14/04/2021 09:58 SOB Nº 20210517530.
PROTOCOLO: 210517530 DE 14/04/2021.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12102504286. CNPJ DA SEDE: 05663699080125.
NIRE: 21101318801. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 12/04/2021.
JOAB DA S. SANTOS-EPP

JUCEMA

LÍLIAN THERESA RODRIGUES MENDONÇA
SECRETÁRIA-GERAL
www.empresafacil.ma.gov.br

Para conferir a autenticidade de sua assinatura, acesse os respectivos portais.



Proc. Nº 75.006/21

Fis: 669

Rubrica: [assinatura]

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO MARANHÃO certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: ANGELA MARIA CIRIACO
REGISTRO.....	: MA-007096/O-4
CATEGORIA.....	: TÉCNICO EM CONTABILIDADE
CPF.....	: 576.745.403-59

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCMA contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: MARANHÃO, 14/04/2021 as 08:04:37.

Válido até: 13/07/2021.

Código de Controle: 1860.8583.3564.7521.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCMA.

Proc. Nº DE 006/21

Fis: 670

Assinatura: 8



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO MARANHÃO

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO MARANHÃO CERTIFICA que o profissional identificado no presente documento encontra-se em situação REGULAR neste Regional, apto ao exercício da atividade contábil nesta data, de acordo com as suas prerrogativas profissionais, conforme estabelecido no art. 25 e 26 do Decreto-Lei n.º 9.295/46.

Informamos que a presente certidão não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que, posteriormente, venham a ser apurados contra o titular deste registro, bem como não atesta a regularidade dos trabalhos técnicos elaborados pelo profissional da Contabilidade.



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE MA

Certidão n.º: MA/2021/00001883

Nome: ANGELA MARIA CIRIACO CPF: 576.745.403-59

CRC/UF n.º MA-007096/O Categoria: TÉCNICO EM CONTABILIDADE

Validade: 13.07.2021

Finalidade: BALANÇO PATRIMONIAL, REGISTRADO NA JUNTA COMERCIAL

Livro: 1

Nº 1 / Exercício: 2020

Confirme a existência deste documento na página <http://201.33.23.178/spwMA/principal.htm>, mediante número de controle a seguir:

CPF : 576.745.403-59 Controle : 8984.9612.9926.1241



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Proc. Nº 7E 00612
Fis: 671
assinatura: 8

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: **JOAB DA S. SANTOS**
CNPJ: **05.663.099/0001-25**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 13:53:26 do dia 13/04/2021 <hora e data de Brasília>.

Válida até 10/10/2021.

Código de controle da certidão: **8885.A776.2501.F8F0**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Secretaria do Desenvolvimento da Produção
Departamento Nacional de Registro do Comércio

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO NO VERSO

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE		NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviaturas) Joab da Silva Santos			
NATURAL DE (cidade e sigla do estado) Fortaleza dos Nogueiras		UF MA	NACIONALIDADE Brasileira
ESTADO CIVIL Casado			
SEXO <input checked="" type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/> F	REGIME DE BENS (se casado) Comunhão universal		
FILHO DE (pai) João Pereira Santos		(mãe) Maria da Cruz da Silva Santos	
NASCIDO EM (data de nascimento) 17.11.1975	IDENTIDADE (número) 300430949	Órgão emissor SSP	UF MA
CPF (número) 735165973-72			
EMANCIPADO POR (forma de emancipação - somente no caso de menor)			
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO - rua, av, etc.) Rua Ruy Barbosa		NÚMERO 223	
COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO Centro	CEP 65990-000	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Usar da Junta Comercial)
MUNICÍPIO Riachão		UF MA	
declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário e requer à Junta Comercial do Estado do Maranhão:			
CÓDIGO DO ATO 080	DESCRIÇÃO DO ATO Inscrição	CÓDIGO DO EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
CÓDIGO DO EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	CÓDIGO DO EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
NOME EMPRESARIAL Joab da S. Santos			
LOGRADOURO (rua, av, etc.) Pça. Nossa Senhora de Nazaré		NÚMERO 822	
COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO Centro	CEP 65990-000	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Usar da Junta Comercial)
MUNICÍPIO Riachão		UF MA	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
VALOR DO CAPITAL - R\$ 10.000,00	VALOR DO CAPITAL (por extenso) Dez Mil Reais		
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal) Atividade principal 5213-2/02	DESCRIÇÃO DO OBJETO Mercearia e Armazém Varejista		
Atividades secundárias			
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	UF
ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante assistente/procurador) Joab da S. Santos			
DATA DA ASSINATURA 09.04.2003	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO Joab da Silva Santos		
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL			
DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE Elas Barros dos Santos Júnior Chefe de Delegacia Regional de Imperatriz - JUCEMA CRA/MA 1610 - MAT. 2014 15.04.03	AUTENTICAÇÃO JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO MARANHÃO CERTIFICO O REGISTRO EM: 17/04/2003 SOB Nº: 21101318801 Protocolo: 03/009079-2 JOAB DA S. SANTOS ELIAS BARROS DOS SANTOS JUNIOR DIRETOR ESCRITÓRIO REG. DE IMPERATRIZ		




Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Secretaria do Desenvolvimento da Produção
Departamento Nacional de Registro do Comércio


REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO NO VERSO

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE NA SE - 2110131880-1		NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referir a filial)	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviaturas) JOAB DA SILVA SANTOS			
NACIONALIDADE BRASILEIRA		ESTADO CIVIL Casado(a)	
SEXO <input checked="" type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/> F	REGIME DE BENS (se casado) Comunhão universal		
FILHO DE (pai) JOÃO PEREIRA SANTOS		(mãe) MARIA DA CRUZ DA SILVA SANTOS	
NASCIDO EM (data de nascimento) 17-11-1975	IDENTIDADE número 300430949	Órgão emissor SSP	UF MA
CPF (número) 735.165.973-72			
EMANCIPADO POR (forma de emancipação - somente no caso de menor)			
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO - rua, av. etc.) RUA RUY BARBOSA			NÚMERO 223
COMPLEMENTO	BARRIO / DISTRITO CENTRO	CEP 65990-000	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial)
MUNICÍPIO RIACHÃO	UF MA		
declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário e requer à Junta Comercial do Estado Maranhão:			
CÓDIGO DO ATO 002	DESCRIÇÃO DO ATO ALTERAÇÃO	CÓDIGO DO EVENTO 021	DESCRIÇÃO DO EVENTO ALTERAÇÃO DE DADOS
CÓDIGO DO EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	CÓDIGO DO EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
NOME EMPRESARIAL JOAB DA S. SANTOS - ME			
LOGRADOURO (rua, av. etc.) RUA ELIAS BARROS			NÚMERO 1222
COMPLEMENTO	BARRIO / DISTRITO CENTRO	CEP 65990-000	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial)
MUNICÍPIO RIACHÃO	UF MA	PAÍS BRASIL	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
VALOR DO CAPITAL - R\$ 10.000,00	VALOR DO CAPITAL (por extenso) DEZ MIL REAIS		
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fisco) Atividade principal 5213-2/02 Atividades secundárias	DESCRIÇÃO DO OBJETO Mercearias e armazéns varejista		
Proc. Nº <u>22.006/21</u> Fls: <u>673</u> Arquivo: <u>X</u>			
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES 17-04-2003	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 05.663.099/0001-25	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	UF
ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (se pelo representante/assistentente/garante) Joab da S. Santos ME			
DATA DA ASSINATURA 16-06-2005	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO Joab da Silva Santos		
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL			
DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE Ana Lucia Norberto de Mouta Escritório Regional de Imperatriz 22/06/05		AUTENTICAÇÃO Junta Comercial do Estado do Maranhão CERTIFICO O REGISTRO EM: 22/06/2005 SOB O NÚMERO: 20050253859 Protocolo: 05/025385-9 Empresa: 2110131880-1 JOAB DA S. SANTOS-ME	



*NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE 21101318801		NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial) XXXXXXXXXXXXXX	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo, sem abreviações) JOAB DA SILVA SANTOS			
NACIONALIDADE BRASILEIRA		ESTADO CIVIL CASADO	
SEXO M <input checked="" type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/>	REGIME DE BENS (se casado) COMUNHÃO UNIVERSAL		
FILHO DE (pai) JOÃO PEREIRA SANTOS		(mãe) MÁRIA DA CRUZ DA SILVA SANTOS	
NASCIDO EM (data de nascimento) 17/11/1975	IDENTIDADE (número) 300430949	Órgão emissor SSP	UF MA CPF (número) 735.165.973-72
EMANCIPADO POR (forma de emancipação - somente no caso de menor) XXXXXXXXXXXXXX			
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO - rua, av, etc) RUA ELIAS BARROS			NÚMERO 1228
COMPLEMENTO XXXXXXXXXXXXXX	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	CEP 65.990-000	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial) 2553
MUNICÍPIO RIACHÃO			UF MA
declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresarial, que não possui outro registro de empresário e requer à JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO MARANHÃO			
CÓDIGO DO ATO 002	DESCRIÇÃO DO ATO ALTERAÇÃO	CÓDIGO DO EVENTO 021	DESCRIÇÃO DO EVENTO ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
CÓDIGO DO EVENTO XXXXXXXXXXXXXX	DESCRIÇÃO DO EVENTO XXXXXXXXXXXXXX	CÓDIGO DO EVENTO XXXXXXXXXXXXXX	DESCRIÇÃO DO EVENTO XXXXXXXXXXXXXX
NOME EMPRESARIAL JOAB DA S. SANTOS - EPP			
LOGRADOURO (rua, av, etc) PRAÇA ANTONIO COELHO DE MIRANDA			NÚMERO 26
COMPLEMENTO XXXXXXXXXXXXXX	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	CEP 65.990-000	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial) 2553
MUNICÍPIO RIACHÃO	UF MA	PAÍS BRASIL	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL) XXXXXXXXXXXXXX
VALOR DO CAPITAL - R\$ 100.000,00	VALOR DO CAPITAL - (por extenso) CEM MIL REAIS		
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (cnae) Atividade Principal 4712100 Atividade secundária 4721103 4722901 4723700 4744001 4755502 4755503	DESCRIÇÃO DO OBJETO COMÉRCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINÂNCIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS - MINIMERCADOS, MERCEARIAS E ARMAZÉNS COMÉRCIO VAREJISTA DE LATICÍNIOS E FRIOS COMÉRCIO VAREJISTA DE CARNES - AÇUGUES COMÉRCIO VAREJISTA DE BEBIDAS COMÉRCIO VAREJISTA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE ARMARINHO COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE CAMA, MESA E BANHO XXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXX Proc. Nº <u>RE 006/21</u> Fis: <u>674</u> Ratifica: <u>8</u>		
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES 09/04/2003	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 05663099000125	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE ANTERIOR XXXXXXXXXXXXXX	UF XX USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL <input type="checkbox"/> 1-sim 3-não
ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente) <u>Joab da S. Santos - EPP</u>			
DATA DA ASSINATURA 29/11/2013	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO <u>Joab da Silva Santos</u>		
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL			
DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE <u>Joelma Araújo Pinheiro</u> Chefe do Escritório Regional de Balsas Mai. 2009 <u>12/12/2013</u>		AUTENTICAÇÃO  MA1201304842560	

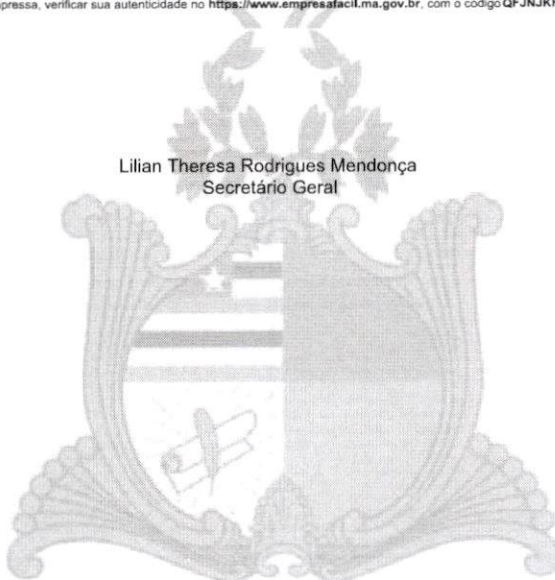
NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE 21101318801		NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial) XXXXXXXXXXXXXX		Proc. Nº <u>RS 006/21</u>	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo, sem abreviaturas) JOAB DA SILVA SANTOS		Fis: <u>675</u>			
NACIONALIDADE BRASILEIRA		ESTADO CIVIL CASADO		Renda: <u>8</u>	
SEXO M <input checked="" type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/>	REGIME DE BENS (se casado) COMUNHÃO UNIVERSAL				
FILHO DE (pai) JOÃO PEREIRA SANTOS		(mãe) MARIA DA CRUZ DA SILVA SANTOS			
NASCIDO EM (data de nascimento) 17/11/1975	IDENTIDADE (número) 300430949	Órgão emissor SSP	UF MA	CPF (número) 735.165.973-72	
EMANCIPADO POR (forma de emancipação - somente no caso de menor) XXXXXXXXXXXXXX					
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO - rua, av, etc) RUA ELIAS BARROS				NÚMERO 1228	
COMPLEMENTO XXXXXXXXXXXXXX	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	CEP 65.990-000	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial) 2553		
MUNICÍPIO RIACHÃO				UF MA	
declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresarial, que não possui outro registro de empresário e requer à JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO MARANHÃO					
CÓDIGO DO ATO 002	DESCRIÇÃO DO ATO ALTERAÇÃO	CÓDIGO DO EVENTO 021	DESCRIÇÃO DO EVENTO ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)		
CÓDIGO DO EVENTO XXXXXXXXXXXXXX	DESCRIÇÃO DO EVENTO XXXXXXXXXXXXXX	CÓDIGO DO EVENTO XXXXXXXXXXXXXX	DESCRIÇÃO DO EVENTO XXXXXXXXXXXXXX		
NOME EMPRESARIAL JOAB DA S. SANTOS - EPP					
LOGRADOURO (rua, av, etc) PRAÇA ANTONIO COELHO DE MIRANDA				NÚMERO 26	
COMPLEMENTO XXXXXXXXXXXXXX	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	CEP 65.990-000	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial) 2553		
MUNICÍPIO RIACHÃO	UF MA	PAÍS BRASIL	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL) XXXXXXXXXXXXXX		
VALOR DO CAPITAL - R\$ 100.000,00	VALOR DO CAPITAL - (por extenso) CEM MIL REAIS				
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (cnae) Atividade Principal 4712100 Atividade secundária 4761003 4763601 4763602 4772500 4782201 4789001	DESCRIÇÃO DO OBJETO COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE PAPELARIA COMÉRCIO VAREJISTA DE BRINQUEDOS E ARTIGOS RECREATIVOS COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS ESPORTIVOS COMÉRCIO VAREJISTA DE COSMÉTICOS, PRODUTOS DE PERFUMARIA E DE HIGIENE PESSOAL COMÉRCIO VAREJISTA DE CALÇADOS COMÉRCIO VAREJISTA DE SUVENIRES, BIJUTERIAS E ARTESANATOSXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX				
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES 09/04/2003	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 05663099000125	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE ANTERIOR XXXXXXXXXXXXXX	UF XX	USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL <input type="checkbox"/> 1-sim 3-não	
ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente) <u>Joab da S. Santos - EPP</u>					
DATA DA ASSINATURA 29/11/2013	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO <u>Joab da Silva Santos</u>				
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL					
DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE <u>Joelma Araújo Pinheiro</u> Chefe do Escritório Regional de Balneário Mat. 2089 12/12/2013		AUTENTICAÇÃO			
					
		MA1201304842560			

Proc. Nº RE 006/21Fis: 676Governo do Estado do Maranhão
Secretaria de Estado de Indústria e comércio - SEINC
Junta Comercial do Estado do Maranhão**CERTIDÃO SIMPLIFICADA****Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM**Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados
nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: JOAB DA S. SANTOS-EPP			Protocolo: MAC2101168240
Natureza Jurídica: Empresário (Individual)			
NIRE (Sede) 21101318801	CNPJ 05.663.099/0001-25	Arquivamento do Ato de Inscrição 17/04/2003	Início de Atividade 09/04/2003
Endereço Completo Praça ANTONIO COELHO DE MIRANDA, Nº 26, CENTRO-Riachão/MA- CEP65990-000			
Objeto COMÉRCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINÂNCIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS - MINIMERCADOS, MERCEARIAS E ARMAZÊNS; COMÉRCIO VAREJISTA DE LATICÍNIOS E FRIOS; COMÉRCIO VAREJISTA DE CARNES - AÇOUQUES; COMÉRCIO VAREJISTA DE BEBIDAS; COMÉRCIO VAREJISTA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS; COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE ARMARINHO; COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE CAMA, MESA E BANHO; COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE PAPELARIA; COMÉRCIO VAREJISTA DE BRINQUEDOS E ARTIGOS RECREATIVOS; COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS ESPORTIVOS; COMÉRCIO VAREJISTA DE COSMÉTICOS, PRODUTOS DE PERFUMARIA E DE HIGIENE PESSOAL; COMÉRCIO VAREJISTA DE CALÇADOS; COMÉRCIO VAREJISTA DE SUVENIRES, BIJUTERIAS E ARTESANATOS.			
Capital R\$ 100.000,00 (cem mil reais)			Porte EPP (Empresa de Pequeno Porte)
Último Arquivamento Data 14/04/2021	Número 20210517530	Ato/eventos 223 / 223 - BALANÇO	Situação ATIVA Status SEM STATUS
Nome do Empresário: JOAB DA SILVA SANTOS		CPF: 735.165.973-72	
Identidade: 300430949		Regime de bens: Comunhão Universal	
Estado civil: CASADO(A)			

Esta certidão foi emitida automaticamente em 14/04/2021, às 13:49:52 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no <https://www.empresafacil.ma.gov.br>, com o código QFJNJKFK.

MAC2101168240

Lilian Theresa Rodrigues Mendonça
Secretário Geral

Proc. Nº PE 006/21
FIS: 677
RUBRICA: 8

CERTIDÃO ESPECÍFICA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados
nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Certificamos que JOAB DA S. SANTOS-EPP encontra-se registrada nesta Junta Comercial, como segue:		Protocolo: MAC2101168296	
NIRE 21101318801 CNPJ 05.663.099/0001-25		Situação ATIVA Status SEM STATUS	
Endereço Completo ANTONIO COELHO DE MIRANDA, Nº 26, xxxxx, CENTRO - Riachão/MA - CEP 65990-000			
Arquivamentos Posteriores			
Ato	Número	Data	Descrição
223	20210517530	14/04/2021	BALANCO
223	20140822569	05/12/2014	BALANCO
002	20130867136	12/12/2013	ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
307	20130827932	29/11/2013	REENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA COMO EMPRESA DE PEQUENO PORTE
002	20050253859	22/06/2005	ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
302	20030090806	17/04/2003	ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA - EMPRESA EM CONSTITUIÇÃO
080	21101318801	17/04/2003	INSCRIÇÃO

Esta certidão foi emitida automaticamente em 14/04/2021, às 13:50:58 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no <https://www.empresafacil.ma.gov.br>, com o código OHVNXSEA.



MAC2101168296

Lilian Theresa Rodrigues Mendonça
Secretário(a) Geral





**PREFEITURA DE
Riachão**

CNPJ: 05.282.801/0001-00
"Realizando Sonhos"

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHÃO

Nº 00350/2021

CNPJ/CPF: 05.663.099/0001-25
Inscrição Municipal: 1100130-4
Inscrição Estadual: 12.207.279-0

ALVARÁ DE LICENÇA

CONCEDIDO A: JOAB DA S.SANTOS-EPP

Nome Fantasia: COMERCIAL SANTOS DE RIACHÃO

Endereço: PÇA.ANTONIO C. MIRANDA, Nº 0026, CENTRO Compl: COMERCIA

Responsável: JOABI DA SILVA SANTOS

- ☐ Segunda
☐ Terça
☐ Quarta
☐ Quinta
☐ Sexta
☐ Sábado
☐ Domingo

CNAE- Atividade Principal/Secundárias

47.12-1/00 - Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - mini

47.21-1/03 - Comércio varejista de laticínios e frios

47.22-9/01 - Comércio varejista de carnes - açougues

47.23-7/00 - Comércio varejista de bebidas

Nat Jurídica: 213-5 - Empresário (Individual)

Restrições

Início da Atividade 17 de abril de 2003

15 de abril de 2021

Horário

07:00 as 18:00

Horário Especial

as

Pref. Mun. de Riachão
Ariel Castro Rocha
Ariel Castro Rocha
Fiscal de Tributos
Ariel C. Rocha Matrícula 100229

AVISO

O ALVARÁ DE LICENÇA DEVERÁ SER FIXADO EM LOCAL VISÍVEL. VENCIMENTO 31/12/2021

Autenticado:

Fls.:

678

Proc. Nº 00350/2021



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHÃO /MA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
COORDENAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VISA)



PREFEITURA DE
RIACHÃO
Realizando Sonhos

ALVARÁ SANITÁRIO

VALIDADE: 2021

Nº 173/2021

A Coordenação da Vigilância Sanitária, em conformidade com o termo do Art. 69 da Lei Complementar Nº 039 de 15/12/1998. Concede **ALVARÁ DE AUTORIZAÇÃO SANITÁRIO** Para o exercício de 2021.

NOME FANTASIA: COMERCIAL SANTOS DE RIACHÃO	
RAZÃO SOCIAL: JOAB DA S. SANTOS-EPP	
CNPJ: 05.663.099/0001-25	
NATUREZA DO ESTABELECIMENTO: SUPERMERCADO-PANIFICADORA-AÇOUGUE	
ENDEREÇO: PRAÇA ANTONIO COELHO DE MIRANDA	NUMERO – 26
BAIRRO: CENTRO	CEP: 65990-000
RESPONSÁVEL LEGAL: JOAB DA SILVA SANTOS	
CPF: 735165937-72	Proc. Nº <u>PE 006/21</u>
	Fis: <u>679</u>
ATENÇÃO	
1. O presente Alvará deverá ser fixado em local visível ao público.	
2. Este documento poderá ser caçado a qualquer momento se constatado irregularidade no estabelecimento.	
3. Este documento deverá ser renovado anualmente.	

ABRIL – 2021

AUTORIDADE SANITÁRIA

Solange

SOLANGE TEIXEIRA LIMA

Sec. Municipal de Saúde

AUTORIDADE SANITÁRIA

João Pedro Moura Mendes
JOÃO PEDRO MOURA MENDES
Coordenador da Vigilância Sanitária
Portaria nº 165/2021
Riachão-MA